



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 1/2023
DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETUBAL
1ª Reunião realizada em 24 de fevereiro de 2023

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, a primeira reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoço Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da União das Freguesias de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, em substituição do Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José e Domingos Moreira Semedo, em substituição do Sr. Vereador Vitor Manuel Ramalho Ferreira, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Eusébio Manuel Candeias e Diamantino António Caldeira Estanislau, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Rafaela Isabel Graça Nunes, conforme documentos registados sob os n.ºs 7 a 9, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, António Miguel da Costa Ferreira, conforme documento registado sob o n.º 10, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 11 e 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa, tendo sido substituído por Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Pedro Miguel Pereira Florêncio, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Almodôvar Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Presidente da Mesa – Questionou se havia objeções em que a recomposição da Mesa fosse feita pelo senhor deputado Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos como Primeiro Secretário para esta sessão. Não havendo objeções chamava o senhor Manuel Véstias para se juntar aos outros membros da Mesa para conduzirmos a sessão a bom termo.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos três inscrições, terão 5 minutos para fazer a intervenção (conforme documentos registados sob os n.ºs 14 a 16, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Luís Simões – O meu nome é Luís Simões, sou delegado sindical do Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores e represento os Bombeiros Sapadores de Setúbal, funcionários da Câmara Municipal de Setúbal, venho em meu nome e em nome dos inúmeros que lá estão fora e que foram privados de estarem aqui connosco, porque a autoridade não permitiu.

Os Bombeiros Sapadores estão em greve já vai para o 4º mês consecutivo, entre os vários itens deste protesto, está o protesto por assédio laboral praticado pelo Sr. Comandante, protesto contra a falta de cumprimento aos direitos laborais, protesto contra o comprometimento do socorro, protesto contra o não cumprimento do efetivo mínimo diário estipulado em regulamento interno, protesto contra a falta de segurança e integridade física dos Bombeiros Sapadores e dos munícipes, protesto contra a falta de diálogo da autarquia para com a resolução destas questões prementes.

A estas questões, a estes protestos e às inúmeras questões que já foram colocadas em reuniões de câmara, o Sr. Presidente da Câmara Municipal continua a ignorar e a desrespeitar, quer os bombeiros, quer a população. Diálogo de que, efetivamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal afirma ter com os bombeiros, continua a provar-se que não é bem verdadeiro, ainda hoje tinha um plenário e em menos de 24 horas, não sabemos bem o motivo, foi desmarcado, mas também estive no aniversário da companhia e a provar o desrespeito que tem para com os bombeiros, e que não é só com palavras, não se dignou a cumprimentar um único Bombeiro Sapador do turno operacional. Para isso, também, teve a resposta, como se deve recordar, não comeu à mesa com nenhum deles Sr. Presidente e isto não é caminho a levar para os Bombeiros Sapadores.

Hoje reunimos aqui, os poucos que aqui estão presentes e aqueles, conforme já referi, que estão lá fora, porque queremos trazer ao Sr. Presidente da Assembleia um documento, que se nos permitir deixaremos uma cópia para todos os partidos aqui representados. Este documento vem precisamente pelo protesto contra o assédio laboral, contra as faltas dos cumprimentos laborais e que se prende precisamente com a pessoa Paulo Lamego, Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores.

Passo a ler o documento (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata): *“A Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, ao longo de 236 anos de existência, teve e tem operacionais que se regem por nobres valores como a Coragem, o Altruísmo, a Perseverança, a Lealdade, a Dignidade, a Disciplina, o Espírito de Corpo, a Abnegação, o Respeito e a Confiança. Estes valores, são a essência para a harmonia no seio da corporação e que se reflete na qualidade da prestação de socorro à população. Lamentavelmente, na última década, sob um comando em quem não revemos os referidos valores, a nobre Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal e o socorro à população, têm estado comprometidos.*

Assim sendo, e porque o Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal:

- *Coage e intimida os bombeiros, instaurando processos disciplinares infundados, dos quais mais de 90% foram arquivados, provocando, no entanto, elevado desgaste psicológico aos envolvidos;*
- *Não consegue estabelecer uma relação de empatia com os seus subordinados e humilha-os sobrepondo-se a tudo e a todos, sempre numa postura egocêntrica;*
- *Não respeita os direitos laborais dos trabalhadores;*
- *Promove a desordem e desunião, colocando os bombeiros uns contra os outros, sendo exemplo disso, as irregulares nomeações (comprovadas por sentença do tribunal);*
- *Ignora o Princípio de Igualdade, não tratando todos os bombeiros por igual;*
- *Discrimina os que não partilham da sua opinião;*
- *É o principal responsável da redução de capacidade operacional da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, pela reduzida aposta em formação especializada dos seus operacionais;*
- *É o principal responsável pelo reduzido efetivo diário, comprometendo a segurança dos bombeiros e população a socorrer;*
- *Não inspira confiança aos seus Bombeiros Sapadores.*

Os abaixo-assinados, por ser imperativo para o sucesso da sua nobre missão, exigem, ao executivo da Câmara Municipal de Setúbal o afastamento, imediato, do Sr. Comandante Tenente-Coronel Paulo Lamego.”

Este documento foi assinado por 97 bombeiros, de referir que foi 100% dos turnos operacionais. Gostaria, então, de saber se é possível entregar este documento e deixar aos restantes partidos aqui presentes, se for, os bombeiros agradecem.

Presidente da Mesa – Agradecia que entregasse a um funcionário dos serviços e depois faremos a distribuição.

Luís Simões – Ok. Antes de terminar gostava de ter a ousadia de falar aqui numa observação que foi feita e o Sr. Presidente da Assembleia deve-se recordar, em 2017, quando reuniu com os bombeiros já levávamos esta temática das nomeações e já protestávamos contra o comandante, o atual comandante. Falamos de há 7 anos atrás. Vou ter a liberdade de referir, até porque não pedi segredo, vou dizer uma frase que foi dita da sua boca e que todos os presentes puderam ouvir, o senhor disse que realmente os bombeiros na Companhia dos Bombeiros Sapadores eram como os queijos, quando estavam lá há muito tempo, começavam a cheirar mal. Já passaram mais de 6 anos. Foi dito da sua boca...

Presidente da Mesa – O senhor disse que eu disse isso? Que os bombeiros eram como os cães?

Luís Simões – Não! Vou repetir, *“os comandantes na Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal são como os queijos, quando estão lá há muito tempo começam a cheirar mal”*. Isto para dizer que já passaram mais de 6 anos, por isso já não é só uma questão de cheiro, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa – Oh meu caro Luís Simões, garanto-lhe que nunca comparei o Sr. Comandante a um queijo e nem nenhum comandante a um queijo, essa frase não foi dita por mim, de toda a certeza.

Luís Simões – Dos bombeiros que lá estavam, certamente que todos se recordam, mas ficou só...

Presidente da Mesa – Tive muitas reuniões com os bombeiros, muitas reuniões e sempre tive uma relação de respeito com o comando e com os bombeiros, agora...

Luís Simões – Acredito que tenha sido um desabafo, mas para nós serve apenas para fazer alusão que se há 7 anos atrás já haviam problemas graves, eles continuam a existir e são cada vez mais intensos.

Presidente da Mesa – Veja lá de que boca saiu isso e afira lá com os seus colegas, que lhe contaram essas coisas, se isso é assim. Não gosto do diz que disse, mas também não gosto de ser vítima do diz que disse.

Luís Simões – Foi na minha presença, por isso é que posso afirmá-lo e aqui nesta sessão que é gravada e continuo a afirmá-lo. Não parece que seja o problema mais importante a dar relevância, mas peço desculpa se de alguma forma o ofendi...

Presidente da Mesa – Não ofendeu nada, só ofende a verdade. Não gosto de ser vítima de ofensas à verdade.

Luís Simões – Nós bombeiros também não, por isso é que temos estado tanto em luta. Gostava, então, de deixar o documento para que seja possível entregar. Muito obrigado.

Ricardo Cunha – O meu nome é Ricardo Cunha, sou dirigente do Sindicato de Bombeiros Sapadores e venho aqui hoje, porque assisti a umas reuniões de câmara recentes e não poderia deixar de cá vir. É insistentemente proferido em reuniões de câmara algumas declarações por parte da Sra. Vice-Presidente e do Sr. Presidente, que têm que voltar a ser retificadas.

A Sra. Vice-Presidente disse numa das últimas reuniões de câmara que o sindicato é que abandonou as negociações do ACEP. A Sra. Vice-Presidente pode dizer aquilo que quiser, as vezes que quiser, mas o que diz é faltar à verdade e sempre que faltar à verdade voltaremos cá para a desmentir, porque não é por faltar à verdade muitas vezes que passará a ser verdadeira.

Como já referimos, nas reuniões do ACEP o sindicato apresentou 14 propostas, abdicámos ou retirámos 11 delas e não íamos abdicar de 3, sendo que a autarquia queria que abdicássemos dessas também e isso não seria uma negociação, seria uma imposição e uma imposição não é digna de um país democrático. Conosco não haverá imposições, ou há uma negociação ou então não haverá negociação de todo. Sendo certo que se a autarquia tiver disposta a mudar a sua postura, estamos, como é óbvio, abertos a voltar ao diálogo.

Falou, também, a Sra. Vice-Presidente, como se fosse uma coisa muito grave, que o sindicato apresentou que fosse atribuído um dia de férias aos bombeiros que tivessem mais de 30 anos de serviço, como se isto fosse ilegal. Não é ilegal e o que se passa aqui, e acho que a Sra. Vice-Presidente não sabe, é o que é que é um ACEP e aqui é que começam os problemas.

O ACEP serve para definir algo que a Lei não define, ou seja, que é omissa. Não é por estarmos a pedir um dia de férias para um bombeiro com mais de 30 anos de serviço que seria ilegal, mas se ficasse em ACEP poderia ser aplicado, aliás, em outros municípios, que alguns intitulam de municípios fascistas, isso é dado aos bombeiros em ACEP, como é dado também o dia do aniversário, que por acaso a autarquia também dá. Mas, se calhar, se a Sra. Vice-Presidente soubesse o que é que é negociar um ACEP, porque se um ACEP permite o que está na Lei, aplica-se a Lei e não se aplica o ACEP. Até essa Lei, que atualmente tem que ser aplicada aos bombeiros, porque os bombeiros renunciaram um dos ACEP que a câmara tem em vigor, porque tinham um ACEP negociado com um sindicato que não acautelava o direito dos trabalhadores, pelo contrário, retirava os direitos aos trabalhadores e nem a Lei é aplicada aos bombeiros lamentavelmente. Por esse motivo tinha que cá vir a fazer o desmentido e voltarei aqui as vezes que forem necessárias, sempre que a Sra. Vice-Presidente voltar a dizer aquilo que diz em reuniões de câmara, porque não está a ser verdadeira.

Referir que dos três pontos que não abdicámos, é que sejam garantidos operacionais na Companhia que garantam a segurança dos bombeiros, garantir que se cumpram os direitos laborais dos bombeiros, pelo menos o direito de garantir o planeamento da vida familiar com a vida profissional. Isto até parece ridículo, porque isto é só o que está na Lei e estamos a querer pôr isto em ACEP, porque isto não é aplicado, como disse aqui o meu colega há pouco, um dos culpados é o Sr. Comandante que ainda continua, aliás, se calhar dá jeito também à autarquia manter uma pessoa à frente da Companhia que coage e que intimida os bombeiros e que usa do compadrio com o município para fazer aquilo que faz. O que me vai deixar aqui uma questão no ar, é se a Sra. Vice-Presidente continua a sentir-se em condições de desempenhar a função que ocupa.

Relativamente ao Sr. Presidente, tem que vir aqui também tecer alguns comentários, porque o Sr. Presidente em todas as reuniões de câmara diz que fala com os bombeiros, que tem um diálogo constante com os Bombeiros Sapadores e até é verdade sempre que o Sr. Presidente aparece, porque às vezes não aparece e quando aparece realmente eles estão lá para o ouvir. O problema é que eles só o ouvem a si e você não os ouve a eles, e eles estão-lhe fartos de falar dos problemas que a Companhia tem e o Sr. Presidente teima em não resolver.

Também disse o Sr. Presidente que os sindicatos nesta câmara falam com os recursos humanos, não falam consigo. Não compreendemos, porque nos outros municípios o responsável dos bombeiros fala com os sindicatos, como é natural, mas também me estranha a mim que você não reúna com os sindicatos que representam os seus trabalhadores, mas reúna com os sindicatos que têm trabalhadores privados e isso não faz muito sentido.

Depois quero dizer aqui, para finalizar, que na última reunião de câmara do ano passado, dirigi-me à reunião de câmara como munícipe e, para que conste, o Sr. Presidente de Câmara não é dono de Setúbal, presta um serviço aos setubalenses, é funcionário dos setubalenses e dos munícipes. Como munícipe fiz uma questão e tenho o direito a levar a resposta que não levei. Fiz-lhe três questões muito sucintas, porque é que como munícipe de Azeitão, pagando impostos, não tenho direito a um socorro feito por bons profissionais, quando a Lei me confere esse direito.

Perguntei-lhe porque é que se desinveste nos Bombeiros Sapadores e investe-se, cada vez mais, em entidades privadas, que até acho um bocado estranho, porque o partido que suporta esta autarquia defende que seja tudo nacionalizado, mas aposta-se, cada vez mais, em entidades privadas, mete-se, cada vez mais, dinheiro público em entidades privadas e isso não tem sido um aumento de socorro. Até à data de hoje, não tive qualquer resposta sobre isso e tenho esse direito. Se não me for dada resposta às questões, se calhar, só me resta recorrer ao Ministério Público, como já recorremos para denunciar o Sr. Presidente e a Sra. Vice-Presidente das atrocidades que estão a cometer relativamente aos direitos dos grevistas. É lamentável que num Estado de Direito esteja a acontecer aquilo que está a acontecer.

Fica aqui o alerta para os senhores deputados e para os senhores vereadores, não é só o sindicato que tem que lutar pelos direitos dos bombeiros, aquilo que se está a passar nesta autarquia é grave demais e a denúncia que o sindicato fez ao Ministério Público também é válida para Vossas Excelências, que também podem fazê-lo.

Convém que saibam aquilo que se está a passar, porque é muito grave e num Estado de Direito, então ainda mais grave é e se isto que perguntei não tiver resposta só me resta denunciar ao Ministério Público, sendo certo que acredito que o Sr. Presidente vai ter como responder ao Ministério Público o porquê do aumento das verbas a entidades privadas, sem que esse aumento seja um aumento da resposta eficiente no socorro, porque estamos a falar de dinheiros públicos.

Fernanda Rodrigues – Venho saudar a atitude corajosa e determinada da Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, relativamente à devolução dos direitos da Comenda e à retirada das vedações ilegais lá colocadas.

Aproveito para colocar algumas questões, algumas relativamente ao Estado Central e outras municipais. Porque é que não foram removidos ainda os pilaretes e as correntes postas nas entradas do solar da Comenda? Porque está provado que são ilegais, estão postos na via pública e que constitui um perigo para a vida de quem ali passa.

Porque é que não foram removidas as vedações do caminho municipal, uma vez que se situam na via pública? Porque é que se mantém os caminhos corta-fogo bloqueados com terra e arame farpado, que não utilizado em parques naturais e fechados com portões?

O que é que se fez, até agora, para serem retirados os muros colocados ilegalmente na praia?

Agradeço a vossa atenção.

Paula Soeiro (PSD) – O meu pedido de intervenção tem que ver, em particular, com os testemunhos dos dois municípios bombeiros que aqui chegaram, mas também por ter constatado, e penso que o Sr. Presidente do executivo poderá esclarecer esta assembleia sobre o porquê do número e do contingente policial a que assistimos hoje no início da sessão. Tenho a certeza que estamos perante pessoas de bem e, por isso, não consigo compreender a sua presença deste modo.

É lamentável que numa sessão pública seja vedada a entrada a todo e qualquer cidadão e, em particular, àqueles que nos protegem e cuidam. Ser bombeiro não é uma missão individual, é uma missão ao serviço de todos.

A vossa presença hoje, tal como já aconteceu anteriormente, é mais um sinal da vossa determinação, perseverança, coragem, dignidade e abnegação. Espero que este executivo e esta assembleia esteja à altura da justiça tão necessária a vós e a nós.

Luís Maurício (CH) – Para começar, quero agradecer aos Bombeiros Sapadores pela presença, mais uma vez, aqui nesta câmara. De uma vez por todas, acho que este executivo, Sr. Presidente, já devia estar a resolver este problema com os bombeiros. Eles não precisam de vir aqui uma, duas, três, quatro, cinco, seis vezes, é um problema já de há muitos anos, são pessoas que trabalham para todos nós e que tratam da nossa segurança.

Quando é que vamos ter vergonha para resolver este problema dos bombeiros, quando é que vamos tratar os bombeiros como gente, quando é que vamos tratar os bombeiros como pessoas que estão aqui para nos ajudar? É isso que perguntamos, é isso que queremos saber.

Os bombeiros só querem o que é deles, só querem o que está na Lei, vamos olhar para eles, vamos sentar, vamos reunir, se há alguma coisa mal vamos tentar resolver para ficar bem, mas vamos respeitar os bombeiros,

Não era preciso aquele montão de polícias ali em baixo, os bombeiros vieram só falar, vieram só mostrar as suas intenções, nada mais do que isso, temos que tratá-los como eles merecem ser tratados. Senhor Presidente e a todo o executivo, quando é que vamos tratar os bombeiros como eles merecem, com a dignidade que eles merecem?

Flávio Lança (IL) – Senhor Presidente, tenho mesmo que o questionar, porque representa aqui um partido que em praticamente todas as assembleias municipais apresentam moções sobre as justas lutas dos trabalhadores, com fortes exigências para com as entidades empregadoras e, por isso, tenho que lhe diretamente perguntar qual é o motivo para ainda não ter conseguido resolver a situação dos Bombeiros Sapadores de Setúbal?

Manuel Fernandes (PS) – Quero agradecer, em primeiro lugar, a presença dos Bombeiros Sapadores ou dos representantes dos Bombeiros Sapadores aqui presentes e, uma vez mais, lamentar a razão pela qual aqui marcam presença. É um assunto que, infelizmente, como outras bancadas já o referiram, já se arrasta há demasiado tempo e não faz sentido trazer, uma vez mais, os mesmos assuntos que há 6 ou 7 anos atrás andam a reboque de manifestações e de conflitos que se arrastam por teimosia dos responsáveis políticos locais, no caso o executivo da CDU, obviamente.

Gostava de referir que o respeito pelos profissionais começa no diálogo, se há uma possibilidade de diálogo, essa possibilidade deve acontecer e de forma efetiva, é isso que se defende e é isso que muitos que aqui estão sentados hoje costumam defender na rua. Há muitos que aqui hoje se sentam, que o dizem todos os dias, mas que não o praticam quando são poder e isso é que é lamentável.

Não é possível continuarmos, uma vez mais, aqui a ouvir sempre os mesmos sorrisos do mundo capitalista, sendo que o mundo capitalista está dentro desta casa, está no poder desta casa, está no poder deste concelho, não é admissível. É um apelo que faço apenas ao bom senso e àquilo que poderá ser a serenidade do diálogo e das contestações em termos laborais, os direitos que estão consagrados na lei são para respeitar e o diálogo deve dar lugar a consensos que permitam o desenvolvimento da atividade profissional para bem de todos, para bem da população, para bem da comunidade, mas, sobretudo, para desenvolver em termos individuais, pessoais e coletivos aquilo que cada um dos profissionais que veste a camisola dos Bombeiros Sapadores de Setúbal tenha orgulho daquilo que faz e da atividade que faz, porque é para esse e é essa missão que temos como proteção da comunidade que nos orgulha, também, daquela camisola. É um apelo que faço para que este conflito, de uma vez por todas, seja dirimido.

Senhor Presidente, é um apelo que lhe faço, pessoalmente, mas sincero, porque já chega de ouvirmos sempre o mesmo sorriso.

Presidente da Mesa – Tenho que fazer uma observação, não temos previsto, nem na Lei e nem no regimento, um período de debate na fase da intervenção do público. É evidente que se houver a interpelação a alguém do executivo ou ao executivo, ou a algum deputado, o deputado que foi interpelado tem o direito de responder, mas não podemos estar a fazer intervenções de debate, manifestando as nossas opiniões extensamente sobre aquilo que o público nos traz. Não na Lei e nem no regimento nenhum período de debate nesta fase de intervenção do público, mas o que é prático e é lógico é que quem é interpelado deva poder responder.

Apelo à síntese, pode-se manifestar com concordância ou discordância, apoio ou oposição, mas com um poder de síntese que seja adequado a esta fase. É a fase de intervenção do público, não é debate sobre as questões do público. As pessoas que forem interpeladas ou os membros do executivo ou da assembleia têm que responder naturalmente e é nesse sentido que apelo à síntese das intervenções.

Manuel Esteves (PS) – Depois desta síntese que o senhor deu, pouco mais há a dizer do que já foi aqui falado acerca dos bombeiros. É de lamentar hoje, pela segunda vez, que somos recebidos à porta deste município por uma patrulha da Polícia de Segurança Pública.

Nunca pensei em vir para uma Assembleia Municipal onde todos os munícipes, sejam eles em grupo, ou em sindicato, ou individual, que tenham esta receção. É de lamentar!

Preocupa-me, também, deixo aqui a minha preocupação ao Sr. Presidente, como é que é possível há tantos anos não se conseguir fazer um diálogo e resolver o problema de uma instituição que tanto já ouvi falar aqui nesta câmara e mesmo em nome da pessoa do Sr. Presidente dizer que estima e que tem muita consideração por ela. Já é tempo, já chega, têm que se sentar e resolver o problema que esta instituição tem.

Depois quero dizer à senhora munícipe que falou aqui sobre a Comenda, não posso estar mais de acordo, porque uma vez que já se tomou a iniciativa de tirar aquelas vedações do Parque das Merendas e que já foi prometido, também, e está visto tirar as outras vedações da rua principal, que é a das Oliveiras e que é municipal, porque é que ainda não se fez e porque é que não se tirou os pilaretes ainda da estrada que está em frente a essa Herdade.

Vanessa Silva (CDU) – Gostava de aproveitar a presença dos dois senhores munícipes e bombeiros para saudar e felicitar a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal pelo seu aniversário e reafirmar que na CDU consideramos que a valorização das carreiras dos bombeiros profissionais é algo muito importante e urgente para garantir, também, as melhores condições de trabalho.

Pensamos que, tal como já foi referido nesta Assembleia Municipal pelos membros do executivo municipal, há toda a abertura para que o diálogo seja encetado e para que se possam ultrapassar os problemas que estão em cima da mesa e que têm complexidade. Certamente uma complexidade que não temos aqui capacidade de analisar, tendo em conta que estamos a falar de matéria de gestão executiva, mas certamente que será esse diálogo e o aprofundamento do mesmo que poderá fazer evoluir esta situação para que, naturalmente, a valorização das condições de trabalho ocorra e com isso, também, a melhor prestação do socorro à população.

Presidente da Mesa – Senhor Presidente, ainda antes da sua intervenção, porque, de alguma forma, fui interpelado duas vezes pelas intervenções dos senhores deputados municipais quanto ao facto de a PSP estar à porta.

Quando passei pela manifestação, não reparei se estava a PSP, não vi, e depois de estar dentro do edifício fui chamado por dois agentes da PSP que me deram conta de que tinham algum receio de que todas as pessoas subissem dado que algumas estavam mais agitadas e eu disse, tenho testemunhas disso, que no período da intervenção do PÚBLICO intervêm as pessoas que se inscrevem, o limite são de 6 pessoas, é frequente os bombeiros cá virem, normalmente fazem as intervenções calmamente e nunca houve desacatos. A avaliação do risco de algum desacato é feita pela PSP e só eles podem avaliar se é preciso prevenir.

É uma manifestação, normalmente têm o direito à manifestação e o direito à participação nas Assembleias Municipais. Fui esclarecido que a manifestação era espontânea, que não estava regularmente convocada, não sei se foi ou não informada, a PSP não teve participação desta manifestação e aconselharam que apenas as pessoas que iriam intervir subissem. Voltei a dizer que a avaliação de risco não me cabia a mim fazer, não cabe à Assembleia e nem aos eleitos, cabe apenas à força de segurança que fará o que entender, foi isso, ninguém foi impedido de vir à sessão e nem de intervir, que fique esclarecido.

Presidente da Câmara – Quero em primeiro lugar, seguindo as palavras do Sr. Presidente da Assembleia, dizer que eu, Presidente da Câmara, não tenho nada a ver com a situação da intervenção ou do condicionamento da intervenção policial. A Câmara Municipal, do que é do meu conhecimento, não tem qualquer intervenção e nenhuma questão a ver com isso, suponho que foi iniciativa da PSP a intervenção que fez.

Creio que o Sr. Presidente da Assembleia, pela intervenção que fez, terá mais algum conhecimento da situação que eu, porque não tenho nenhum conhecimento a não ser de que havia uma manifestação, suponho, dos Bombeiros Sapadores. É importante que fique bem claro que não tive qualquer intervenção neste assunto, nem ele e que eu saiba ninguém da Câmara Municipal.



Em segundo lugar, quero referir-me à intervenção da senhora munícipe Fernanda Rodrigues, da Associação dos Amigos da Arrábida e do Sado, dizendo que quando se referiu aos pilaretes e às correntes, suponho que se refere aos que estão em frente à entrada principal da Quinta, que é uma área de intervenção que não é da competência da Câmara Municipal, é das Infraestruturas de Portugal. Tanto quanto sei, esse assunto já está a ser tratado pelas Infraestruturas de Portugal. É uma informação que tenho, mas essa é uma matéria e uma área de intervenção que não é da competência da Câmara Municipal.

Relativamente aos pilaretes que contornam o Parque da Comenda, deixámos esses pilaretes, porque é uma forma de evitar que viaturas possam entrar naquele espaço e é uma forma de proteção do mesmo. Mas esses pilaretes não impedem a entrada e a circulação das pessoas, porque a rede que impedia isso foi retirada e os pilaretes que ficaram é exatamente para proteger aquele espaço. Como sabem, também, tem havido um diálogo entre a Câmara Municipal e a Direção-Geral do Património Cultural, porque há uma intervenção de escavações arqueológicas naquele mesmo espaço e respeitando, também, o desenvolvimento desse projeto, temos a obrigação de proteger minimamente aquele espaço e são estas as razões porque se mantém ali aqueles pilaretes.

Relativamente ao caminho municipal, creio que se refere em particular ao caminho 1065, é um processo que está a decorrer, a Câmara Municipal entrevistou, desenvolveu as iniciativas que lhe compete em termos de fiscalização, estão a decorrer os prazos e quando terminarem a Câmara Municipal atuará em conformidade como fez no que se refere ao Parque da Comenda.

Quero também aproveitar para informar que ainda ontem tivemos uma reunião com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, no sentido de continuar um diálogo com as entidades que têm competências naquele território, designadamente na área marítima, no sentido de acertarmos posições no que diz respeito a um futuro, a uma transferência de maiores responsabilidades para a gestão pública daquele espaço por parte da Câmara Municipal. Como sabem, estamos a falar de uma área que é da responsabilidade da gestão da Agência Portuguesa do Ambiente e estas conversações vão no sentido de algumas dessas responsabilidades poderem passar para a Câmara Municipal e assim a Câmara Municipal poder gerir aquele espaço e poder defendê-lo. Geri-lo no sentido de o poder defender de situações que nós sabemos que acontecem quando há território e que há dúvidas ou possa haver dúvidas relativamente a quem tem competência ou, então, quando há tantas entidades que têm competências sobre esses territórios. É disso que estamos a tratar e deixo aqui só esta informação para que fique claro que a Câmara Municipal continua a desenvolver todos os esforços no sentido de regularizar o uso e a gestão daquele espaço e, naturalmente, das outras intervenções que são consideradas ilegais por parte de quem teve intervenções que não estão legalizadas.

Relativamente à intervenção dos senhores representantes do Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores quero dizer que a Câmara Municipal é uma pessoa de bem, é uma pessoa que age de boa-fé, as declarações públicas que temos feito, eu e a Sra. Vice-Presidente, nas reuniões da Câmara Municipal e nas sessões da Assembleia Municipal estão gravadas, são públicas e defendemo-las em qualquer circunstância. Não me vou alongar sobre aquilo que têm sido as nossas afirmações e, por isso, pôr em causa algumas afirmações que aqui foram feitas. Posso ainda dizer, temo-lo referido várias vezes, que a porta da Câmara Municipal, no que se refere ao sindicato e ao acesso aos serviços de Recursos Humanos da Câmara Municipal e da Sra. Vice-Presidente, está aberta, sempre esteve e continuará. Esse diálogo continuará sempre que qualquer trabalhador ou qualquer organização sindical o entenda.

Da parte da Câmara Municipal, o que a Lei lhe confere que é a gestão dos serviços municipais, a Companhia de Bombeiros Sapadores é um serviço municipal e a Câmara Municipal age em conformidade com aquilo que considera que são os seus direitos e as suas responsabilidades. É assim que atuamos, é assim que também entendemos que o Regulamento da Companhia, que é de 1997, não está minimamente adequado à gestão de hoje e à intervenção dos serviços públicos, em particular dos bombeiros. Por isso está já em fase de apreciação, pelas organizações representativas dos trabalhadores da Câmara Municipal, um novo Regulamento Municipal da Companhia de Bombeiros. Espero que brevemente possa vir à Câmara esse novo regulamento que, do meu ponto de vista, estabelece com maior clareza as responsabilidades de cada uma das partes nesta relação da Companhia dos Bombeiros Sapadores com a Câmara Municipal.

Outras iniciativas estão, também, a decorrer no sentido de todas aquelas afirmações que ainda hoje aqui tivemos oportunidade de ouvir, de serem tratadas com a devida ponderação e com as competentes intervenções sobre as matérias aqui definidas. Quero reafirmar que a Câmara Municipal é uma pessoa de bem, é uma pessoa que age de boa-fé e assim prosseguirá com todos aqueles que, no caso em particular, representam os trabalhadores deste município.

Quanto à relação do Presidente da Câmara com os trabalhadores municipais, em particular com os Bombeiros Sapadores Municipais, ainda no dia do aniversário da Companhia estive lá, almocei, quem quis sentar-se na minha mesa sentou, quem não quis não se sentou, não obrigo ninguém e naturalmente que as pessoas são livres e neste espaço cada um é livre de fazer aquilo que bem entende, cabendo ao Presidente da Câmara, no desempenho das suas funções, fazer aquilo que lhe compete e é isso que tenho feito e continuarei a fazer. Era o que tinha a dizer sobre a questão dos Bombeiros Sapadores.

Os direitos dos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal serão sempre defendidos por este executivo e algumas intervenções que aqui foram feitas por um senhor deputado ficam registadas também em Ata e cada um tem o direito de fazer as afirmações que bem entender. Pela minha parte, era isto que tinha a dizer.

VOTAÇÃO DAS ATAS

1. Ata da sessão extraordinária da Assembleia de 11 de novembro de 2022

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

2. Ata da sessão extraordinária da Assembleia de 29 de novembro de 2022

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

3. Ata da sessão ordinária da Assembleia de 16 de dezembro de 2022

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

a) Interpeleções ao Executivo

Presidente da Mesa – Entre interpelações, moções, resoluções, saudações, votos de louvor e pesar temos qualquer coisa como 20 documentos para um período que inclui outras intervenções e temos 60 minutos para fazer isto.

Na Comissão Permanente debatemos este assunto, mais uma vez, chamámos a atenção para o excesso, a perfusão de documentos desta natureza que nos ocupa muito tempo e que em 60 minutos 20 documentos dá 3 minutos a cada um. Três minutos é o tempo de fazer uma votação, se tiver alguma declaração de voto ou alguma votação na especialidade.

Apelava ao vosso poder de síntese para que possamos fazer o debate no período de antes da ordem do dia que for necessário, mas não consumir todo o tempo nisto. Elas estão todas distribuídas, basta mencionar o assunto, evitar repetição de apresentações, grandes discussões e objetivamente aquilo que se pretende alterar ou com que não se concorda, será sobre isso que se faz a intervenção propondo alterações eventualmente, mas que sejam intervenções o mais objetivas possível.

Isabel Conde (PSD) – No âmbito da conclusão da rede de saneamento básico na Freguesia da Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, tendo havido a intenção de começar a obra no imediato, através do lançamento do concurso público durante o 1º trimestre do ano 2023, uma vez aprovada a abertura do procedimento de contratação de empréstimo relativo ao prolongamento da rede de água e saneamento à 1ª fase, passados dois meses cumpre questionar em que ponto se encontra a situação.

Anita Vilar (CDU) – Gostava de pedir ao executivo, se fosse possível, que nos desse qualquer informação sobre a tão badalada visita do Sr. Ministro da Saúde que foi exigida quase pelos Srs. Presidentes das Câmaras de Sesimbra, de Palmela e de Setúbal, e que, se calhar, não teria vindo. É para isso que os autarcas também servem, é para exigir algumas coisas ao poder central.

Pedia, se nos pudessem informar, o que é que o Sr. Ministro respondeu face, primeiro, aos 60 mil utentes que não têm médico de família em Setúbal, Sesimbra e Palmela e que são altamente discriminados em relação a outros que os têm.

Responder, também, o que é que o Sr. Ministro disse em relação às urgências da ginecologia e da obstetrícia, que todos sabemos como tem andado, e também as da pediatria. Por outro lado, se for possível, também gostaria de saber o que é que o Sr. Ministro invoca para o facto de termos grávidas nestes concelhos que só são vistas quando calha no seu período de gravidez, não sendo feita qualquer consulta a muitas dessas grávidas, o que é muito mau, ou então é feito uma ou duas, mas não as seis que as grávidas deveriam fazer.

Também em relação às próprias crianças que nascem e que muitas vezes só são vistas seis meses depois do seu nascimento para a primeira consulta, a qual deveria ser de vigilância e também de prevenção. Já não vou falar, como sempre falo, dos pobres dos doentes da saúde mental que não a têm e que também não têm assistência, porque não vi até agora quaisquer medidas a serem tomadas de um excelente plano que existe de saúde mental desde 2016.

Ora bem, creio que fico por aqui, porque não vale a pena realmente bater mais no ceguinho, mas só espero que as notícias que vêm nos jornais sobre o alargamento do hospital sejam verdadeiras e não fiquem nas calendas como outros casos que conhecemos e este há muitos anos que foi prometido.

Alexandre Teles (PSD) – Trago aqui três questões sobre saneamento, estação elevatória de águas residuais Faralhão 2, antiga ETAR do Faralhão, concessionada à Simarsul, tem descargas diretas para o estuário do Sado.

Estação elevatória de águas residuais Faralhão 1, gerida pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, tem descargas pontuais para a vala de águas pluviais, esta mesmo completamente obstruída e sem qualquer intervenção e limpeza há dezena de anos.

Estação elevatória de águas residuais, próximo da antiga Central Termoelétrica de Setúbal, concessionada à Simarsul, aflúências oleosas da zona de Mitrena e que pontualmente tem descargas diretas para o estuário do Sado, o que prejudica gravemente o estuário e diretamente vários ostreicultores e piscicultores. O porquê do mau funcionamento destes equipamentos?

Simão Calixto (CDU) – Tenho duas breves questões, uma primeira sobre os transportes metropolitanos e o funcionamento da Carris Metropolitana, se o executivo nos podia dar alguma informação, sendo que temos conhecimento que continuam a existir alguns problemas, principalmente com os horários da manhã, da noite e de fim de semana, e que impacto é que isso tem tido nos serviços e como é que a Câmara, também, tem intervindo. A segunda questão, é sobre a entrada em funcionamento dos Serviços Municipalizados, se o executivo nos pode dar algumas informações sobre como está a decorrer.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Uma breve questão, não sei se o Sr. Presidente da Câmara saberá responder ou o senhor vereador Pedro Pina. A Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra decidiu aderir ao SNS 24, tínhamos tudo preparado para começar no dia um de fevereiro, mas veio uma resposta da parte dos serviços de saúde que não se encontrava a funcionar, na altura, a questão da marcação de consultas e a sugestão foi de que não se avançasse com o protocolo. A verdade é que já contratámos pessoal, tínhamos tudo preparado e até à data não tivemos qualquer resposta sobre esta matéria.

Flávio Lança (IL) – Gostava de colocar aqui três questões, que acho serem de grande relevância. Em primeiro lugar, continuando com o tema da segurança, recorde que a 5 de fevereiro lemos no “Setubalense” que a estação de combustíveis da Repsol tinha sido assaltada nessa tarde em Setúbal, a 13 de fevereiro que um homem tinha sido espancado e esfaqueado por grupos de jovens em Setúbal, um crime que foi filmado e penso que muitos viram, passou no Correio da Manhã. Ainda no dia 13 chegámos relatos que a PSP não tinha um reboque para desbloquear a via pública e existiu congestionamento da via, questiono, se efetivamente existe o Conselho Municipal de Segurança, o que tem feito para promover a segurança na cidade, se podemos ter acesso aos relatórios e ainda quais as providências que a Câmara Municipal está a realizar junto da Administração Pública para aumentar a segurança na cidade.

Senhor Presidente, passando agora ao interface de Setúbal, estamos aqui a falar de um investimento de 4,5 milhões de euros, cujo município participou com 50% e inaugurado a 16 de setembro de 2021. Hoje temos bairros nas proximidades com passeios repletos de automóveis, impedindo a circulação de pessoas e temos à data de hoje um estacionamento com 117 lugares ainda encerrado, questiono qual o motivo que justifica esta infraestrutura estar encerrada?

Por fim, Sr. Presidente, uma questão que a Iniciativa Liberal lhe fez no dia 8 de maio de 2022, ainda não tem resposta relativamente aos imóveis que são propriedade da Câmara Municipal de Setúbal, gostava também de perceber o motivo de não termos tido resposta.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Procurar dar respostas o mais rápido possível. A senhora deputada Isabel Conde do PSD que questionou sobre o investimento na rede de águas e saneamento nas Pontes, é verdade, como disse, providenciamos para que logo no 1º trimestre de 2023 se pudesse iniciar a obra, acontece que os empréstimos para a última fase implicam o parecer ou visto do Tribunal de Contas. Ainda hoje perguntei qual é a situação, não temos ainda o visto do Tribunal de Contas e não podemos iniciar este procedimento, mas espero que a breve prazo isso aconteça e logo que aconteça, como foi prometido, a obra iniciar-se-á. Quero só recordar que incluímos este valor deste empréstimo, porque, como todos sabemos, os Serviços Municipalizados estão numa fase ainda de instalação e por isso aquilo que avaliamos é que a sua capacidade de intervenção seria um pouco mais tarde e foi por isso, até para dar confiança a este compromisso, que incluímos esta verba no empréstimo. Infelizmente, não somos nós que controlamos algumas situações, mas o compromisso fica aqui e agradeço ter feito a pergunta, porque é preciso que os moradores da freguesia, em particular das Pontes, tenham confiança de que logo que seja disponibilizada e que tenhamos condições a obra iniciar-se-á.

Senhora deputada Anita Vilar, sobre a vinda do Sr. Ministro, já tive oportunidade de me pronunciar várias vezes, mas é sempre bom na Assembleia Municipal dizer que, em primeiro lugar, foi muito importante esta iniciativa das Câmaras Municipais, dos Presidentes das Câmaras da área de influência do Centro Hospitalar de Setúbal na deslocação ao Ministério, das conversações que houve com o Sr. Ministro e que levou a que ele viesse visitar o hospital e pudéssemos ter conversado sobre os problemas. Os problemas estão identificados, na troca da informação que foi feita vê-se que os problemas estão identificados, há um reconhecimento de uma grande falta de investimento no Serviço Nacional de Saúde.

Agora a questão que se coloca é a seguinte, se houver hoje investimento necessário, era bom que houvesse, os problemas amanhã estariam resolvidos, é evidente que não estão. É muito importante que todos tenhamos consciência disto, é que foram muitos anos sem investimento ou de falta de investimento

necessário no Serviço Nacional de Saúde e agora há que garantir esse investimento, essa é a nossa reivindicação que continua em cima da mesa, é preciso que haja decisão política para que haja investimento.

Uma segunda questão, é que também se verifica, constatado por todos, que os profissionais de saúde não se sentem motivados para ficar no Serviço Nacional de Saúde. Um dos exemplos que foi identificado e que o Sr. Ministro teve oportunidade de confirmar pessoalmente, foi que há dois anos, como acontece todos os anos e este ano também já aconteceu, entraram para formação no hospital 56 novos profissionais, médicos. Destes 56, entre novembro, dezembro de 2022, ficou um que tem um contrato, aceitou fazer um contrato e ficou no hospital. Já agora uma curiosidade, é o único ou a única no caso que tem idade em que ainda é obrigatória para poder fazer urgências, todos os outros profissionais do Centro Hospitalar de Setúbal já ultrapassaram a idade de obrigação para fazer urgências, daí as dificuldades das urgências da ginecologia e de obstetrícia e também da pediatria.

Muito rapidamente e muito sinteticamente, são problemas que estão identificados, exigimos que haja investimento, decisão política de investimento imediato no Serviço Nacional de Saúde para a intervenção geral nos vários domínios, por outro lado, há também a necessidade urgente de decidir, de garantir incentivos para que os profissionais nos diversos tipos possam escolher ficar no Serviço Nacional de Saúde e para isso é preciso que se criem esses incentivos, designadamente também financeiros. Naturalmente que as condições de trabalho, que é uma das questões que se coloca aqui no Centro Hospitalar, que é a situação das instalações, é muito importante, mas as instalações servem de pouco se não houver profissionais em condições de prestar os serviços que são necessários. É fundamental que se criem os incentivos necessários para que os profissionais de saúde, quando fazem a formação no Serviço Nacional de Saúde, não optem por ir para os privados ou até de imigrar. São estas duas questões principais que identificámos e que foram identificados pelos Presidentes das Câmaras, pelo Sr. Ministro e, naturalmente, por todos os profissionais que colaboram connosco neste processo, no chamado Fórum Intermunicipal da Saúde, onde participaram os representantes dos profissionais de saúde.

Julgamos que estas são duas questões centrais que esperamos que haja decisão política para que possam ser ultrapassadas. Dizer que foi reconhecido pelo Sr. Ministro que a Câmara Municipal de Setúbal e as outras câmaras, cabe-me falar em particular da Câmara Municipal de Setúbal, tem manifestado toda a disponibilidade de colaborar em parceria com o Ministério da Saúde no sentido de garantir o investimento e as condições do investimento em Setúbal, designadamente nos Centros de Saúde. O Centro de Saúde de Azeitão está em fase final de obra, em relação ao Centro de Saúde da Bela Vista a Câmara Municipal está a desenvolver os projetos e o Centro de Saúde do Bairro do Liceu estão, também, os processos em desenvolvimento, mas aí há um pequeno atraso, uma vez que falta ainda o programa do próprio Centro de Saúde, porque tem uma componente administrativa e, por isso, falta vir o programa para poder ser lançado os projetos.

A Câmara Municipal assume todas as responsabilidades da cedência dos terrenos, da elaboração dos projetos, do lançamento dos concursos, do acompanhamento da obra e dos arranjos exteriores. São os compromissos que assumimos e melhor do que esta parceria será difícil encontrar. A este propósito fizemos, também, saber ao Sr. Ministro das nossas preocupações, em particular no que diz respeito ao Centro de Saúde de Azeitão. A obra vai terminar e não há garantia se quando terminar a obra haja profissionais de saúde suficientes para servir a área de influência do Centro de Saúde de Azeitão. Aqui está e foi transmitido, naturalmente, e esperemos ter uma resposta a esta questão, é uma preocupação maior que, também, colocámos ao Sr. Ministro e é dentro deste quadro que trabalhamos.

Estão identificados os problemas de maior afluência às urgências do Centro Hospitalar e têm a ver com a falta de condições de atendimento nos Centros de Saúde. Quando estiver resolvido o problema, em particular, destes três Centros de Saúde, os quais já vão ter uma capacidade bastante significativa para dar uma resposta maior às necessidades e, naturalmente, que as populações irão menos às urgências do hospital. Este é o contributo que a Câmara Municipal está a dar neste ponto.

Alonguei-me aqui, mas a matéria o exigia.

Relativamente às ETAR, senhor deputado, compreendemos que hoje traga aqui a questão, os Serviços Municipalizados e a Simarsul tomaram posse há dias, naturalmente que isto é o resultado de 25 anos de concessão, é o que posso dizer para não me alongar, mas acho que fica claro o que é que isto significa.

Sobre algumas falhas nos horários dos transportes, o que posso dizer é que há reuniões técnicas todas as semanas e as reuniões que tive com a TML e com o operador ficou o compromisso de que até ao final do mês de fevereiro ficariam em todas as paragens do concelho de Setúbal os novos horários de funcionamento dos autocarros. Isto era uma falha grave, mas que decorre, do facto, de inicialmente terem sido colocados horários e depois com todas as dificuldades dos motoristas e de um grande falhanço que foi esta operação, é verdade que se diga, os horários que estão nas paragens dos autocarros não correspondem àquilo que efetivamente se passa. Julgo que com a colocação dos novos horários nas paragens que podemos passar a ter, em concreto, para além do que nos é dito, uma avaliação real daquilo que se passa. Estamos atentos e a acompanhar todo este processo e é bom dizer que a situação mudou significativamente, ainda não atingiu aquilo que são os nossos objetivos, mas melhorou significativamente. Senhor deputado Flávio Lança, relativamente aos assaltos, dizer que tive reuniões com a Sra. Secretária de Estado da Administração Interna há cerca de dois meses, hoje tive oportunidade de estar com ela porque foi o aniversário do Comando Distrital da PSP, naturalmente que tive a oportunidade de na minha intervenção de dizer exatamente aquilo que já lhe tinha transmitido quando tivemos a reunião, abrem-se boas perspetivas para as coisas melhorarem. Melhorarem no sentido de uma intervenção mais ativa por parte dos profissionais da PSP no nosso concelho e também na perspetiva de haver investimento em novas instalações ou melhorar as instalações. Mais do que isso por hoje não posso dizer, naturalmente que fico com esta expectativa que, também, vos deixo a todos de que as coisas avancem no sentido de resolver estes problemas que o senhor deputado referiu.

Relativamente à questão do requerimento que fez, os serviços continuam a trabalhar para dar resposta e logo que esteja enviaremos.

Quanto à questão da Linha Saúde 24, não tenho a informação, não sei se o senhor vereador tem essa informação?

Vereador Pedro Pina – Muito rapidamente, tenho 30 segundos. Temos semanalmente insistido e decorre da responsabilidade direta dos serviços que acompanham, da parte do Estado, essa matéria e está impedido e da parte da Câmara Municipal estamos prontos para assinar o protocolo tripartido com a Junta de Freguesia, mas há um problema informático que, de facto, tem impedido a formalização e a efetivação da resposta. A todo o momento aguardamos que nos devolvam essa informação.

1. **Recomendação para a requalificação das vias de passagem de ciclovias no seu cruzamento com as vias rodoviárias (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Francisco Cabral (PSD) – No fundo, o que esta recomendação pretende é reforçar as ciclovias que se constituem enquanto uma iniciativa dotada de valor acrescentado para a nossa cidade, contudo pretende também reforçar que é igualmente relevante que as deslocações recorrendo a ciclovias e vias cicláveis sejam realizadas de forma segura.

Nesse sentido, o PSD propõe à Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara Municipal de Setúbal, no que diz respeito às travessias no troço ciclovias que passam por estradas de uso não exclusivo, tendo o uso prático ou não prático “passadeiras de bicicletas”, que estas sejam marcadas com a cor da ciclovia, de forma a aumentar a sua visibilidade e a segurança dos utilizadores, no período diurno e noturno.

Esta recomendação afeta tanto as ciclovias existentes, quer também aquelas que irão ser requalificadas ou que estão a pensar ser construídas.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PSD, Nuno Carvalho.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

2. Recomendação “Setúbal deve ser libertada das barreiras à mobilidade” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Rui Lamim (PSD) – Sem antecipar aquilo que é a apresentação do relatório que que mais tarde vamos ter sobre o estacionamento, o problema da mobilidade em Setúbal não é só o estacionamento, deve ser visto de uma forma global e de uma forma integrada. Não é só o estacionamento ou a falta dele, mas também um grave problema de fluidez de trânsito automóvel, os engarrafamentos e a incompreensível redução de faixas de rodagem. Olhando isto de uma forma integrada, são sérias as dificuldades nas entradas e saídas do concelho, nomeadamente nestes dois casos.

A travessia do Sado, quer para trabalho, quer para lazer, tem um preço e frequência de serviço que não é satisfatório. Conseguimos ligar com o passe da Carris Metropolitana as margens esquerda e direita do rio Tejo, mas o que é que tem de diferente aqui a água do rio Sado? Deve ser, também, possível usar o passe Carris Metropolitana na travessia do rio azul.

Num outro âmbito e também neste espaço da visão integrada, continua sem evolução o problema da linha férrea concessionada à Fertagus. O serviço prestado por esta empresa continua a ser semelhante ao primeiro dia de exploração, com o valor do passe obviamente reduzido, mas também reduzido o número de lugares sentados, os horários, a duração da viagem, a frequência entre Lisboa e Setúbal são a principal causa de problemas. Além do mais, no período noturno o tempo sem serviço é incompreensível, tal deve-se à falta de investimento, investimento da Administração Central que possibilite um serviço direto entre Setúbal e Lisboa com maior frequência e menos tempo de paragem no serviço noturno.

Temos mais um parágrafo sobre a coesão territorial, que passo à frente. Esta Assembleia recomenda à Câmara Municipal de Setúbal que apele ao Governo para que seja aumentada a disponibilidade horária no serviço de transporte ferroviário, bem como a expansão do sistema de passe à AML a Troia.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Concordando na generalidade com a recomendação apresentada pelo PSD, abstivemo-nos apenas por falta de detalhes sobre o impacto nas contas do município da expansão do sistema de passe AML a Troia.*

Recordo que o passe navegante tem um custo para os municípios, porque o município e o Governo central estão a financiar essa redução de preço junto dos operadores. Foi este o motivo que nos levou à nossa abstenção.”

3. Recomendação “Condições de acesso à Península de Setúbal ao Quadro Comunitário de Apoio PT2030” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Francisco Cabral (PSD) – Se a atuação do Governo tivesse sido condescendente com a urgência reclamada pela região, através dos seus autarcas, associações empresariais, sindicatos e setor social, teria sido possível que as alterações agora operacionalizadas por esta nova lei pudessem aproveitar os fundos europeus estruturais e de investimento referentes ao quadro comunitário em vigor até 2027. Os argumentos apresentados pelo Governo, em anos anteriores, na Assembleia da República de que os concelhos da Península de Setúbal teriam que sair da Área Metropolitana de Lisboa para que se constituísse uma NUT para a região, revelam-se incorretos. Tiveram, inclusive, um efeito dilatatório na construção e consagração de uma solução, o efeito obtido foi a limitação da Península de Setúbal no acesso ao atual quadro comunitário plurianual.

No fundo, o que pretendemos, mais do que apontar dedos é encontrar soluções e é com esta moção que o PSD propõe que se pense em conjunto sobre aquilo que são ou que possam ser mecanismos de financiamento neste período.

Vanessa Silva (CDU) – A CDU acompanhará a proposta apresentada pelo PSD que consideramos de grande pertinência e valorizamos o facto de colocar em cima da mesa uma questão que é essencial, que é esta necessidade de diálogo alargado com as diferentes entidades da região. Aliás, a Associação de Municípios da Região de Setúbal assim como os municípios em conjunto com entidades regionais tivera um papel fundamental para que, ao longo dos anos, fosse construída uma estratégia de desenvolvimento através do PDEPS – Plano de Desenvolvimento Estratégico da Península de Setúbal, que hoje nos permite estar aqui. Também pensamos que, de facto, conhecemos processos intencionais em várias áreas, é preciso concretizar e é preciso resolver, desde já, o problema que ainda não está resolvido e que tem a ver, no âmbito do PT 2030, de que forma é que os municípios vão ser financiados, os municípios aqui desta região e o conjunto das entidades da região.

Manuel Fernandes (PS) – Apenas dizer que a moção que foi apresentada, o senhor deputado Francisco Cabral escolheu exatamente reclamar para evidenciar a moção e a urgência reclamada pela região nestes fundos comunitários. Permita-me recordar senhor deputado, essa urgência só existe perfeitamente identificada pelo PSD precisamente, porque foi por um governo do PSD que devolveu essa urgência à região quando retirou a NUT II e entregou nas mãos da Área Metropolitana NUT III e NUT II. Foi precisamente essa urgência criada pelo próprio PSD.

Gostava de evidenciar, também, aquilo que o senhor deputado evidenciou e dizer que os fundos comunitários que se está a falar são os fundos comunitários de coesão, mas há outro tipo de fundos e são esses que o Governo está a trabalhar com a região e com as entidades da região, nomeadamente com as associações empresariais e de empresários dos municípios que dizem respeito aos fundos sectoriais específicos e ao PRR. Podemos concordar que o grau de execução não é satisfatório, concordo consigo se me disser isso, mas não foi isso que disse, o que disse foi que têm que existir alternativas até que a 2027 se chegue. O problema é que 2027 ainda tarda e tarda, precisamente, porque há um processo e esse processo inclui os dados estatísticos que têm que ser criados até lá e até lá a região está a trabalhar com o Governo nos fundos que dizem respeito aos setores e especificamente em cada área dos empresários e dos municípios que assim o entender fazer.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Ao contrário do que o PSD fez na Assembleia da República, ao se ter absterido na proposta de lei que criou a Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal possibilitando assim a criação da NUT II e NUT III para a península, a bancada do Partido Socialista votou favoravelmente esta moção. Ressalvando, no entanto, que o PSD age como se não tivesse tido responsabilidade pela integração da Península de Setúbal numa NUT II e NUT III na Área Metropolitana de Lisboa. O Governo corrigiu assim um erro que o PSD criou.*

No âmbito do Portugal 2020 foi possível fazer avisos dedicados, mas restritos a zonas com possibilidade de receber auxílio de Estado, no atual 2030 algumas freguesias da península têm essa classificação, a taxa do nosso plano do programa operacional 2030 é de 40%, ainda assim podemos em situações ponderadas em que a média 40% seja mantida fazer a majoração de 5 ou 10% em avisos de limitada disponibilidade financeira. O diálogo social, o diálogo é essencial e tem sido uma constante com os diversos interlocutores da região, mas o facto é que o quadro financeiro 2030 para Lisboa é reduzido, sendo por isso absolutamente imprescindível aproveitar ao máximo as condições que o PRR e os outros, que referi anteriormente, mecanismos nos apresentam.”

4. Recomendação para a criação de um Memorial dedicado às vítimas de violência doméstica (PS)
(conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Elisabete Cavaleiro (PS) – Vamos tentar colaborar para que o Sr. Presidente execute na perfeição as suas funções e então vamos também prescindir da leitura da recomendação, estando obviamente à inteira disposição para qualquer esclarecimento que a mesma possa suscitar.

Dizer, ainda, que a recomendação hoje aqui apresentada pelo Partido Socialista prevê a criação de um memorial dedicado às vítimas de violência doméstica do concelho de Setúbal, onde por cada vítima mortal seja plantado uma árvore. Este memorial poderia caber num espaço público a implementar pela autarquia, recordando todos os que perderam as suas vidas às mãos dos agressores.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal votou, sem qualquer objeção, a favor desta recomendação, a violência doméstica é um atentado à dignidade. Recordando a Declaração Universal dos Direitos do Homem, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” e é fundamental que se caminhe no sentido de dar uma resposta mais eficaz e integrada na prevenção e investigação de crimes de violência doméstica.”*

5. Recomendação “Transparência na gestão autárquica” (PAN) (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Francisco Cabral (PSD) – O PSD pedia que em relação à recomendação “Transparência na gestão autárquica” que fosse retirada para ir à Comissão, para ser melhor trabalhada em conjunto com todas as bancadas.

Mariana Crespo (PAN) – Gostava de uma justificação, já agora.

Francisco Cabral (PSD) – No fundo é uma proposta bastante complexa e achamos que deve ser trabalhada, sobretudo, porque é uma questão que une todas as bancadas.

Mariana Crespo (PAN) – Pretendo que a mesma se mantenha e seja votada.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 10 do PS, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 abstenções da CDU.

Simão Calixto (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU absteve-se nesta moção, não por termos nada contra a transparência, mas por entendermos que outros instrumentos já são usados no município e que a fiscalização da atividade municipal deve ser exercida, em primeiro lugar, pelos órgãos autárquicos e em particular pela Assembleia Municipal.”*

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Acompanhamos esta recomendação, porque consideramos que a transparência é essencial para a promoção da mudança de comportamentos, aumentando o poder dos munícipes ao mesmo tempo que lhes confere a capacidade de caminharem para uma comunidade que verdadeiramente participa e controla. Um regime liberal e democrático disponibiliza os atos de gestão alinhados com os princípios da transparência, legalidade e de boa fé.”*

Francisco Cabral (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Apesar de termos pedido para baixar à Comissão, o PSD, naturalmente, acompanha. Como foi referido, de facto, é uma matéria de interesse transversal a todas as bancadas, não obstante, consideramos que existe fundamento e deu-se aqui um exemplo relativamente ao portal de transparência, onde não refere de forma clara aquilo que pode ser o portal e pensamos que há muito a trabalhar.”*

6. Recomendação “Construção de parque de realojamento de colónias de gatos assilvestrados” (PAN)
(conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 15 votos a favor, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 22 abstenções, 17 da CDU e 5 do PSD.

7. Recomendação “Disponibilização de leitores de identificação eletrónica (microchip) nas Juntas de Freguesia do Concelho de Setúbal” (PAN) (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 do PS, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, uma abstenção da IL e 17 votos contra da CDU.

Ana Rita Drouillet (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: “*A bancada da CDU decidiu votar contra pela razão que não compete à Câmara Municipal dar formação a técnicos de outras autarquias, da mesma maneira que não cabe à Câmara Municipal dotar, nem a PSP, nem a GNR, dos meios necessários às suas ações.*”

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: “*A Iniciativa Liberal absteve-se nesta moção, apesar de considerarmos muito relevante o tema da identificação e recolha dos animais, por considerarmos que a falta de meios operacionais de proximidade dos responsáveis oficiais da CROAC ou SNEP não pode justificar a atribuição de novas funções às juntas de freguesia. Relembramos que não se trata apenas de operar com um instrumento de leitura de microchip, é também essencial a formação no trato com os animais que assustados se podem tornar agressivos.*”

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. Moção “Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paula Soeiro (PSD) – Para fazer uma interpelação à Mesa. Visto que as três moções seguintes, do Bloco de Esquerda, da CDU e do Partido Socialista versam sobre a mesma matéria, a proposta seria sobre a apresentação distinta, mas a discussão conjunta de uma forma de podermos articular entre as três moções e depois, também, a votação seria em separado.

Presidente da Mesa – Não vejo objeções, como é sobre a mesma matéria podermos fazer a discussão conjunta e a votação uma a uma. Não há objeções dos autores?

Vítor Rosa (BE) – Relativamente à questão dos profissionais da educação e quanto à moção do PS, iremos abster, porque há aqui um conjunto de considerandos, cuja resposta que é dada a esses considerandos, em termos deliberativos, não expressa nada que resolva aquilo que se passa hoje no campo da educação.

Leio apenas este aspeto “*considerando absolutamente fundamental que haja abertura, com consciência dos constrangimentos do país*”, isto é limitar aquilo que é preciso fazer de investimento na educação.

Marco Costa (PS) – Não posso deixar de fazer uma intervenção sobre este tema, justificando este documento apresentado pelo Partido Socialista. Apresentamo-lo, em primeiro lugar, como um testemunho inabalável ou intransigente da nossa defesa pelo ensino público como pilar da democracia, como agente de formação e transformação da sociedade, como forma de qualificação dos portugueses e

das comunidades que acolhemos e como aquela mão amiga que acolhe e que responde às necessidades e desigualdades sociais.

Em segundo lugar, como um contributo para limitar ou desmistificar num período de alguma instabilidade e incerteza, contribuir para a qualificação do debate, para desmistificar e eliminar a desinformação, afirmando que, ao contrário do que muitas vezes passa para a opinião pública, muito e de grande importância tem sido feito nos últimos anos pela escola pública até com reconhecimento internacional.

Em terceiro, mas de todo o menos importante, reconhecendo a justiça, a justeza e urgência das reivindicações de todos os profissionais docentes e não docentes.

Em quarto, fazendo votos que no respeito estrito e saudável pelos princípios democráticos, a negociação prossiga, tal como até agora, sem beliscar o direito à greve e à manifestação, com o cumprimento de decisões arbitrais, com a porta aberta sempre à participação e ao diálogo de todos os intervenientes e que se chegue, o mais rápido possível a um acordo, a um consenso que permita devolver a paz, a tranquilidade, a credibilidade e a colaboração entre os governantes, os profissionais, assistentes operacionais, técnicos e técnicos especializados, os pais, os tutores, os encarregados de educação e os alunos que serão os nossos futuros decisores políticos.

Vanessa Silva (CDU) – A CDU apresenta esta moção em defesa da escola pública e valorização dos professores, saudando a luta dos professores e educadores, bem como os sindicatos que os representam nas suas justas reivindicações em defesa da escola pública, através da valorização das carreiras, bem como insta o Governo a investir na escola pública e a valorizar os seus docentes, mas também todos os profissionais de educação proporcionando melhores condições de aprendizagem para as crianças e jovens e de trabalho para todos.

Dizer que, considerando que a moção do Bloco de Esquerda vai também neste sentido votaremos a favor da moção do Bloco de Esquerda, relativamente à moção do PS iremo-nos abster, tendo em conta que consideramos que tem um conjunto de considerandos de carácter positivo, mas até a forma como inicia a moção “*Neste momento mais agitado da vida da Escola Pública*”, quer dizer, isto não é o momento mais agitado, é um momento de luta que decorre de um conjunto de opções políticas, das quais o Governo do PS é também responsável. Não estamos, de facto, de acordo com a forma como depois faz o considerando e iremo-nos abster não obstaculizando, naturalmente, a passagem da moção.

Marco Costa (PS) – Só para fazer uma proposta, como guardei algum argumentário para as declarações de voto, para otimização e eficiência do tempo, quero propor para votarmos, como há algumas deliberações que discordamos na moção da CDU, os pontos deliberativos em separado.

Encontravam-se ausente da Sala de Sessões sete deputados municipais, um da CDU, um do PS, quatro do PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 16 da CDU, 1 do CH e 1 do BE, 9 votos contra do PS e 4 abstenções, 2 do PSD, 1 do PAN e 1 da IL.

Marco Costa (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: “*Relativamente a esta moção do Bloco de Esquerda, agradecemos o seu contributo para o debate, mas consideramos que é uma moção algo confusa que mistura alguns tópicos como a descentralização de competências, com a reivindicação dos professores e trazendo estes novos temas para discussão com a revisão de regras de aposentação dos docentes já num tempo de enorme conflitualidade.*

Esta moção não contribui para a paz e para a resolução urgente do problema tal como é necessário. De resto, também, referir que esquece deliberadamente, ou não, do pessoal não docente, dos assistentes operacionais e dos técnicos especializados, sendo o objetivo desta moção contrário ao que é reivindicado pelos profissionais do setor de educação. Apela, no entanto, ao diálogo e à continuação das negociações com vista à pacificação do ambiente escolar que vivemos. Mas, pelo contrário, esta moção, que é uma recomendação, que visa antes o extremar de algumas posições pelo que a bancada do Partido Socialista não pôde votar favoravelmente.”

2. **Moção “Em defesa da Escola Pública e valorização dos Professores” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa – Vamos votar ponto a ponto a parte deliberativa.

- 1.º Ponto** – Aprovado por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 5 abstenções, 4 do PSD e da IL.
- 2.º Ponto** – Aprovado por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL.
- 3.º Ponto** – Aprovado por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e 7 abstenções, 4 do PSD, 2 do CH e 1 da IL.
- 4.º Ponto** – Aprovado por maioria e em minuta, com 24 a favor, 17 da CDU, 5 do PSD, 1 do BE e 1 da IL, e 13 abstenções, 10 do PS, 2 do CH e 1 da IL.
- 5.º Ponto** – Aprovado por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 16 abstenções, 10 do PS, 4 do PSD e 2 do CH.
- 6.º Ponto** – Aprovado por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, e 18 abstenções, 10 do PS, 4 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.
- 7.º Ponto** – Aprovado por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 5 do PSD e 1 do BE, e 4 abstenções, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, e 19 abstenções, 10 do PS, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

Marco Costa (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Esta moção, na nossa opinião, cola-se demasiado a uma narrativa sindical que está em luta e, por isso, não nos revemos em alguns dos excessos e em algum pessimismo presente na maioria dos considerandos da moção.*

Além disso, esta moção não reconhece e nem assume alguns dos avanços e as políticas que nos últimos anos, mais recentes, têm vindo a desenvolver com impactos estruturantes através de múltiplos projetos de inovação, de modernização e de flexibilização curricular, de autonomização das escolas, de acesso a manuais escolares gratuitos, de desbloqueamento de contagem de tempo de serviço e a recuperação por parte do tempo de serviço congelado, entre outros.

Também nesta moção esbarramos, um pouco, com um certo radicalismo que pode ser impeditivo de chegar a um acordo sustentável e urgente que traga a serenidade e pacificação que é desejável ao ambiente escolar.

E por não nos revermos integralmente com as exigências dos pontos 4 a 6, da parte deliberativa, o Partido Socialista optou por votar com abstenção na generalidade nesta moção.”

3. **Moção “Setúbal solidária com os profissionais de educação” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 10 a favor do PS, e 27 abstenções, 17 da CDU, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL.

Vanessa Silva (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU absteve-se nesta moção, porque ela pauta-se por uma narrativa muito colada à narrativa governamental. É muito pessimista, porque apela à pacificação e não à resolução dos conflitos e consideramos que é preciso valorizar a luta dos trabalhadores da educação, dos professores que é também uma luta, não só pela dignificação das suas carreiras, mas pela defesa da escola pública, pela construção de uma escola pública, de facto, gratuita, inclusiva e de qualidade.”*

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Declaração de voto referente à abstenção do Partido Social Democrata, quer nesta moção, mas também tem referências à manifestação de voto de abstenção nas duas moções anteriores.*

Neste momento mais agitado da vida da escola pública importa não começar por saudar todos aqueles que a construíram, afirmá-lo e afirmaram, mas defendê-los e agir para o seu futuro.

A moção do Partido Socialista elenca um conjunto de medidas que levaram ao momento que hoje vivemos e assistimos, a degradação da escola pública, dos seus agentes, condições e serviços. Não basta, através de uma moção nesta Assembleia, reconhecer por palavras que é determinante a valorização das carreiras dos docentes e não docentes e o fim das vagas no acesso ao 5º e 7º escalão. A existência de precariedade e injustiça da vinculação contratual dos docentes mascarada através de maiores ou menores quadros de zona pedagógica reconhecem a burocratização da educação, as ultrapassagens na carreira e nos concursos e ainda o desumano regime da mobilidade por doença.

O Partido Socialista de Setúbal pode estar solidário com os profissionais da educação, mas o Governo do Partido Socialista não é.

Algumas das propostas da moção da CDU, instar o Governo a investir na escola pública e a valorizar os seus docentes, mas também nos outros profissionais e exigir ao Governo e ao Ministro da Educação o combate efetivo e a contagem integral do tempo de serviço ou, como afirma o Bloco de Esquerda na sua moção, ao longo dos anos o Governo tem-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, bem como a recuperação de todo o tempo de serviço dos professores e a criação do novo regime de recrutamento e mobilidade. Mas o próprio Bloco de Esquerda termina com um conjunto de recomendações para as medidas que são as mesmas que identificou e que foram recusadas pelo Governo do Partido Socialista ao longo dos anos. Parece uma pescadinha de rabo na boca.

Recordamos que nos últimos 7 anos de governação, 4 foram o resultado dos acordos escritos firmados a 10 de novembro de 2015, entre o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda, o PCP e Os Verdes, por isso, as moções aqui apresentadas nada mais são do que uma tentativa de apaziguar o seu próprio eleitorado e não vão ao encontro das necessidades e justas reivindicações dos profissionais da educação, da pacificação e valorização da escola pública.

Não acompanhámos as moções do Partido Socialista, da CDU e do Bloco de Esquerda, mas o PSD saúda todos aqueles que constroem e afirmam diariamente a escola pública.”

4. Moção “Paz sim! Guerra não! Pelo fim imediato da guerra na Ucrânia e de todas as operações militares na região” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três deputados municipais, dois do PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 da IL, e 16 abstenções, 10 do PS, 4 do PSD, 1 do CH e 1 do PAN.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal votou favoravelmente esta moção, porque defendemos a paz, mas sabemos que se a Ucrânia parar de se defender deixa de existir, no entanto, se a Rússia parar de agredir temos paz.*

Votámos favoravelmente esta moção para lembrar que há mais de um ano que um regime belicista, xenófobo e antidemocrata invadiu um país soberano, violando todas as regras de direito internacional, violando brutalmente o princípio da autonomia dos povos.

Enquanto o mundo se tentava erguer de uma luta contra um vírus silencioso e mortífero que o paralisou durante 2 anos, o ditador russo aproveitou para dar azo à sua loucura expansionista e com o único propósito de satisfazer o seu ego, decidiu destruir um país, assassinar homens, mulheres e crianças, eliminando o futuro de duas gerações.

São condenáveis todas as invasões injustificadas de países soberanos do Tibete à Palestina, do Iraque a Taiwan, não fazendo depender o direito à autodeterminação dos povos, dos ideais ideológicos. É de repudiar as desconfianças e incertezas levantadas por aqueles que cegos por uma ideologia autoritária ou aqui falhada, feita de ressentimentos pela liberdade do indivíduo, insistem em pôr o ódio político à frente da humanidade.”

Luís Maurício (CH) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Esta moção tem algumas parecenças com o último discurso de Putin, quer acabar com a guerra, mas que os ucranianos não desejam o seu fim. O fim que tanto a mãe Rússia quer o fim da guerra, seria sempre uma Ucrânia desarmada para poder fazer o que quisesse com a Ucrânia.*

Vejo aqui uma mudança na CDU impressionante, desta vez já falam de uma agressão russa a um Estado Soberano, desta vez já falam que a Rússia invadiu um país que está totalmente numa democracia, vejo a Rússia a mudar de opinião, vejo o Partido Comunista a olhar para este conflito já de uma maneira diferente. Isso é bom sinal, é um sinal de que estamos a entrar na verdadeira democracia.”

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Nesta moção existe um excerto que diz “Nenhum povo do mundo alguma vez ganhou com a guerra.”. Deixem-me fazer uma pergunta baseada na história, deviam os aliados na 2ª Grande Guerra Mundial não ter lutado? Não devia a Inglaterra, os Estados Unidos e a União Soviética lutar contra a Alemanha de Hitler? Não se deve lutar pela liberdade?”*

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista absteve-se nesta moção apresentada pela CDU, pois não se revê na forma como o Partido Comunista olha para a guerra na Ucrânia e que este documento dá forma, não pelo que está escrito, mas, acima de tudo, pelo que não consta nele. Ontem mesmo a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, por uma larga maioria de 141 países a favor, 7 contra e 32 abstenções, uma nova resolução que pedia a retirada imediata das tropas russas da Ucrânia. Era sobre isto que esta moção devia, acima de tudo, falar. Pois a retirada imediata das tropas da Federação Russa do território ucraniano colocaria um fim à guerra.*

Por sua vez, o PCP insiste, mais de forma sub-reptícia, em culpabilizar o Ocidente, a NATO, a Europa e os Estados Unidos por uma guerra que tem um culpado, a Rússia. Por esta razão abstivemo-nos.”

Simão Calixto (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU apresentou esta moção e votou favoravelmente, também no sentido de afirmar novamente que a luta pela paz é o caminho e que a paz é certamente o caminho e que só o cumprimento da Carta das Nações Unidas e da Ata final da Conferência de Helsínquia poderão pôr fim a esta guerra.*

Já agora, fica para balanço, que ninguém nesta Assembleia leu os nossos documentos com muita atenção, porque, de facto, já cá tínhamos trazido uma moção idêntica anteriormente com esta expressão e que o PCP sempre lutou pela paz e nunca, mas nunca esteve com a guerra.”

5. **Moção “Apoio às lutas dos trabalhadores” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís leitão (CDU) – Solicitava que se mude a data da Assembleia Municipal, não está reunida a 16 de dezembro, mas a 24 fevereiro 2023.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 do PAN, 15 votos contra, 10 do PS, 4 do PSD e 1 do CH, e uma abstenção da IL.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal não acompanhou esta moção, porque considera que os considerandos pretendem ser populistas, não defendendo os trabalhadores. Somos solidários para com quem trabalha, defendemos melhores salários, mas melhores salários só são possíveis com crescimento económico e não por decreto. Fala-se do aumento da inflação e da perda do poder de compra e dos grandes lucros do capital esquecendo que as PME representam 99,9% do tecido empresarial em Portugal. Em 2020 só existiam 1.250 grandes empresas e o lucro médio declarado pela totalidade das empresas foi de 32.500 euros. São estatísticas que podem verificar no INE. São propostas globais para todos os trabalhadores e empresas, suportada em dados de uma minoria de empresas que na maior parte dos casos não paga salários mínimos e muitas vezes são sucursais de grandes empresas estrangeiras, cujo custo sair de Portugal é muito baixo.”*

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A apresentação desta moção é um exercício demagógico e de negação da realidade onde o título nada tem que ver com o conteúdo do documento e muito menos com a sua prática política. Perante a dificuldade conjuntural provocada pela inflação e por fatores externos, a CDU apresenta documentos como este onde lamenta as dificuldades, mas nunca faz parte da solução, votando sempre contra as soluções. Este documento não respeita as lutas dos trabalhadores, nem dignifica aqueles que vivem do seu rendimento. A CDU e o Partido Comunista dizem defender o aumento de salários, mas votaram contra o diploma de médio prazo que aumenta o salário médio em 20%. A CDU diz defender o aumento do salário mínimo, mas colocou-se de fora quando o Governo do Partido Socialista aumentou o salário mínimo em 40% nos últimos anos e esteve contra o maior aumento de sempre do salário mínimo em 2023. A apresentação desta moção coloca a CDU ao lado das confederações patronais que ameaçam agora rasgar o acordo de rendimentos e competitividade de médio prazo que assinaram o ano passado. A agenda para o trabalho digno, diploma onde só existem avanços nos direitos dos trabalhadores, na fiscalidade, parentalidade, indemnizações, combate à precariedade, limites aos contratos a prazo, entre outros, a CDU e o Bloco de Esquerda juntaram-se à Iniciativa Liberal votando contra. A CDU diz defender a contratação coletiva, mas rejeita a sua aplicação na Câmara de Setúbal aos seus funcionários, como vimos há pouco, aos Bombeiros Sapadores. A CDU diz ser contra a caducidade das convenções coletivas, mas na Assembleia da República votou contra o diploma que defende os trabalhadores dessa mesma caducidade das convenções coletivas. Esta moção em nada condiz com a realidade e pretende apenas instrumentalizar aqueles que vivem do seu salário, por esse motivo a bancada municipal do Partido Socialista votou contra.”*

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Somos, naturalmente, pela valorização do trabalho, pelo aumento dos salários e aumento do poder de compra dos trabalhadores, mas as Assembleias Municipais e os seus documentos não são locais para apelar a manifestações de caráter sindical.”*

Luís Maurício (CH) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Chega estará sempre ao lado dos trabalhadores, mas achamos que a Assembleia Municipal não é nenhuma central sindical para podermos estar a reivindicar alguma coisa.”*

Luís Leitão (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU apresentou a moção e votou a favor, porque efetivamente aquilo que são aumentos de salário mínimo e aquilo que são acordos que alguém chama de históricos ou aquilo que é o maior aumento, como alguém diz, não chega para os trabalhadores e não chega para quem vive com o salário mínimo. Vivessem alguns ou algumas pessoas com o salário mínimo, muito por certo não falavam da maneira como falam. Sabemos que isso é uma realidade e é essa realidade que trazemos aqui, é de caráter sindical, é de caráter da luta, não, é de caráter das pessoas que vivem com o dinheiro do seu salário, com a força do trabalho que vendem.”*

A moção que trazemos aqui é sobre os problemas que cada um passa no dia a dia, onde se vê que cada vez existe mais mês e cada vez existe menos salário.

Podemos vir aqui com exercícios, inclusive, de negação, o que sabemos é que o trabalho está cada vez mais desvalorizado, as carreiras e as profissões estão cada vez mais desvalorizadas, a contratação coletiva está cada vez a caducar mais em termos dos seus direitos, já não existe, inclusive, aquilo que se pode entender uma lei de mínimos e a declaração de voto é nesse sentido, é no sentido de apoiar todos aqueles que lutam por uma vida melhor.

Quando nos dizem ou quando querem fazer crer aos trabalhadores que não existe dinheiro, basta ver os lucros das grandes empresas para ver que atingiram lucros extraordinários, colossais como nunca haviam atingido até agora."

6. **Moção "Pela qualidade de resposta do Centro hospitalar de Setúbal" (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Isabel Conde (PSD) – Considerando que a prestação de cuidados de saúde é uma função primordial do Estado, que deve ser prestada com elevada qualidade e diferenciação, o grupo municipal do PPD/PSD propõe que a Assembleia Municipal delibere saudar o compromisso assumido pelo Sr. Ministro da Saúde pelo início da obra prometida, pelo anúncio de que a construção do novo edifício irá arrancar em março, reforçar a necessidade de qualificar e manter a resposta dada à população.

Aquando o eventual encerramento do Hospital Ortopédico Santiago do Outão? Reforçar que a prestação de cuidados hospitalares é essencial bem como os recursos humanos necessários a este fim. Solidarizar-se com todos os profissionais de saúde, ou que na saúde trabalham na procura de melhores condições de trabalho e saudar toda a dedicação à causa notoriamente demonstrada no desempenho das suas funções. Reforçar a necessidade de classificar o Centro Hospitalar exigindo o consequente aumento de financiamento.

Afonso Luz (CDU) – Estamos, no geral, de acordo com os considerandos desta moção, mas por forma a podermos votar favoravelmente, queremos fazer a proposta de que fosse acrescentado um ponto às deliberações com os seguintes termos: **Exigir do Governo um claro reforço dos meios do Centro Hospitalar de Setúbal, designadamente através da contratação dos médicos, enfermeiros e auxiliares necessários para garantir o acesso de todos a cuidados de saúde.**

Rui Lamim (PSD) – Senhor Presidente aceitamos a inclusão.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *"O Partido Socialista votou favoravelmente esta moção e aproveita, também, para saudar o anúncio do início das obras de ampliação do nosso hospital, cumprindo assim uma promessa do Governo reiterando a máxima do Primeiro-Ministro "palavra dada é palavra honrada".*

Em relação ao ponto 5 da parte deliberativa, a reclassificação do Centro Hospitalar, entendemos que este ponto está fora do tempo, pois, como já é do conhecimento geral, já se constituiu um grupo de trabalho para o início do processo de transição para um novo modelo de gestão do CHS, integrando o ACES Arrábida que dará origem a uma Unidade Local de Saúde que, entre muitas outras questões, implica uma forma bastante diferente de financiamento. Também aqui aproveitamos para saudar o Governo pela iniciativa."

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *"A Iniciativa Liberal não pode estar mais de acordo com a garantia de acesso de todos os cidadãos à saúde, é por isso que acompanhou, votando favoravelmente esta moção, desejando que o Centro Hospitalar de Setúbal se revele uma resposta de qualidade, com níveis de desempenho ao nível dos grandes hospitais de referência."*

7. **Moção “8 de Março: Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Manuel Fernandes (PS) – Sem comprometer a orientação de voto da bancada do Partido Socialista, que votará a favor certamente, fazia uma sugestão à bancada da CDU e espero, dentro da pluralidade que existe no concelho, acatar essa sugestão. No último parágrafo onde diz “*A ser aprovada, esta Moção deve ser remetida à Câmara Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia, à CIG, à Comissão para Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-in.*”, gostava, também, de acrescentar, uma vez que existem mais entidades que representam e que se dedicam a esta temática, outras entidades que não da CGTP-in, nomeadamente a Comissão de Mulheres da UGT e outras entidades do concelho, nomeadamente as comissões político-partidárias que, também, se dedicam a esta temática.

Isto não altera sequer o modelo ou a forma da moção, mas sim tem a ver com o tratamento de igualdade que existe nas entidades que pertencem a esta temática. Gostava de acrescentar, pelo menos, até mesmo porque a Comissão de Mulheres da UGT, durante muitos anos, foi liderada pela Lina Lopes, que é professora, é de Setúbal e que agora está na Assembleia da República e só por esse motivo é que ela saiu da Comissão de Mulheres, mas durante muitos anos foi liderada pela Lina Lopes que é uma setubalense.

Joana Tomé (CDU) – A CDU concorda com a introdução do ponto relativo à Comissão de Mulheres da UGT, no entanto, naquilo que foi proposto em relação a outras entidades do concelho político partidárias, pensamos que isto já está salvaguardado pelas decisões tomadas aqui nesta assembleia, portanto, não nos parece fazer muito sentido incluir essa segunda parte que o PS propõe, mas com a primeira estamos de acordo.

Manuel Fernandes (PS) – A negociação está correta, penso que entre 70 a 80% daquilo que foi proposto, 50% estar salvaguardado, penso que vingou a negociação.

Presidente da Mesa – Ficamos com a Comissão de Mulheres da UGT e o resto levamos nós.

Paula Soeiro (PSD) – Juntamo-nos na saudação à comemoração do Dia Internacional da Mulher, fazendo cumprir os direitos plasmados na Constituição da República, na legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto.

De igual modo, saudamos as trabalhadoras da autarquia, mulheres eleitas, bem como todas as que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e nas diversas organizações com expressão na ala da igualdade, mas mais do que as palavras, urge a ação e a mudança.

Como pode a Assembleia Municipal de Setúbal pugnar por medidas que são da esfera do poder central e que visa o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida? Ou no âmbito do plano municipal para a igualdade e não discriminação? A inclusão de medidas também visa exigir do poder central as medidas conducentes à garantia, e não vou continuar a citar o que vai na vossa própria moção. Ou como pode a Assembleia Municipal contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção no apoio às vítimas de violência doméstica e que também responsabiliza o poder central na criação? Ao colocar estas deliberações desconexas e para ações exclusivas do poder central numa evocação que muito gostaríamos de honrar no dia 8 de Março, dia Internacional da Mulher, a CDU perdeu a oportunidade de agregar as outras bancadas, perdendo o foco da ação, nesse sentido o nosso voto vai na abstenção.

Presidente da Mesa – Ao lado da intervenção, diria que esta assembleia e as outras assembleias passam o tempo a instar o Governo, noutra âmbito, a cumprir regras, princípios e ações que os representantes das populações locais acham que são corretas e justas. Passamos o tempo a fazer isso, cada um na sua esfera de responsabilidade política, endossamos as exigências e os pedidos a outras entidades constantemente, sobretudo ao Governo central. Não é um caso que apareça agora a propósito das mulheres, ele é a propósito de tudo. Está entendida a posição, é uma justificação.

Encontravam-se ausentes da sala de sessões três deputados municipais, dois da CDU e um do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 5 abstenções do PSD.

8. **Resolução “Acompanhamento e análise, pela Comissão de Economia, Administração e Finanças, das contas do Município de Setúbal e a respetiva execução orçamental” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Entregámos este documento como proposta e foi entendido que deveria ser uma resolução. Já agora passaria a explicar qual é que é o objetivo de termos apresentado esta resolução.

O que se pretende é assegurar que esta assembleia consiga deliberar com a informação e os esclarecimentos necessários, não se trata aqui de atribuir qualquer tipo de funções de auditor à Comissão de Economia, Administração e Finanças e não se propõe a criação de nenhuma comissão eventual, mas sim dotar esta comissão, como se dota em outros aspetos, de funções de acompanhamento e fiscalização quer das contas, quer do orçamento.

É fundamental para a defesa dos princípios éticos e democráticos e para a promoção da transparência. Pedimos isso e compreendemos o esforço na apresentação do relatório que o Sr. Presidente apresenta todos os trimestres, mas consideramos que 554 páginas, que é o que tem este relatório, entregues 5 dias antes da data de realização da Assembleia Municipal, não permite uma análise cuidada, nem tempo para colocar questões e receber esclarecimentos.

Numa análise muito superficial conseguimos olhar para o relatório, temos gráficos sem números, temos quadros em que umas vezes temos variações 2021/2022, começando por 21, depois a seguir na mesma página começa 22 e depois 21, isto complica em demasia aquilo que é uma análise e a fiscalização que um deputado municipal deve fazer daquilo que são as contas. Além do mais encontramos, também, aqui algumas gralhas.

Compreendo que um relatório de 554 páginas pode trazer aqui algumas questões na sua produção, mas não temos tempo para poder colocar essas questões, debater e vir, de uma forma construtiva, poder apreciar e fiscalizar as contas, acho que não é forma de se trabalhar. O que estávamos a propor era que a Comissão de Economia, Administração e Finanças acompanhasse, numa base regular, as contas e o orçamento. Não sei se é consensual, gostava de ouvir as outras forças políticas.

Presidente da Mesa – Também tenho o dever de dar uma explicação, porque esta proposta apareceu como proposta de deliberação da Assembleia e foi por iniciativa da Mesa que foi sugerida ao senhor deputado que a apresentasse como recomendação ou como resolução. Porque se trata de funcionamento dos órgãos e eu devolvi considerando que até é redundante, face ao que está na Lei em relação às competências da Assembleia e àquilo que são as funções da Comissão de Economia, Administração e Finanças.

A Comissão para acompanhar a execução orçamental e as contas anuais, pode pedir de forma antecipada, com uma calendarização, os elementos que entender e que não estejam, eventualmente, no relatório na informação do Sr. Presidente da Câmara. Pode fazê-lo! Para acompanhar trimestralmente, para chegar ao fim e ter a informação de acompanhamento e execução orçamental e dar opinião sobre a prestação de contas, precisamos até ao mês de março desta informação, até ao mês de junho desta informação, isto é o funcionamento da comissão normal, não é preciso que a assembleia delibere como deve acompanhar as contas. Outra coisa, será constituir uma espécie de UTAL, uma Unidade Técnica de Acompanhamento Orçamental, como está na Assembleia da República, que teria uma relação com o interlocutor com o executivo que a assembleia não pode ter.

Peço compreensão para isto, só há um canal de comunicação entre a assembleia e o executivo, é a Mesa da Assembleia, o Sr. Presidente e o Sr. Presidente do Executivo. Não podemos estar a criar instâncias de contacto permanente com os serviços, porque entupimos os serviços e não é legítimo que o órgão

executivo e o seu Presidente não tenham sequer conhecimento e fiquem ao lado daquilo que anda a ser solicitado aos serviços. Separação de poderes existe claramente e neste momento está a ser feita uma polémica sobre a separação de poderes entre a Assembleia e o Governo, porque um membro do Governo anunciou uma participação na Assembleia e toda a gente invocou a separação de poderes.

Tento fazer compreender isso aqui, mesmo aos serviços da Câmara, não é a assembleia que pede diretamente aos serviços, pede ao Sr. Presidente e o Sr. Presidente comunica aos serviços. O Presidente da Câmara é que tem que fazer o endossamento aos serviços e canalizar para a assembleia a resposta, porque senão começamos a misturarmo-nos nas competências. A assembleia não tem competência executiva para a intervir nos serviços, os serviços não respondem diretamente ao seu Presidente e vêm responder à Assembleia, isto não é legal, não é legítimo. Foi isso que tentei evitar, aconselhando isto, é o modo de funcionamento da comissão que pode ser apurado e conjugado com o teor da informação financeira que vem nas informações do Sr. Presidente, que até vem a todas as sessões ordinárias, logo são mais frequentes do que uma abstenção trimestral.

Está na nossa mão, Assembleia e Comissão da Assembleia de estruturar a informação que pretende e foi nesse sentido que sugeri, então, esta resolução e a assembleia pode resolver isto para o seu funcionamento e da sua Comissão e depois sugerir, então, um interlocutor.

Flávio Lança (IL) – Tendo ouvido aqui as suas palavras, e não sei qual é que é a opinião das outras forças políticas, e considerando que este assunto é demasiado relevante para cair, sugeria que esta nossa resolução fosse ou à Comissão Permanente ou à própria Comissão de Economia, Administração e Finanças para ser debatida por todos os partidos políticos e encontrar-se aqui um consenso.

Afonso Luz (CDU) – Começo por estranhar, obviamente, que esta proposta ou resolução, como queiram chamar, não tenha sido apresentada na própria reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças que tivemos para preparar esta sessão. De qualquer modo, também, entendo que há aqui questões que merecem ser ponderadas e ser esclarecidas pelo que, também, ia propor que ela baixasse à Comissão de Economia, Administração e Finanças para melhor ponderação.

Paulo Lopes (PS) – Acompanhamos a proposta de baixar à comissão, por entendermos que este assunto não pode morrer aqui, porque penso que tem sido a tônica de quase todos os partidos, se não mesmo de todos os partidos da oposição, a falta de resposta do executivo aos requerimentos e às questões colocadas por parte das bancadas dos partidos da oposição nesta assembleia.

Percebendo que o Sr. Presidente da Mesa está limitado em conseguir, muitas das vezes, essas respostas, também entendemos que, no âmbito da Comissão Permanente primeiro, e depois se quisermos descer para a Comissão de Economia, Administração e Finanças, mas deveríamos tomar uma posição às ausências de respostas do executivo. Já uma vez aqui o Sr. Presidente da Mesa disse que “uma ausência de resposta também é uma resposta”, está gravado, e também disse mesmo agora que não se pode responsabilizar os serviços, mas sim o Presidente da Câmara pela ausência dessas respostas ou pelas respostas que houver. Pelo sim ou pelo não é sempre responsabilidade do Presidente. Acho que os membros da Comissão Permanente deveriam aprofundar este tema no sentido de sensibilizar o executivo para responder aos requerimentos, já nem digo em tempo útil, é que não é em tempo útil, é não haver resposta mesmo.

Vítor Rosa (BE) – Só para dizer que, também, acompanhamos a descida desta resolução, porque o conjunto de matérias que aqui estão a ser colocadas até nos remete para outra situação, a capacidade de execução da própria Comissão de Economia, Administração e Finanças daquilo que se pretende fazer relativamente aos considerandos e àquilo que é pedido na parte deliberativa e faz todo o sentido que esta proposta ou resolução baixe à Comissão de Economia, Administração e Finanças.

Presidente da Câmara – Era para uma interpelação à Mesa. Agradecia e pedia ao Sr. Presidente e aos senhores deputados que identificassem os requerimentos que foram feitos à Câmara Municipal e que não têm resposta. Agradecia que fossem identificados e que fizessem chegar à Mesa da Assembleia para que a Câmara Municipal possa dar resposta a esses requerimentos que falta dar resposta.

Presidente da Mesa – É bastante útil esta observação, porque até se conjuga com a recomendação que estava a fazer, tem que haver um canal de comunicação único entre o órgão deliberativo e o órgão executivo. Ainda hoje foi recebida a resposta do executivo, o Sr. Presidente mandou seguir a resposta, hoje mesmo dia da Assembleia, a uma pergunta feita em plenário pelo PSD, veio uma resposta extensa e mandei distribuir hoje.

Se as perguntas ao executivo foram todas feitas em plenário, ficam registadas, os serviços registam e encaminham ou fazem a anotação para ver em que data veio a resposta ou se veio a resposta, mas têm que formalizar a sua remessa ao executivo através do Sr. Presidente da Assembleia. Quando vem a resposta, o Sr. Presidente tem o cuidado de enviar para a Mesa da Assembleia e a Mesa distribui. Se isto for feito, todos sabemos quando uma bancada ou um membro da Assembleia faz uma pergunta ao executivo, se ela é tratada em assembleia é do conhecimento de todos e a resposta será do conhecimento de todos, não é abusivo. Ou seja, não há aqui assuntos particulares tratados entre uma bancada ou um membro da Assembleia e o Sr. Presidente da Câmara ou o executivo. São assuntos da Assembleia, quando alguém formula uma questão ao executivo, formulou-a para esclarecimento da Assembleia e, portanto, elas são sistematicamente remetidas, mesmo quando questionadas individualmente, oralmente ou por escrito, são depois distribuídas a todos os membros da Assembleia e a todos os grupos municipais.

Apelo a que se use apenas um canal, um deputado, um grupo municipal que quer colocar ao executivo, remete à Mesa e a Mesa remete ao Sr. Presidente de Câmara, o Sr. Presidente de Câmara redistribui aos serviços e recolhe dos serviços. Os serviços não respondem diretamente à Assembleia, dão a informação ao Sr. Presidente que remete à assembleia. Temos visto um número grande de respostas, ultimamente, a serem entregues e respostas muito extensas. Uma pergunta é muito fácil, uma resposta é complexa e tem o empenhamento dos serviços durante muito tempo, por exemplo, as questões do urbanismo, há um rol grande de respostas, uma resposta implica várias páginas que implicou alguma pesquisa e receção dos serviços sobre os processos. Não é de um dia para o outro, não é por falta de vontade, é preciso ter a noção de que os serviços têm uma rotina para responder aos munícipes e depois têm que ter uma outra rotina para responder, também, à Assembleia e reconheço que não tem sido hábito ter essas rotinas muito afinadas.

Tenho que reconhecer que ultimamente tem havido um esforço do executivo para responder à Assembleia, rapidamente poucas vezes, mas completamente sim, tenho visto muitas respostas completas. É preciso pôr tudo no devido sítio e faremos o levantamento de todas as perguntas feitas, a data em que elas foram respondidas e distribuídas à Assembleia e quais as que falta responder para facilitar o trabalho de todos, porque não há falta de vontade de ter uma relação correta entre o executivo e a assembleia.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta baixar à Comissão de Economia, Administração e Finanças.

III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR

1. **Saudação “Março mês da Juventude” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vítor Rosa (BE) – Iremos acompanhar esta saudação, só faço aqui uma pequena chamada de atenção no texto, fiquei intrigado se isto é o grupo do Partido Socialista que questiona ou se foi o autor desta saudação, porque diz *“O que me leva a questionar, quais os motivos deste afastamento, e até que ponto este se traduz num verdadeiro apolitismo?”*. Está colocado do ponto de vista individual?

Está no 3º parágrafo e começa *“Todavia, a relação que os jovens estabelecem...”*, é mesmo o texto final deste parágrafo, que termina com ponto de interrogação.

Presidente da Mesa – É plural, *“O que nos leva a questionar...”*. Muito bem, está adotada esta retificação?

Simão Calixto (CDU) – Propúnhamos que se pudesse votar esta saudação ponto a ponto nas deliberações.

Presidente da Mesa – Os autores estão de acordo com esta votação ponto a ponto? Então vamos passar a votação ponto a ponto.

Encontravam-se ausentes da sala de sessões cinco deputados municipais, quatro da CDU e um do PSD.

1.º Ponto: Aprovado por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 10 do PS, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 13 contra da CDU.

Regressaram à sala de sessões dois deputados municipais da CDU.

2.º Ponto: Aprovado por unanimidade e em minuta.

Regressou à sala de sessões um deputado municipal da CDU.

Encontravam-se ausentes da sala de sessões três deputados municipais, um da CDU, um do PS e um do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 9 do PS, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 16 abstenções da CDU.

Francisco Cabral (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Saudar a criação do Conselho Municipal da Juventude, iniciativa que partiu da bancada do PSD e na essência referir que estamos unidos naquilo que é o fundamental para a representação e dar voz aos nossos jovens.”*

Simão Calixto (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou contra o primeiro ponto desta saudação e abstivemo-nos na globalidade, porque entendemos que a participação e a discussão democrática e ouvir a opinião dos munícipes mais jovens no nosso concelho já estava assegurada e não foi com a criação do Conselho Municipal de Juventude que isto foi criado.*

Em segundo, porque, de facto, a intervenção dos jovens na política do município vai muito mais longe do que a luta pela justiça climática que, também, é uma luta pela escola pública, pelo trabalho com direitos e por tudo o mais e por todos estes motivos abstivemo-nos nesta saudação.”

2. Saudação “237.º Aniversário da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Manuel Fernandes (PS) – Apenas referenciar aquilo que já foi evidenciado logo no início desta sessão, pelos senhores Bombeiros Sapadores que estiveram presentes e os seus representantes. Obviamente, felicitá-los pelo aniversário de 237 anos numa companhia secular, é um orgulho para o concelho e para os munícipes e, obviamente, para a bancada do Partido Socialista.

Reafirmar a sua posição junto dos bombeiros e das suas reivindicações de melhores condições de trabalho, é inegável que aquilo que está a acontecer com a Companhia de Sapadores em data de aniversário deve ser evidenciado e apelar, obviamente, ao diálogo e à conciliação laboral entre a câmara e os bombeiros para o fim do conflito, tendo em conta que não é normal virarmos as costas e ignorarmos que estão há 4 meses já de greve e é uma situação que incomoda, deve de incomodar e obriga-nos a sermos todos um pouco mais lesta na procura de resultados.

José Ferreira (CH) – O partido CHEGA vai acompanhar, obviamente, esta saudação de aniversário à Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, por parte do Partido Socialista.

No ponto 3, reforçar que os homens e mulheres que vestem aquela farda, que muitos não teriam coragem de ostentar, merecem mais respeito, apoio e dignidade. Os bombeiros que, por vezes, fazem salvamentos e operações como se de superes heróis se tratassem, mas são seres humanos, têm família, filhos e que a situação em que se encontram atualmente causa desgaste e transtorno psicológico aos visados.

Por tudo isto e não apenas como autarcas, mas principalmente como munícipes, os deputados municipais do CHEGA esperam que, de uma vez por todas, o executivo se possa sentar à mesa com os bombeiros, com os seus representantes e ouvir as suas reivindicações de forma a chegarem a um entendimento que satisfaça ambas as partes.

No meu entendimento pessoal, é que toda esta situação, que mais parece um pequeno foco de labaredas, se resolvia com um simples balde de água, mas acaba por se tornar num mar de chamas que nem um autotanque vai conseguir resolver.

Encontrava-se ainda ausente da sala de sessões um deputado municipal do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Vanessa Silva (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou favoravelmente a saudação apresentada pelo PS sobre o aniversário da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, porque quer, naturalmente, associar-se a esta efeméride e saudar e valorizar o trabalho da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal nesta data.*

Naturalmente, não deixamos de estranhar, também, o facto de o PS ter deixado de fora aspetos relacionados com as condições de trabalho que se prendem com elementos que o Governo do PS pode a qualquer momento alterar, nomeadamente, proceder à revisão do Estatuto do Bombeiro Profissional, incluindo, por exemplo, mais férias para os bombeiros, que é algo que a Lei Geral do Trabalho em funções públicas coloca como normas imperativas e não sujeitas à possibilidade de serem alteradas pela contratação coletiva, ou diminuir a idade da reforma, ou garantir outras condições para a progressão da carreira. Pese, embora isto, associámo-nos votando favoravelmente.”

3. Saudação pela criação da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal (PS) (conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Manuel Fernandes (PS) – Apenas dizer que gostaria de evidenciar o esforço coletivo das entidades regionais. Foram muitas as entidades, não vou elencar cada uma delas, mas gostaria de destacar, principalmente, os movimentos sociais, nomeadamente os movimentos sindicais.

Estes sindicatos tiveram um papel como ator social muito importante e determinante nesta matéria e levaram atrás de si grande parte dos partidos políticos. E esta decisão foi tomada, foi uma decisão política olhando para a comunidade no seu todo, mas gostaria de destacar o papel dos movimentos sociais da comunidade setubalense para que isto acontecesse, obviamente.

Encontravam-se ausentes da sala de sessões dois deputados municipais, um da CDU e um do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 16, da CDU, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 5 abstenções do PSD.

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Apesar de saudarmos efetivamente a criação da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal, não podemos deixar de recordar que este Governo, que já vai com muitos anos em cima, em anos anteriores na Assembleia da República apresentou argumentos que os concelhos da Península de Setúbal teriam que sair da Área Metropolitana de Lisboa para que se constituísse uma NUT para isto avançar.*

Este argumento foi, obviamente, incorreto, demonstrou-se incorreto e durante todo este tempo teve um efeito, e na moção anterior escrevemos “dilatatório”, que significa fazer adiar, teve o condão de retardar a aplicação desta medida e de nos impedir o acesso a alguns fundos, porque chegámos, no país, tarde demais por causa de alguns argumentos que este Governo utilizou de uma forma incompreensível para chegarmos a este ponto.”

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: “O Partido Socialista apresentou esta moção e votou favoravelmente e incompreensivelmente não conseguimos perceber porque é que o PSD se absteve na votação na Assembleia da República. É que agitar as bandeiras e depois não acompanhar quando é altura, isso é que é preciso e, neste momento, esperávamos uma justificação do PSD para a sua abstenção, não o fez, foi o PS e o PCP que aprovaram esta lei que deram a NUT II à Península de Setúbal.”

Vanessa Silva (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: “Fazemos uma declaração idêntica àquela que fizemos anteriormente na moção apresentada pelo PSD.

Saudamos, naturalmente, a evolução positiva que tem o sentido, quer de criação das NUTS, quer de criação da Comunidade Intermunicipal, no entanto, não podemos deixar de colocar preocupações para que sejam garantidos os meios financeiros, nomeadamente, de acesso aos fundos comunitários no imediato e que não estão ainda garantidos.”

4. **Voto de Pesar “Memória das vítimas da guerra na Ucrânia” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 36, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Francisco Cabral (PSD) – Neste aniversário de um ano de guerra na Ucrânia, a Assembleia Municipal de Setúbal gostaria de expressar o seu mais profundo pesar pelas vítimas desta crise humanitária, derivada da atroz e imoral invasão russa, mas também recordar todo o sofrimento infligido ao povo ucraniano. É imperativo não deixarmos de fazer perguntas sobre este período infame da história da humanidade, não nos inquietarmos com a sua ruína e de o perpetuarmos na nossa memória coletiva, não esquecemos Bucha, nem todos os crimes de guerra preconizados.

Encontravam-se ausentes da sala de sessões seis deputados municipais, dois da CDU, três do PS e um do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

5. **Voto de Pesar “Memória das vítimas do terramoto da Turquia e Síria” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 37, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Francisco Cabral (PSD) – Neste momento difícil os nossos pensamentos estamos com as famílias e amigos das vítimas que perderam entes queridos e agora enfrentam a inexorável e crua dor da perda, mas gostaríamos ainda, também, de expressar a nossa admiração pelos socorristas voluntários e trabalhadores de ajuda humanitária que estão no terreno a trabalhar incansavelmente para ajudar as pessoas afetadas pelo terramoto.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Afonso Luz (CDU) – Tendo apenas tomado conhecimento durante esta tarde do falecimento de Ezequiel Lino, conhecido e reconhecido autarca do distrito de Setúbal, que foi durante vários mandatos Presidente da Câmara de Sesimbra, era no sentido de fazer a aprovação aqui de um voto de pesar. Caso seja aprovado, solicitar que seja endereçado à família as nossas condolências.

Paulo Lopes (PS) – A bancada do Partido Socialista associa-se às palavras que foram aqui proferidas e também endereçamos os nossos sentimentos à sua família política e à sua família.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Simão Calixto (CDU) – Sugerir que façamos um minuto de silêncio por todos os votos de pesar.

Fez-se um minuto de silêncio em memória das vítimas.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. **Apreciação do pedido de suspensão do deputado municipal João Afonso Luz, nos termos do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro**

Não havendo mais intervenções, foi a suspensão de mandato aprovada por unanimidade e em minuta.

2. **Deliberação n.º 001/2023/AM – Relatório da Comissão Eventual Acompanhamento das Intervenções realizadas na Herdade da Comenda**

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, suponho que, à semelhança do que é hábito para os relatórios das diversas comissões anteriores, deverão ser lidas as conclusões e as recomendações. Procuo ser rápido. Relativamente às duas comissões, esta e a comissão sobre o estacionamento de que fui coordenador, agradecer aos membros da comissão, agradecer às entidades com quem nos relacionamos para desenvolver estes 2 relatórios, agradecer ao serviço de apoio à Assembleia e em particular à dona Susana e à dona Helena que mais nos apoiaram e agradecer aos trabalhadores da câmara, aos técnicos da câmara com quem tivemos oportunidade de reunir por diversas vezes e pela sua disponibilidade e que, também, é extensivo à senhora vereadora Rita Carvalho, que da parte do executivo foi quem fez a interlocução com as 2 comissões.

Posto isto, vou passar a ler já as conclusões e as recomendações da Comissão Eventual de Acompanhamento das Intervenções realizadas na Herdade da Comenda.

“3 – Avaliação e conclusões

3.1 – *É inquestionável, e reconhecido por todas as entidades com quem a Comissão reuniu, que o proprietário da Herdade da Comenda tem vindo, desde inícios de 2020, a realizar um conjunto de intervenções ilegais, que violam o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005 (...).*

Dentre essas intervenções refiram-se a obstrução de passagem nos caminhos públicos e de acesso às linhas e aos planos de água, intervenções interditas, nos termos do art.º 8.º, a realização de cortes florestais, as alterações à morfologia do solo ou ao coberto vegetal, a realização de obras de construção, reconstrução, recuperação, ampliação ou demolição fora dos perímetros urbanos e alteração da rede de drenagem natural das águas, atividades condicionadas e sujeitas a autorização ou parecer vinculativo do ICNF nos termos do art.º 9.º. De igual modo têm sido realizadas vedações sem respeitar as condicionantes fixadas no n.º 4 do art.º 31.

3.2 – *O proprietário da Herdade da Comenda tem realizado essas intervenções sem cumprir a legislação em vigor, sem solicitar as devidas autorizações e licenças, e sem dar cumprimento às orientações que lhe são transmitidas pelas entidades competentes. E tem-no feito de forma reiterada, num completo desrespeito pelas entidades públicas. E tem prometido corrigir e terminar com as ilegalidades e não o tem feito.*

3.3 – *Incompreensivelmente, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), autoridade nacional para a conservação da natureza nos termos do Decreto-Lei n.º 142/2008, e entidade com responsabilidade da gestão do Parque Natural da Arrábida, tem tido uma atuação permissiva e pouco atuante, não tomando as medidas adequadas para terminar com as ilegalidades e repor a legalidade.*

Veja-se, referindo apenas dois processos de contraordenação a que a Comissão teve acesso, (que tiveram decisão do ICNF em 7/01/2022, com aplicação de uma coima de 20.000 euros), uma vez que o ICNF não nos disponibilizou informação relativa aos sete autos de notícia e eventual sequência processual.

O ICNF instaurou o processo de contraordenação n.º 2-716-2020 por, numa data próxima do dia 14/06/2020, o proprietário ter procedido à substituição de vedação junto do Palácio da Comenda, ter ampliado os pilares, com construção de muros na lateral e substituído o portão junto ao Parque de Merendas, e ter colocado pilares metálicos para colocação de portões em várias entradas da propriedade, sem a necessária autorização do ICNF, violando o art.º 9.º, alínea d) do POPNA. Nesse processo é referido que a violação da norma constitui prática de uma contraordenação ambiental grave, prevista no art.º 43, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de julho.

Instaurou outro processo de contraordenação, n.º 2-718-2020 por, numa data próxima do dia 7/04/2020, o proprietário ter procedido a obras de reparação e reconstrução do muro de suporte de terras em pedra localizado na margem norte da Ribeira da Comenda, a jusante do Parque de Merendas, sem autorização do ICNF, e em violação do art.º 9.º, alínea d) do POPNA, e consequente prática de uma contraordenação ambiental grave, prevista no art.º 43, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 142/2008.

De resto, a decisão do ICNF quanto às contraordenações antes referidas, e quando se refere aos factos, enumera um conjunto de ações ilegais do proprietário, de entre as quais as constantes dos processos de contraordenação antes referidos, mas também a abertura de um caminho (que depois repôs), e a substituição e colocação de vedações (o ICNF diz que o proprietário sabia desde 22/01/2020 que essas ações careciam de autorização ou parecer do ICNF).

Relativamente às vedações ilegais (com rede de arame farpado e sem cumprir a distância em relação ao solo), em 2020, e segundo uma informação do Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática de 24/02/2021 a que a Comissão teve acesso, o ICNF terá emitido três ofícios com parecer desfavorável, tendo transmitido ao proprietário a necessidade de remover a vedação de arame farpado instalada. Esta ilegalidade e a obrigatoriedade de remoção das vedações, é reafirmada na informação enviada pelo ICNF ao Presidente da Assembleia Municipal, em 16/11/2022. Nesta mesma informação o ICNF reconhece que “continuam a ser realizadas atividades sem parecer e que contrariam as normas do plano”.

Perante isto, e reconhecendo o ICNF que o proprietário continua a realizar atividades ilegais, e que não mostra qualquer vontade em repor a legalidade, porque espera o ICNF para fazer cumprir a lei, nomeadamente através da reposição da situação anterior à ilegalidade, nos termos do art.º 48 do Decreto-Lei n.º 142/2008?

3.4 – *A Câmara Municipal, por razões que a Comissão desconhece, mostrou também passividade durante muito tempo. Pelo que a Comissão apurou durante o ano de 2020, e parte de 2021, a Câmara manteve contactos/negociações com o proprietário no sentido de procurar encontrar soluções negociadas. Tudo indica que os contactos/negociações terminaram quando o proprietário vedou o Parque de Merendas e retirou os equipamentos existentes, e lavrou e vedou o terreno que era usado como estacionamento na Praia de Albarquel.*

Depois disso, foram iniciados processos de contraordenação, mas a verdade é que esses processos marcaram passo durante muito tempo. Essa é a única justificação para que do grande conjunto de informações e notificações referidas na sumula atualizado entregue à Comissão em 18/01/2023, e dos onze processos de contraordenação levantados, apenas um processo tinha sido notificado à proprietária, e apenas uma intervenção de reposição da legalidade tenha sido realizada.

Como dissemos antes, a Comissão sentiu uma mudança positiva no empenho da Câmara no último trimestre de 2022 que esperamos se mantenha.”

Gostava de referir que todos os pontos das conclusões e das recomendações foram aprovados por unanimidade na Comissão, à exceção deste ponto 3.4 que a CDU votou contra.

“3.5 – É inaceitável o comportamento das Infraestruturas de Portugal (IP). Reconheceu na reunião com Comissão, em 5/04/2022 que o proprietário da Herdade da Comenda tinha cometido várias ilegalidades, especificando como particularmente grave a colocação de pilaretes junto à a EN 10-4, por constituir um perigo para a circulação, em especial para motociclistas, e nada fez. Para além disso, as Infraestruturas de Portugal têm mostrado uma completa desconsideração pelos autarcas de Setúbal, não tendo desde a data da reunião respondido aos emails da Comissão, nem às cartas do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

3.6 – Também a Direção-Geral do Património Cultural tem mostrado algum distanciamento relativamente ao assunto. Embora não tão grave quanto o ICNF e as IP, a DGPC tem-se furtado aos contactos com a Comissão, após a reunião de abril de 2022, não tendo também respondido a emails da Comissão e à carta do Presidente da Assembleia Municipal.

3.7 – Das outras entidades que a Comissão contactou recebemos a maior disponibilidade para informar e colaborar com a Comissão.

3.8 – Gostaria a Comissão de realçar o empenho da Associação de Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado na denúncia pública da situação, e na interposição de uma providência cautelar relativamente ao Parque de Merendas. A ação foi julgada improcedente da 1ª Instância e na Relação, mas a Associação recorreu para o Supremo Tribunal de Justiça.

3.9 – Esta Comissão foi formada pelo DCCCCEID/PGR (Departamento Central de Contencioso do Estado e Interesses Coletivos e Difusos) avocou que a intervenção do Ministério Público nas ações no foro administrativo, designadamente, as relativas às questões do ordenamento do território e urbanismo e à defesa do domínio público e eventuais inquéritos criminais que tramitam na Procuradoria de Setúbal com distribuição concentrada, em decorrência das prioridades de política criminal. A Comissão espera que da intervenção do Ministério Público resulte uma maior celeridade dos processos.

4 - Recomendações

Em função das conclusões, e sendo convicção da Comissão que a defesa da legalidade na Herdade da Comenda só será possível com forte empenho das entidades com responsabilidade na gestão do território do Parque Natural da Arrábida, uma vez que o proprietário não dá sinais de querer repor a legalidade e cumprir com as leis portuguesas em vigor, a Comissão recomenda à Assembleia Municipal que:

4.1 – Proteste junto do Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática quanto ao comportamento do ICNF que tem assistido à sistemática violação da lei por parte do proprietário da Herdade da Comenda, sem tomar as medidas adequadas para que as ilegalidades terminem e que a situação anterior às ilegalidades seja reposta. Proteste ainda pela forma como o ICNF se tem relacionado com os autarcas do concelho de Setúbal, fugindo ao diálogo e à prestação de informações.

4.2 – Proteste junto do Sr. Ministro das Infraestruturas pelo facto de as IP terem reconhecido, em Abril de 2022, diversas ilegalidades cometidas pelo proprietário da Herdade da Comenda, em particular a existência de pilaretes em cimento na berma da EN 10-4, e nada ter feito, quando está em causa a segurança na circulação naquela estrada e em sério risco vidas humanas. Proteste ainda por desde essa data as IP não terem respondido a contactos por escrito da Comissão e do próprio Presidente da Assembleia Municipal num inaceitável desrespeito pelo poder autárquico.

4.3 – Proteste junto do Sr. Ministro da Defesa Nacional pelo facto de a Comissão de Domínio Público Marítimo não ter dado qualquer resposta à carta do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Setúbal para o Sr. Presidente da Comissão Domínio Público Marítimo, 03/11/2022, solicitando uma reunião sobre a situação do processo de delimitação do domínio público marítimo na Herdade da Comenda.

4.4 – Recomende à Câmara Municipal de Setúbal maior empenho nos processos que decorrem em relação à Herdade da Comenda, utilizando todos os instrumentos que a lei lhe confere para que a legalidade seja reposta.

4.5 – Recomende à Câmara que tome todas as iniciativas legais no sentido do reconhecimento dos caminhos de uso público que têm utilização pública há dezenas de anos.

4.6 – Recomende à Câmara que tome todas as iniciativas conducentes à abertura dos percursos pedestres e cicláveis.

4.7 – Recomende à Câmara que envie mensalmente uma súmula atualizada dos processos em curso para todos os membros da Assembleia Municipal.

4.8 – Aprove um voto de louvor à Associação de Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado, ao MotoClube de Setúbal e outras Associações e Cidadãos individuais pelas posições que têm tomado no sentido de que seja cumprida a lei por parte do proprietário da Herdade da Comenda, e que a legalidade seja reposta.

4.9 – Envie este Relatório ao Ministério Público para os fins que o Ministério Público entenda convenientes.

4.10 – Divulgue as conclusões e as recomendações à comunicação social nacional e local.”

Entrou na sala de sessões o deputado municipal Nuno Carvalho do PSD.

Ana Rita Drouillet (CDU) – Em primeiro lugar a bancada da CDU gostava, também, de saudar todos os que se disponibilizaram para este trabalho, extremamente intenso, que foi desenvolvido ao longo de um período de um ano. No entanto, a bancada da CDU, também, gostava de lamentar algumas insuficiências do documento final que, no nosso entender, não refletem o trabalho aprimorado e amiado da comissão. É de salientar que foram efetuadas mais de 20 reuniões.

Uma dessas insuficiências é que não especifica a área de intervenção de cada organismo, ou seja, o ICNF sobre a maioria das vedações, as IP que deveriam ter agido sobre as bermas da estrada e sobre os pilaretes, a APA sobre o domínio público hídrico e o encanamento das águas pluviais, enfim, à APSS, à Capitania, à DGPC, etc.

Ora, esta insuficiência deixa aqui espaço para uma extrapolação sobre o domínio da ação da autarquia que, no fundo, a Câmara Municipal de Setúbal tem competência no domínio do urbanismo e isto não fica bem claro. E já agora, lembrar que a Câmara Municipal de Setúbal foi o único organismo com o qual nós reunimos mais de uma vez. O relatório refere no ponto 3.4 e passo a citar “A Câmara Municipal, por razões que a Comissão desconhece, mostrou também passividade durante muito tempo.” Esta afirmação não corresponde de todo à verdade e provámos isso, temos uma súmula que prova o contrário, que recapitula as ações da autarquia desde 2020 e consideramos que esta afirmação é bastante grave. Se a bancada da CDU, ainda assim, pode compreender que é difícil para a oposição aceitar o constato sem apelo de que a autarquia foi o único organismo operante neste caso, não é aceitável, para nós, que venham aqui denegrir o trabalho dos funcionários desta autarquia que, desde o dia número um, tudo fizeram para avançar neste assunto e restabelecer a legalidade neste território. Voltamos a solicitar que o relatório seja votado ponto a ponto.

Vítor Rosa (BE) – Provavelmente ultrapassarei o tempo, mas servirá como declaração de voto sobre a matéria.

A Comissão Eventual de Acompanhamento das Intervenções realizadas na Herdade da Comenda, aprovada em Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2021, revelou-se, em nossa opinião, um importante instrumento de recolha de informação sobre as atividades da Seven Properties e das demais entidades envolvidas nas intervenções da Herdade da Comenda. Mas, acima de tudo, uma mais-valia para o conhecimento e compreensão dos erros e falhas na defesa do património ambiental, arqueológico e paisagístico inestimável da Herdade da Comenda e do Parque Natural da Arrábida.

Durante mais de um ano em que se ouviu as diversas entidades, em que se viu in loco as contínuas agressões a este património, foi-se constando a inércia, a incapacidade, o remeter para outros as responsabilidades que competiam a essas mesmas entidades, no jogo de passa culpas, em que os únicos que ficaram a perder foram os cidadãos do nosso concelho e não só, das limitações e interdições de usufruto de um espaço que deveria e deve ser, em nossa opinião, de uso público e não privado.

O papel até agora assumido, ou para dizer a verdade, não assumido de exercício pleno da defesa do direito público por algumas entidades de responsabilidades públicas sobre as diversas irregularidades, ilegalidades produzidas pela Seven Properties, identificadas em notificações, embargues, processos judiciais têm impedido, até ao presente momento, o claro usufruto da Herdade da Comenda, do Parque das Merendas, de espaços do próprio Parque Natural da Arrábida, incluindo a limitação de acesso a praias. Perante toda esta informação, as conclusões apresentadas neste relatório são coerentes com a informação recolhida e tratada junto de diversas entidades, entre as quais a Câmara Municipal de Setúbal e os seus serviços com competências nesta área.

Não podemos deixar em claro e reiterar as críticas apontadas no relatório às entidades de responsabilidade governamental, como o ICNF, a IP, a DGPC, entidades com responsabilidades acrescidas nesta matéria e que devem, em nossa opinião, ser publicamente responsabilizadas pela sua inércia na forma de atuar junto da Seven Properties, bem como da incapacidade dos ministérios e seus dirigentes políticos, Ministros e Secretários de Estado das respetivas tutelas com competências nesta matéria, que também devem ser responsabilizados politicamente.

Uma palavra sobre a atuação da Câmara neste processo. Após a sua eleição, a iniciativa popular realizada frente ao Parque das Merendas, em outubro de 2021, prometia aos cidadãos ali presentes, o Sr. Presidente, que a câmara tudo faria para retornar o Parque das Merendas, pelo menos, um espaço de uso público como sempre tinha acontecido até à compra da Herdade da Comenda pela Seven Properties, esperámos um ano e três meses até ao derrube dessas vedações.

Não pomos em causa as boas intenções da Câmara e a sua atividade, do ponto de vista legal, que tem exercido junto dos atuais proprietários. Não deixamos de dizer que, eventualmente, muita dessa atividade que tem sido mais acutilante nestes últimos meses deriva do trabalho desta comissão, na pressão por ela exercida junto dos serviços exigindo maior celeridade nas respostas e ações a exercer junto da Seven Properties, em vez do diálogo de compromisso do executivo anterior com esta entidade, de propostas de expropriação que se revelaram infrutíferas e com os prejuízos hoje conhecidos desde as vedações sem fim, à destruição do parque de estacionamento da Albarquel, entre outros.

Não é seguramente a melhor política a aposta de “depois de casa arrombada trancas na porta” com gente que se tem afirmado opção clara por litigância e má-fé, a única resposta só pode ser o de devolver aos cidadãos aquilo que durante décadas foi um espaço de usufruto público, recorrendo de forma clara e célere com o apoio da população e reaver um património que tem de ser de todos e não apenas de uns quantos.

Concordando e dando o nosso voto favorável ao relatório agora apresentado, uma última palavra de apreço para o trabalho da Associação de Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado, pela sua coragem enquanto movimento cívico de enfrentar a Seven Properties na barra dos tribunais, através de uma ação popular que está em recurso no Supremo Tribunal e também ao MotoClube de Setúbal pelo seu empenho cívico no sentido que seja cumprida a Lei por parte dos proprietários da Comenda e que a legalidade seja reposta.

Mariana Crespo (PAN) – Atendendo à premente emergência climática que observamos, o Estado deve-se colocar sempre ao lado de um bem maior, que é o bem geral e o interesse público. Essa visão implica a preservação dos espaços naturais e de políticas que privilegiem uma estrutura em rede ecológica que contribua para a manutenção e o fomento da biodiversidade.

A paisagem é um bem comum, incluindo os bens naturais como um Parque Natural. O direito ao ambiente deverá ser sempre superior a qualquer direito de propriedade privada, permitir atentados ambientais é também desrespeitar as pessoas, é a eterna e aparente dicotomia entre o antropocentrismo e o egocentrismo que deixa de existir se na verdade privilegiarmos a vertente natural, pois aí estaremos, por inerência, a privilegiar a qualidade de vida e o bem-estar da cidadania.

Não podemos esquecer que o direito a um bom ambiente ecologicamente equilibrado, é um direito prescrito na Constituição que a todos compete defender. Devemos chamar à responsabilidade política o que é da responsabilidade política, o que for de âmbito da justiça deve ser remetido para os tribunais. A nossa democracia aparte aos 3 poderes e esta separação é essencial para que possa haver consequências naquilo que consideramos ter havido má gestão da coisa pública.

Aquilo que temos vindo a assistir em relação à Herdade da Comenda têm sido atropelos flagrantes à Lei por parte dos novos proprietários. Embora se consiga perceber as motivações dos proprietários, o que custa realmente compreender é a inação das entidades oficiais. Como é possível que se fechem áreas do domínio público marítimo, que haja abate de árvores, instalação de vedações com óbvio risco para a fauna do Parque Natural e de pilaretes na estrada com perigo iminente para a segurança rodoviária, sem que nenhuma entidade consiga ter uma ação célere.

É uma vergonha o que temos vindo a assistir no caso da Herdade da Comenda e não podemos deixar de nos interrogar se não estará perdido a confiança das populações em todas as autoridades envolvidas.

Pergunto, também, o que aprendemos com esta situação? Em julho de 2022 foi noticiado que a Bateria do Outão seria alvo de concessão para empreendimento turístico, será que não estamos a caminho de um novo imbróglio? Fica o aviso.

O PAN de Setúbal gostava de saudar a Associação de Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado e o trabalho desta comissão na pessoa do seu Presidente Ilídio Ferreira e da secretária Ana Rita, assim como dos restantes representantes dos partidos aqui presentes, pelo ambiente de unidade que caracterizaram as reuniões da comissão, que se nortearam sempre por um espírito cívico absolutamente exemplar e que sirva de exemplo a quem de direito.

Rui Lamim (PSD) – Foi efetivamente um prazer participar nesta Comissão e o seu trabalho é algo muito interessante pelo conjunto de informação que se conseguiu recolher e compilar. Considero que a informação que está ali é factual, que as conclusões não são de carácter político, são conclusões óbvias das observações que foram feitas, mas estamos aqui numa Assembleia Municipal e cabe-nos agora, neste momento, ter uma análise mais política acerca daquilo que são os factos e as recomendações de substância que estão neste relatório, com as quais concordamos totalmente. No entanto, esta área, este território, esta Herdade da Comenda situa-se no Parque Natural da Arrábida, o qual é apenas uma pequena parte e é propriedade do Estado. É propriedade do Estado a Mata do Solitário, a Mata Coberta e, obviamente, todas as estradas deste território, tudo o resto é propriedade privada e está na moda olhar para estes temas e os proprietários têm o usufruto livre da sua propriedade, segundo as normas gerais, é algo que está na Constituição Portuguesa.

Mas temos aqui duas maneiras de olhar a questão, começemos pela questão da propriedade. Uma primeira incompreensão, como é que durante todo este tempo a propriedade pública do Parque de Merendas da Comenda não foi claramente estabelecida? Na Comenda, no município como sabem, gastou montantes consideráveis de dinheiro por várias vezes, mas nunca obteve a dissipação de dúvida da propriedade.

E o que dizer do local de estacionamento na Praia de Albarquel? Era um local de estacionamento, não era um parque, era um pedaço de terra batida, era de uso público, certamente, completamente informal, mas era em propriedade alheia.

Gosto muito de falar dos caminhos, alguns já de uso antigo, outros mais novos de carácter turístico e recreativo que foram publicitados pelo município. Não esteve esta grande propriedade em processo de venda durante longos anos? Não esteve votado ao abandono durante esse tempo? Será que foi mesmo mais útil? Isto é uma reflexão, uma questão de pesar as coisas. Foi mais útil comprar a Praça de Touros Carlos Relvas no valor de 1 milhão e meio de euros, que continua sem nenhum uso? A Câmara podia ou devia ter gerido os interesses dos setubalenses negociando com os vários proprietários. Foram vários proprietários, ou mesmo utilizado a expropriação. Foi um erro grave de gestão do município pela CDU.

No presente momento, ainda relativamente à propriedade, urge clarificar esta mesma propriedade no que diz respeito ao Parque de Merendas da Comenda, faltarão a conclusão dos trabalhos de delimitação do direito público marítimo, cuja comissão tem um currículo de trabalhos, que não vou agora classificar.

O segundo ponto tem a ver com as entidades que têm influência neste mesmo território, e são muitas as entidades administrantes com atividades interligadas, e chegámos com o trabalho desta comissão à percepção de que as coisas são, por vezes, extremamente complexas.

Naquilo que diz respeito à legislação e ao conjunto de entidades que têm a superintendência ou administração sobre um determinado local, sobre uma determinada função e as suas interligações, o Estado por vezes não funciona, efetivamente, como devia funcionar e é claramente observável na descrição que está incluída neste relatório. Mas esta Assembleia, mais do que fazer a avaliação da APA, da Direção-Geral do Património Cultural, da Comissão de Limitação do Direito Público Marítimo ou outros, se bem que haja algumas destas entidades que têm feito um trabalho notável com os fracos meios que têm.

O que nos interessa aqui nesta Assembleia Municipal é mais observar o funcionamento deste município, da Câmara Municipal de Setúbal.

Com um novo proprietário, a Herdade da Comenda deixou, felizmente, de estar ao abandono, algumas das atividades deste novo proprietário terão ultrapassado os limites entre o privado e o público e entre o

regular e o inconforme, segundo as leis e os regulamentos, e está expresso nesse mesmo relatório. Mais, este novo proprietário usa os mecanismos jurídicos de uma forma ampla e muito assertiva.

Verificamos que só depois do efetivo alarme social, isto no que diz respeito à postura deste município, só depois da divulgação da comunicação social e também devido a esta Assembleia que, em boa hora, criou a Comissão para observar aquilo que diz respeito a este processo da Comenda.

O município, só depois disso e passado algum tempo, utilizou com eficácia as suas funções de fiscalização e de administração deste mesmo território. Isto é, os meses que se seguiram à compra, pelo novo proprietário, o município foi displicente na sua atuação enquanto os seus dirigentes eram muitíssimo mais verbais num outro sentido. As palavras e energia apresentados pelos políticos, da altura, não teve a contrapartida na ação dos serviços, mas hoje, conforme indica este relatório, a Câmara está a cumprir com o seu dever e esperamos que continue e esperamos que as várias entidades acatem as recomendações.

Luís Maurício (CH) – Foi com enorme orgulho que pertenci a esta Comissão da Comenda e queria agradecer também ao Presidente Ilídio e também ao Esteves pela dedicação, mostraram um grande serviço aos setubalenses e sempre que se pratica o bem, temos de agradecer a essas pessoas.

Este processo da Herdade da Comenda que correu mal desde o início, no tempo da ex-presidente da Câmara, ela tentou, e se calhar bem, resolver o problema, mas com isso deixou as contraordenações dentro da gaveta. Entrou este executivo e as contraordenações continuaram na gaveta até que foi criada esta Comissão.

Esta Comissão, com a dedicação do Ilídio e de todos os que pertenceram, começou passo a passo a tentar conquistar alguma coisa, mas, na nossa perspetiva, o grande Boom que deu para o processo começar a acelerar, cada vez mais, foi a reportagem da revista Sábado e da CMTV. Com isso o problema da Comenda deixou de ser um problema local para ser um problema nacional e sendo um problema nacional, o executivo tinha de começar a resolver e começou a resolver bem os problemas que havia da Herdade da Comenda, porque as monstruosas ilegalidades que o proprietário estava a fazer tinham, de alguma maneira, de ser combatidos.

Com isso tivemos a Procuradora Adjunta Geral da República que, também, soube do processo da Comenda pela revista Sábado, o que é impressionante, a tentar desbloquear e a tentar que o processo andasse para a frente.

A Câmara Municipal começou a trabalhar bem, começou legalmente a tratar de todos os assuntos e esperamos que continue dessa maneira. Na perspetiva do partido CHEGA é que, deveria ter sido eficaz mais cedo e tentar mais cedo, com todos os meios legais, combater estas monstruosidades que os proprietários fizeram, porque temos ali um muro na praia e isso não existe em lado nenhum no mundo.

Flávio Lança (IL) – Quero começar por agradecer a todos os membros da Comissão e a todas as entidades que colaboraram no apuramento dos factos que hoje constam no relatório.

A Iniciativa Liberal respeita a propriedade privada e considera que os proprietários devem usufruir da sua propriedade cumprindo a Lei, Lei que tem que ser respeitada por todos e aplicada com a mesma celeridade a todos os cidadãos.

Com o trabalho da Comissão ficou claro a inércia das respetivas entidades envolvidas, onde se inclui a Câmara Municipal de Setúbal, nos processos para que as reposições das respetivas ilegalidades acontecessem de forma rápida, que é o que se espera num Parque Natural. Ainda se aguarda que se reponham algumas ilegalidades.

O tempo que a vedação da Comenda levou para ser retirada, segundo o que foi apurado, não cumpria com a Lei e é incompreensível. Estamos convictos que um mero muro construído por um proprietário na sua propriedade, sem o devido licenciamento, não demoraria tanto tempo para ser removido e para que as entidades respetivas aplicassem as respetivas coimas.

Ilídio Ferreira (PS) – Compreendo a posição e não me surpreende o voto da CDU relativamente a uma das conclusões, naturalmente que lamento a justificação que foi dada pela representante da CDU. Nós trabalhamos durante muitos meses, conversámos sobre muitas matérias e todas as matérias foram

claramente discutidas e conversadas e foram apresentadas aqui algumas justificações que não correspondem à verdade e que gostava de esclarecer.

Em primeiro lugar, a questão da competência da Câmara, que a representante da CDU disse que tinha apenas competências no domínio do urbanismo, tive a oportunidade, mais que uma vez, de falar à Rita sobre a legislação que se aplicava no que diz respeito ao Parque Natural da Arrábida, que estabelece um regime jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Fiz várias vezes referências a isso e consta dos documentos. Diz no seu artigo 40 que, e vou ler o n.º 2, “*A fiscalização compete à Autoridade Nacional especialmente através do serviço de vigilância da natureza, à GNR, às demais autoridades policiais e aos municípios a competência de fiscalização.*”. Depois no art.º 43 refere várias contraordenações relativamente às intervenções que são feitas e o art.º 45 diz que “*nos casos previstos nas alíneas a), a i) do n.º 1 e no n.º 3, do art.º 43, os municípios também têm competência para o processamento das contraordenações e para a aplicação das coimas e sanções acessórias*”, e as alíneas a), a i) do n.º 1 do art.º 43, “*alteração à morfologia do solo, a modificação do coberto vegetal, a instalação de depósitos de ferro-velho, o abandono de entulhos, alteração da configuração de lagunares e marinhas, a abertura das novas vias de comunicação ou acesso, a captação e o armazenamento e o desvio da condução de águas, etc.*” Há várias matérias que não são apenas matérias de natureza de urbanismo que a câmara tem competência para intervenção. Também sempre o disse que, obviamente, o ICNF tem mais capacidade de intervenção do que a câmara pelas suas próprias funções que estão definidas por lei, mas não significa que a câmara não tenha capacidade de intervenção. A isto prende-se outra questão que também foi referido, de que o único organismo que foi operante foi a câmara. Também não é verdade, que o ICNF levantou contraordenações, pelo menos até à data da informação que tivemos, dizem eles que levantaram 7, nós só tivemos conhecimento de duas que tenha chegado à coima final e que nos foram fornecidos os documentos. O ICNF teve intervenção, houve outros organismos que tiveram intervenção, só que a intervenção deles é uma intervenção de verificação e de comunicação à Câmara e ao ICNF, que são as duas entidades que têm competências de fiscalização. Tivemos reuniões, a APSS quando teve conhecimento de intervenções ilegais comunicou, a capitania fez o mesmo, a APA fez o mesmo e houve mais entidade a terem intervenção.

Relativamente às insuficiências do documento final, não houve um relator do documento, a redação do documento foi de todos os membros da Comissão, portanto, quem quis colocar no documento final sugestões, fez, quem não as fez podia tê-las feito e a representante da CDU podia tê-la feito e não o fez, podia ter suprido aquilo que chama insuficiências do documento e não fez nada no sentido de suprir essas insuficiências, limitou-se no último dia a fazer a votação legítima. Agora o que me parece não ser muito razoável é depois dizer que o documento tinha insuficiências, quando o documento corresponde àquilo que foi o contributo de todos os seus membros e foram votados.

Finalmente, desagradável esta consideração de dizer que é um grave insulto aos trabalhadores, penso que esta declaração da CDU, ela é que é um grave insulto aos membros da Comissão pela forma como trabalharam e como se relacionaram com os trabalhadores da autarquia. Devo dizer que durmo bem para esse lado, porque tenho 66 anos, ando aqui desde 1990 e a grande maioria dos trabalhadores da autarquia conhecem-me, os que não me conhecem, porque não trabalharam comigo, já ouviram falar e por aí durmo descansado quanto a essa matéria do desrespeito e do grave insulto. Acho que relativamente à Comissão, na sua globalidade, é desagradável este tipo de considerações.

Gostava de terminar dizendo que compreendia e compreendo à luz daquilo que é o posicionamento da CDU e daquilo que é o posicionamento do Partido Socialista. Reparem que, apesar dos organismos mais criticados neste relatório, são organismos governamentais e eu votei favoravelmente todas e posso dizê-lo aqui, fui eu que propus à Comissão que fosse assim. Porquê? Porque tenho essa liberdade, nada me acontece, para mim é mais importante a minha cidade e a Comenda do que o meu partido e, portanto, tenho essa liberdade e fi-lo em plena consciência, mas compreendo que a representante da CDU não tenha a mesma liberdade. Não tenha a mesma liberdade, porque tem uma ideologia, tem uma perspetiva corporativa que leva a que esteja fora do seu espaço de liberdade de votar contra ou vetar qualquer coisa que ponha em causa o seu partido, eu não tenho esse tipo de problemas.

Ana Rita Drouillet (CDU) – Em primeiro lugar agradecer a lição de camaradagem ou de liberdade dada pelo Ilídio Ferreira, lembrar-me-ei em ocasiões futuras. Como não estou aqui para lançar polémicas, nem para ser insultada como já aconteceu em assembleias precedentes, o que quero realmente era solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que pudesse responder e esclarecer aqui, pela quarta vez, o deputado Ilídio Ferreira sobre a atuação da autarquia e do porquê de não ter usado o artigo que ele, pela quarta vez, insiste que não foi utilizado devidamente.

Presidente da Câmara – Creio que sobre a atividade da câmara, a população e creio que, também, os senhores deputados e as senhoras deputadas municipais é conhecido o que a Câmara Municipal tem feito e o caminho que tomado no sentido de dar corpo aos compromissos que assumiu com a população e, naturalmente, com a Assembleia Municipal também.

Sobre as questões genéricas de comportamento, de assumir compromissos, de cumprir os compromissos, aliás já fiz uma intervenção de informação mais atualizada sobre o que a câmara continua a fazer e de em definitivo poder ter a gestão daquele espaço, estou-me a referir em concreto ao Parque de Merendas e sobre isso os senhores deputados são livres de fazer as considerações como muito bem entendem.

Creio que há algumas questões no relatório que justificam um melhor esclarecimento e, por isso, pedia que a senhora vereadora Rita Carvalho pudesse dizer alguma coisa sobre esta questão, porque como todos sabemos é ela que acompanha e tem acompanhado o trabalho da comissão e, naturalmente, esta atividade dos proprietários.

Peço desculpa, mas às vezes sai-nos estas expressões, tenho algum cuidado, mas agora saiu-me os proprietários da Comenda que relativamente ao Parque de Merendas não está definitivamente decidido se os proprietários da Comenda são proprietários daquele espaço.

Vereadora Rita Carvalho – Gostava de começar esta minha resposta por dizer que é reafirmado pelo executivo da câmara que a devolução do Parque de Merendas à população de Setúbal é um objetivo deste executivo, com passos dados e concretizados nesse sentido.

Por outro lado, a reposição da legalidade e o cumprimento da legalidade não são um objetivo, são uma obrigação deste e de todos os executivos. O que gostaria de comentar relativamente ao relatório apresentado, que faz afirmações expressas quanto à atuação da Câmara, nomeadamente à atuação dos serviços da Câmara e que deixa implícito alguma morosidade e passividade sobre a atuação da Câmara, é que era relevante objetivar em que momento é que se pode afirmar que houve, de facto, uma morosidade ou uma passividade naquilo que é a atuação da Câmara.

Sempre que solicitado, foram realizadas reuniões, foi disponibilizada informação à Comissão, foram disponibilizados os processos para consulta da Comissão e, portanto, acho que era relevante de forma evidente mostrarem como é que houve passividade ou alguma morosidade na atuação dos serviços.

Depois, o relatório afirma falhas na atuação do município, mais uma vez, penso que elas não são concretizadas, mas também era relevante reafirmar que correm 13 processos de contraordenação relativamente a intervenções na Herdade da Comenda, todos sobre aquela propriedade. Todos os 13 processos que correm nos serviços da Divisão de Fiscalização, para além de um processo que, entretanto, foi indeferido, um processo de regularização da construção. Julgo que é difícil afirmar que há uma passividade e uma inoperância dos serviços da Câmara.

Por outro lado, acho que não se pode deixar de afirmar que efetivamente a câmara foi a única entidade consequente, até à data, que efetivou ou que levou à prática a reposição da legalidade e quanto a isso era relevante, também, as conclusões fazerem transparecer o resultado do trabalho dos serviços.

O relatório, também, acaba por fazer referências a questões sobre as quais foi transmitida ou esclarecida informação nas várias reuniões da Comissão ou por via escrita relativa às questões que o deputado Ilídio, Presidente da Comissão, colocou sobre a aplicação da lei específica, que foi respondido pela nossa jurista o porquê de não podermos fazer aplicar a lei nos termos em que colocou à câmara e o porquê de não fazer cumprir.

Por outro lado, há uma referência no relatório que refere ou que expressa que só há uma atuação dos serviços municipais no último trimestre de 2022 e que essa atuação resulta da existência ou da persistência da própria comissão e que isso é desconsiderar todo o trabalho desenvolvido pelos serviços

municipais, em particular pelos serviços da Divisão de Fiscalização. Obviamente, que é consequência dos atos praticados e, como sabe e como me disse, já foi vereador do Urbanismo, conhece perfeitamente os procedimentos e a morosidade dos mesmos antes que eles se possam concretizar, aliás, foi tema que falámos várias vezes nas reuniões da Comissão.

Não podia deixar de fazer estas afirmações ou pelo menos estes esclarecimentos e pedidos de esclarecimentos quando, de alguma forma, é apontado uma fragilidade na atuação dos serviços ou alguma passividade naquilo que são a atuação dos serviços.

Ilídio Ferreira (PS) – Tenho pouco tempo e vou procurar responder, mas rapidamente dentro do meu tempo.

Em primeiro lugar, a Comissão reconhece que a Câmara a partir de certa altura, nomeadamente, quando referimos a partir do último trimestre de 2022, teve um grande empenhamento. Agora, os processos começaram em 2020 e verificámos in loco, porque fomos lá, a senhora representante da CDU não foi, mas alguns dos membros da Comissão foram ao Departamento de Urbanismo e consultaram os processos um a um e tiveram oportunidade de verificar que houve processos que deveriam ter andado mais celeremente e não andaram. Essa é uma verdade, agora a culpa não é dos funcionários. Repare o seguinte, dou-lhe só 2 exemplos, e não gostava de avançar muito, porque não quero falar de casos concretos, verificámos, depois foi-nos justificado, que houve um processo que teve um ano e meio para ser feita a contraordenação à proprietária. Durante esse período, foram nomeados três relatores, depois foi-nos explicado que um dos relatores adoeceu e o outro saiu da Câmara e houve dificuldades, o que compreendemos. Agora a culpa, obviamente, não é do funcionário que adoeceu, nem da chefia que ficou sem o funcionário, a culpa foi, em entendimento da Comissão, da Câmara, concretamente do Executivo, que a determinada altura não deu suficiente importância aos processos que estavam a decorrer, porque estaria com processos negociais no sentido de procurar soluções sem serem soluções contenciosas.

Relativamente à questão da intervenção para repor a legalidade, chegámos à conclusão que o melhor caminho, por questões de celeridade, era ir, como foram, através da legislação relativamente ao urbanismo. Era mais célere. Foi-nos explicado e estamos de acordo, agora isso não significa que não houvesse outra forma de o fazer. Por outro lado, ao dizer-se que há 13 processos de contraordenações e apenas um chegou à sua fase, não à final, mas quase, significa que durante muito tempo não foram tomadas medidas que poderiam ser tomadas mais rapidamente. Essa foi a leitura da Comissão, portanto, há aqui apenas um juízo relativamente ao executivo e não aos funcionários que tratavam os procedimentos naturalmente.

Vereadora Rita Carvalho – Só quero, sem entrar em diálogo, até porque estas questões foram muito faladas no âmbito das reuniões da Comissão. Em junho de 2020 é feito um embargo à obra do Palácio da Comenda, para não dizer que não há atuação prévia ao último trimestre de 2022. Em março de 2021 é proposta uma contraordenação aos caminhos municipais e a obra andou e viu-se nos processos que andou. A obra relativamente à vedação do Parque de Merendas foi feita no dia 27/09/2021 e antes disso não podia haver intervenção.

Presidente da Mesa – A questão aqui é decidir sobre o relatório em si e não especifica e exclusivamente sobre a consideração se a Câmara foi mais ou menos diligente e aquilo que são as opiniões que se assumem dificilmente se desmontam, se desfazem ou se alteram. Portanto, temos que apreciar e votar este relatório, agora está dito, está declarado que há um grupo municipal que vota contra o ponto 3.4 e há duas maneiras de o fazer, ou votamos os 9 pontos ponto a ponto ou faz-se a votação global que a bancada entende que há de fazer e faz a declaração que votou contra ou que excluiu na sua votação o ponto 3.4, ou seja, não apoia o ponto 3.4, porque o resultado legal é o mesmo.

Ana Rita Drouillet (CDU) – Assim será, faremos uma declaração de voto contra. Aceitamos essa proposta.

Encontravam-se ausentes da sala de sessões dois deputados municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 8 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 abstenções da CDU, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Ana Rita Drouillet (CDU) – Senhor Presidente, entregaremos uma declaração de voto contra o ponto 3.4 por escrito (conforme documento registado sob o n.º 39, arquivado em pasta anexa à presente ata).

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, nós reservamos para conhecer a declaração de voto e depois podemos fazer também a nossa declaração de voto por escrito.

Presidente da Mesa – De facto essa é uma questão procedimental nova, fazer declarações de voto sobre declarações de voto, não conheço oh senhor deputado. Acho que o senhor deputado tem toda a legitimidade para fazer a sua declaração de voto por escrito, agora declarações de voto em resposta a declarações de voto já é uma figura que desconheço. De qualquer forma é um momento inédito para esta Assembleia, não me recordo, mas como o Ilídio Ferreira também anda aqui há muitos anos. Não me recordo de termos tido assim estes procedimentos de comissões específicas, comissões eventuais para tratar especificamente destes assuntos, de termos três ao mesmo tempo e estarmos numa assembleia um pouco especial, não me lembro de outra altura com isto, mas talvez haja.

3. Deliberação n.º 002/2023/AM – Relatório da Comissão Eventual de Fiscalização da Conduta da Câmara e dos Serviços Municipais no Acolhimento de Refugiados Ucrrianos em Setúbal

Flávio Lança (IL) – Começo esta minha intervenção com agradecimento a todos os membros da Comissão Eventual de Fiscalização da Conduta da Câmara e dos Serviços Municipais no Acolhimento de Refugiados Ucrrianos em Setúbal, pelo empenho e trabalho desenvolvido e também a todas as entidades que aceitaram o convite para reunir com a Comissão, pois permitiram que fosse concluído com sucesso a atribuição que esta assembleia delegou na comissão.

Aproveito, também, aqui para agradecer ao Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais em todo o apoio que nos prestou.

Em relação às conclusões do relatório, começo por dar nota que, por consenso dos membros da Comissão, considerou-se relevante ouvir 11 entidades e passo a citar, a Associação EDINSTVO, a Associação Anjos da Misericórdia, Alto Comissariado para as Migrações, Instituto da Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Serviço de Estrangeiro e Fronteiras, Comissão Nacional de Proteção de Dados (que não veio à Comissão, porque delegou as suas declarações na deliberação que fez), a Linha Municipal de Apoio aos Refugiados, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, o senhor vereador do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude e a ex-presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Dra. Maria Dores Meira. Foi possível realizar todas as audições com exceção, como já referi, da Comissão Nacional de Proteção de Dados que remeteu os seus esclarecimentos para a sua deliberação.

As conclusões da Comissão e os sentidos de voto das forças políticas representados foram os seguintes:

3.1. Sobre o papel da EDINSTVO, no âmbito do acolhimento de refugiados ucrrianos em Setúbal.

A conclusão foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CHEGA, PAN, Bloco de Esquerda e Iniciativa Liberal e com a abstenção da CDU. passo a ler:

“A Comissão conclui que não é claro o papel que representava EDINSTVO, em particular o seu representante, Igor khashin, no âmbito do processo de acolhimento dos refugiados ucrrianos.

Se por um lado, Igor khashin, e conforme a ata do Conselho Local de Ação Social de Setúbal (CLAS) realizada a 11 de março de 2022, com o ponto único da ordem de trabalhos “Informação sobre o acolhimento, proteção e integração de pessoas deslocadas do conflito de guerra e outras informações”, esteve presente como representante da Associação EDINSTVO.

Por outro lado, segundo a mesma ata não ficou definido que a associação fosse um veículo de apoio ou tradução para nenhuma das instituições participantes na reunião do CLAS. Este facto foi confirmado pelo Instituto da Segurança Social.

A colaboração com o IEFP ficou resumida a uma colaboração de tradução de uma sessão de formação, colaboração essa terminada após a polémica na comunicação social, não voltando a entrar nas instalações do IEFP, tal foi referido pelo mesmo.

Na audição com a Presidente da Associação EDINSTVO, Sra. Yulia Kashina afirma que Igor khashin se encontrava, na LIMAR, como voluntário.

Na audição com o Sr. Vereador Pedro Pina foi referido que estar como voluntário apenas significava não ser remunerado.

3.2. Sobre o papel de Yulia Kashina, no âmbito do acolhimento de refugiados ucranianos em Setúbal

A conclusão foi aprovada por unanimidade dos partidos representados na comissão. Passo a ler o ponto:

“A comissão conclui que Yulia Kashina esteve no processo de acolhimento de refugiados ucranianos como trabalhadora da Câmara Municipal de Setúbal.

Tal foi referido pela própria e pela coordenadora do LIMAR, adiantando que Yulia kashina acabou por ser afastada deste processo para proteção dos serviços e da mesma.

3.3. Sobre as queixas formais dos refugiados ucranianos no processo de acolhimento em Setúbal

A conclusão foi aprovada, também, por unanimidade dos partidos representados na comissão.

A Comissão conclui que as instituições presentes nas audições revelaram não ter conhecimento de queixas por parte dos refugiados ucranianos acolhidos em Setúbal, no entanto, na Audição com a Associação Anjos da Misericórdia foi referido que existiram relatos de queixas, por parte de refugiados ucranianos, de estarem a ser recebidos por cidadãos de origem russa.

Os vereadores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, na reunião de Câmara de 20 de março de 2022, referiram ter recebido relatos de queixas dos refugiados ucranianos, por estarem a ser recebidos por cidadãos de origem russa, tendo alertado o executivo para este facto.

3.4. Sobre os dados pessoais recolhidos e a salvaguarda dos mesmos pelo executivo da Câmara Municipal de Setúbal

A conclusão foi aprovada por unanimidade dos partidos representados na comissão.

A comissão concluiu que:

- a) a Câmara Municipal de Setúbal, criou a LIMAR, sem ter acautelado formalismos que se imponham num processo desta natureza;
- b) a Câmara Municipal de Setúbal não dispunha de um Encarregado de Proteção de Dados, em conformidade com a Lei;
- c) foram recolhidos dados para preenchimento de um questionário elaborado pelo LIMAR;
- d) no entanto, as entidades ouvidas referiram que não necessitavam de outra recolha de dados que não os seus, uma vez que percebiam plataformas eletrónicas ou que os registos tinham de ser presenciais nos respetivos serviços;
- e) Igor khashin, na qualidade de voluntário, teve acesso a dados pessoais. Este facto foi confirmado pela coordenadora da LIMAR, tendo explicado que seriam para serem iniciados cursos de língua portuguesa no IEFP. No entanto, na audição com o IEFP, foi indicado que a instituição não tinha qualquer contrato com a EDINSTVO e que a participação de Igor khashin se resumiu a uma tradução no início de uma sessão de formação.

3.5. Sobre o facto de a Câmara Municipal de Setúbal ter colocado de cidadãos de origem russa no recebimento refugiados ucranianos, sabendo do conflito entre os dois países

A conclusão foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CHEGA, PAN, Bloco de Esquerda e Iniciativa Liberal, e com o voto contra da CDU.

A comissão conclui que a maioria das entidades que estiveram nas audições consideraram uma falta de sensibilidade o recebimento refugiados ucranianos por cidadãos de nacionalidade russa, pelo facto de ambos os países se encontrarem em conflito. Conclui ainda que a Câmara Municipal de Setúbal percebeu tardiamente tal facto, provocando uma degradação da imagem de Setúbal.”

A Comissão apurou, ainda, alguns factos relevantes que passo a descrever: “A Associação EDINSTVO não possuía qualquer referência no protocolo à proteção de dados pessoais, tendo sido referido pela própria representante da associação que na data inicial de assinatura do contrato, 2004, não existia lei de proteção de dados. Existiram sucessivas renovações do protocolo.

Atualmente a Câmara Municipal de Setúbal já nomeou um Encarregado de Proteção de Dados.

Foi arquivado um inquérito realizado pela Inspeção Geral das Finanças pelas irregularidades detetadas já terem sido sanadas.

A Comissão Nacional de Proteção de Dados, aplicou à Câmara Municipal de Setúbal uma coima no valor de 170 mil euros e duas repreensões, de acordo com o relatório que está em anexo, e a Câmara Municipal de Setúbal impugnou as decisões junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, não sendo conhecida resposta até ao momento.”

A Comissão deixa algumas recomendações no seu relatório, que passo a ler: “A Comissão propõe à Assembleia Municipal que recomende ao executivo da Câmara Municipal de Setúbal o reforço da necessidade de ser cumprida a atual legislação referente à proteção de dados pessoais.

A Comissão propõe à Assembleia Municipal de Setúbal que este relatório seja enviado ao Sr. Presidente da República, à Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e às entidades ouvidas em audição e à Comunicação Social Nacional e Local.

Em termos globais, o relatório foi votado pela Comissão, tendo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CHEGA, PAN, Bloco de Esquerda e Iniciativa Liberal, e com a abstenção da CDU.”

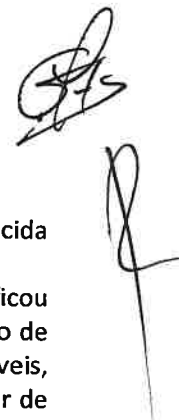
Luís Maurício (CH) – Começar, desde já, por agradecer ao Flávio Lança, da Iniciativa Liberal, pelo seu empenho e dedicação e por num tempo tão curto se ter conseguido ouvir tantas identidades, isso foi de louvar. Foi um processo muito complicado, ouvir muitas pessoas e com opiniões bastante diferentes, no mínimo mostrou que a Câmara tem falta de sensibilidade.

Vamos ao mais importante, a Comissão de Proteção de Dados emitiu duas contraordenações, mais duas repreensões, isso é um facto e está no nosso no nosso relatório. A parte que mais me deixou impressionado, foi quando recebemos a ex-presidente da Câmara, a Dra. Maria das Dores, e vou transcrever o que ela disse “Se eu ainda tivesse como Presidente da Câmara, esta situação com os refugiados ucranianos não teria acontecido. Atenção, não teria acontecido este problema, porque eu estive aqui 20 anos e conheço todas as pessoas.”. Foi dito pela Dra. Maria das Dores em plena comissão, que se ela estivesse como Presidente da Câmara, o problema dos refugiados não teria acontecido. Quando temos uma ex-presidente da Câmara a fazer uma afirmação tão assertiva, mostra que este executivo podia ter feito mais, devia deixar as suas ideologias cegas e pensar nas vidas ucranianas em jogo. Temos que perceber muito bem o que se passou aqui, porque é que a ex-presidente Maria das Dores tem uma afirmação tão importante como ela teve e que disse várias vezes nesta comissão, sentada ali, que se fosse Presidente da Câmara isto não tinha acontecido, porque esteve aqui 20 anos e que conhecia todas as pessoas e vamos perceber o porquê e, a partir daí, vamos tirar as nossas ilações do que aconteceu.

Simão Calixto (CDU) – Passado quase um ano de levantar suspeições e da criação da Comissão Eventual de Fiscalização da conduta da Câmara e dos serviços municipais no acolhimento dos refugiados ucranianos em Setúbal, estamos a discutir hoje aqui o relatório desta comissão que permitiu apurar precisamente aquilo que a CDU afirma desde o início. Este processo não passou de exacerbar divisões, promover a xenofobia, levantar suspeições sobre as instituições públicas, em especial o Município de Setúbal, os seus eleitos e os seus trabalhadores, não havendo nas suas conclusões qualquer prova de má conduta ou até de espionagem como nos chegaram a acusar.

Das 10 audições que esta comissão realizou a 10 entidades e individualidades diferentes, um facto é claro, ninguém recebeu queixas de refugiados sobre a atuação dos serviços municipais no acolhimento de refugiados através da linha municipal criada para o efeito.

Das 10 audições que esta comissão realizou a 10 entidades e individualidades diferentes, outro facto é claro, a Associação EDINSTVO e os seus dirigentes são exemplos de integração de imigrantes em Portugal, bem como de cidadãos que nunca deixaram de agir em prol do próximo procurando sempre ajudar a integração daqueles que vinham de vários países da Europa de Leste e do mundo e que encontraram em



Setúbal lugar para viver e trabalhar. Esta associação desenvolve trabalho há 20 anos, sendo reconhecida por diversas entidades como estrutura idónea.

Das 10 audições que esta comissão realizou a 10 entidades individuais diferentes, mais um facto ficou claro, o Município de Setúbal e os seus trabalhadores foram os primeiros a tomar medidas no sentido de acolher aqueles que numa hora mais difícil tiveram de abandonar o seu país. Com os recursos disponíveis, num quadro em que chegavam centenas de refugiados ucranianos a Setúbal, foi necessário responder de forma integrada para dar as melhores condições àqueles que vinham pelas piores razões. Sobre isto importa dizer que várias entidades estatais valorizaram esta disponibilidade e consideraram que Setúbal foi exemplar neste acolhimento.

Resta-nos, então, a sensibilidade que foi tão badalada nesta discussão e perguntamos qual seria a sensibilidade de não envolver parceiros de décadas, reconhecido junto da comunidade imigrante da Europa de Leste, de uma associação que conforme dados dos próprios dirigentes, mais de 70% dos seus associados são ucranianos. Qual é a sensibilidade de discriminar cidadãos portugueses em função da sua origem, atentando contra os princípios democráticos de Abril, constitucionalmente consagrados? Qual é a sensibilidade daqueles que montaram esta campanha de difamação e calúnia a um serviço de integração de refugiados que, podendo ter debilidades, foi pioneiro no acolhimento de refugiados no nosso país? Qual é a sensibilidade de ignorar a disponibilidade, o conhecimento e a vontade de ajudar cidadãos em prol do bem comum? Qual é que foi a sensibilidade da Segurança Social, do SEF, do IEFP ou do Alto Comissariado para as Migrações que, perante supostos problemas ou supostas suspeitas, nunca disseram à Câmara Municipal de Setúbal para deixar de trabalhar com a EDINSTVO ou com os seus dirigentes?

Meus caros, a sensibilidade de uns pode ser a xenofobia de outros e a sensibilidade que nos trouxe aqui acabou por destruir um serviço de acolhimento de refugiados no nosso concelho e a sensibilidade da luta pela paz fica beliscada por ações destas que mais não fazem do que promover o ódio, a divisão, a xenofobia e a discriminação.

Não queremos esconder os erros que, certamente, podem ter existido, mas não nos digam que isto foi uma questão de sensibilidade, até porque onde é que está a sensibilidade do Governo e do Estado central no cumprimento daquelas que são as suas competências em garantir que estas pessoas que chegaram a Portugal, no pior momento das suas vidas, têm casas para dormir, comida para dar aos seus filhos, emprego ou, em suma, se estão integradas? É que essa sensibilidade também não nos foi possível apurar no quadro das audições que fizemos ao IEFP, ao SEF, à Segurança Social ou até mesmo ao Alto Comissariado das Migrações.

Que se note, que algumas destas entidades até tiveram a sensibilidade de recorrer ao Google tradutor. A sensibilidade mede-se pela prestação de um serviço público de qualidade a todos aqueles que chegam a Setúbal e ao resto do país e não por teorias da conspiração à moda de Hollywood.

Vítor Rosa (BE) – Passado um ano após a invasão da Ucrânia por tropas russas a mando de Vladimir Putin, vem esta assembleia pronunciar-se sobre o trabalho da Comissão Eventual eleita para a fiscalização da conduta da Câmara e dos serviços municipais no acolhimento de refugiados ucranianos.

Este processo, desde o seu início ficou marcado de forma transversal pelo circo mediático promovido por forças partidárias PSD e PS, nomeadamente o primeiro que, mais do que procurarem de forma irrefletida e consciente abordar o que eventualmente estivesse a correr mal e o apuro dessas consequências e de uma audição cuidada dos diversos intervenientes no processo, pediram cabeças, ameaçaram demissões, opinaram por tudo e por nada em órgãos de comunicação social numa atitude de mero protagonismo político, se veio a revelar na sua maioria vazio no conteúdo objetivo.

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente pela constituição desta comissão para o apuramento dos factos que se revelassem mais importante para os objetivos traçados pela comissão para o seu trabalho. Não podemos deixar passar em claro algumas questões de funcionamento dos seus trabalhos, a incapacidade de um partido político, PSD, que se auto propôs para coordenador a comissão, eleito com o apoio da CDU e do CHEGA, não conseguindo na sua direção dos trabalhos promover uma única reunião com as entidades definidas pela comissão, sendo necessária a eleição de nova força partidária para a condução dos trabalhos, chegando à última reunião de aprovação final do relatório com o seu representante a estar dependente da autorização política para exercer o voto, protelando o tempo para a

votação final. Aproveito para aqui deixar o meu elogio particular ao eleito da IL, na forma exemplar como conduziu os trabalhos desta comissão até ao seu final.

Pensamos que da audição às diversas entidades e decisores políticos, o apuro factual da sua intervenção corresponde ao refletido nas suas conclusões, daí também o nosso voto favorável a estas mesmas conclusões, deixando, em primeiro lugar, uma referência a todas as entidades que confirmaram junto desta comissão a inexistência de maus tratos, ou outras questões relativamente aos refugiados.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal proferiu declarações públicas a diversos órgãos de comunicação social que não podemos deixar passar, também, em claro. Disse o Sr. Presidente que este é um relatório de convicções pessoais, mal seria se assim não fosse. O Sr. Presidente não toma as suas decisões também por convicções pessoais ou as suas decisões são tomadas por convicções pessoais de outros?

Foi com base nas informações dadas, de forma verdadeira e não manipuladas pelas diversas instituições e serviços que tomámos, comissão, de forma convicta, verdadeira e sem manipulações as conclusões apresentadas neste relatório, e isto Sr. Presidente são factos e não calúnias. Foi com base em factos e não em calúnias, que concluímos que as instituições presentes nas audições revelaram não ter conhecimento de queixas por parte dos refugiados ucranianos acolhidos em Setúbal.

Foi com base em factos, que os exemplos apresentados sobre a intervenção neste processo da participação de elementos ligados à associação EDINSTVO foram corroborados pelos próprios e por entidades que nos merecem o devido respeito. A representante da EDINSTVO, tal foi referido pela própria e pela coordenadora da LIMAR, acabou ela própria por ser afastada deste processo para proteção dos serviços e da mesma. Audição à LIMAR, página 20 do relatório, ou as informações contidas na deliberação 2022/140 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, cuja participação do representante EDINSTVO na equipa não foi alicerçada em qualquer decisão formal ou contratual, embora este não desempenhasse qualquer função no município, ponto 124 desta deliberação, página 18 do relatório. Acrescenta, ainda, a referência nesta deliberação à atuação da Câmara, e passo a citar, *“Ao permitir que pessoas estranhas aos serviços municipais pudessem aceder a equipamentos informáticos utilizados para o tratamento de dados pessoais sem perfil de acesso específico e, bem assim, ao aceder-lhes acesso a informação dos refugiados apoiados através da LIMAR, constantes dos formulários do curso de Português, língua de acolhimento, transportando-os para o exterior das instalações do Município sem previamente assumir qualquer compromisso formal e sem definir qualquer orientação sobre a gestão e segurança da informação assim cedida e transportada, a Autarquia não atuou com os cuidados a que está obrigada, e de que era capaz.”* ponto 145 da deliberação da Comissão Nacional de Proteção de Dados, na página 18 deste relatório.

Mais uma vez esta comissão chegou às conclusões com base em factos. Confundir isto com convicções pessoais, que as há sobre este conflito que não deveria ter existido, a querer confundir terceiros sobre estas conclusões. lembra ainda o papel que outros tiveram de recusa para audição do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal na Assembleia da República. Também eles procurando, de outra forma, o protagonismo político e mediático esconderam em outras autarquias na defesa da Proteção de Dados de cidadãos estrangeiros.

Concluo, reiterando o voto no relatório apresentado, certo de que se respondeu tardiamente à necessidade de impedir a utilização mediática deste processo que, perante a chegada de refugiados em fuga de uma guerra provocada por interesses que não interessam a paz entre os povos, não se deva ter sensibilidade necessária para impedir espaço a protagonismos políticos indesejáveis ou apoio a quem necessitou e continua a necessitar desse mesmo apoio, e que em paz possa voltar novamente a juntar-se à sua família na sua terra natal.

Paulo Lopes (PS) – Assinalamos hoje, 24 de fevereiro, precisamente um ano desde que o fantasma da guerra voltou a ensombrar a Europa. Fomos confrontados com o início de uma nova guerra, passados mais de 60 anos do fim da 2ª Guerra Mundial. A Rússia invadiu um país soberano, a Ucrânia, com o ensejo de recuperar territórios e tenebrosos protagonismos de velhos tempos, ameaçando toda a comunidade internacional, em concreto a Europa livre, democrática e solidária.

Foi através desta visão europeia e solidária que Portugal, Estado e sociedade civil, rapidamente se disponibilizaram e se mobilizaram para receber e acolher refugiados oriundos da Ucrânia. Assim, e cerca de um mês depois do início da guerra, Setúbal recebeu os primeiros refugiados, tendo a Câmara Municipal assumido a gestão e liderança do processo em articulação com as entidades públicas e instituições do concelho.

Com a chegada dos refugiados chegou ao conhecimento dos vereadores do PS que os mesmos, fugidos de uma guerra absurda e sem sentido que lhes destruiu as suas casas, os seus sonhos e as suas vidas, os mesmos eram recebidos por cidadãos russos.

Na reunião de Câmara de 20 de abril, de 2022, os vereadores do Partido Socialista alertaram para este facto, solicitando a melhor atenção do Sr. Presidente para o assunto, no entanto, o que o Sr. Presidente e os vereadores da CDU optaram por desvalorizar e mostraram-se insensíveis aos argumentos expostos. Passados poucos dias, Setúbal era capa dos jornais e notícia em todas as televisões pelos piores motivos, Setúbal era o rosto da insensibilidade e da irresponsabilidade pela forma como o executivo comunista lidou com o processo de acolhimento, não acautelando, sequer, a proteção e salvaguarda do acesso aos dados pessoais dos refugiados.

Por forma a tentarmos compreender tudo o que se passou ao longo deste processo, o Partido Socialista propôs, no âmbito desta Assembleia, a criação de uma Comissão Eventual de Fiscalização da Conduta da Câmara e dos Serviços Municipais no Acolhimento de Refugiados Ucrânicos em Setúbal.

Todas as entidades que foram solicitadas para serem ouvidas, mostraram-se disponíveis, clarificaram e esclareceram os seus procedimentos e modos de intervenção neste processo de acolhimento aos refugiados. De todas as entidades ouvidas, apenas e só a Câmara Municipal de Setúbal entendeu ser útil e normal a colocação de cidadãos russos na receção dos refugiados ucranianos, isto apesar do alerta que foi deixado em reunião do CLAS, pelos responsáveis da própria Associação EDINSTVO, envolvidos em todo este enredo, que a guerra iria causar mau estar entre a comunidade de países de Leste, nomeadamente entre os cidadãos russos e os ucranianos.

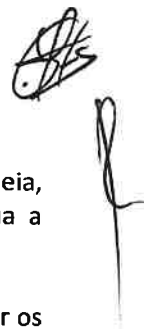
Ficou claramente demonstrado que, foi da exclusiva e total responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal a escolha de dois cidadãos russos, membros da Associação EDINSTVO para estarem na Linha Municipal de Atendimento aos Refugiados Ucrânicos, utilizando os seus serviços para ajuda nas traduções, mesmo depois de alertada previamente pelos vereadores da oposição e por membros da Associação Anjos da Guarda, de que não era razoável, nem de bom senso ter cidadãos russos a fazê-lo e apenas por isso.

Desses dois cidadãos russos, um deles não era funcionário da autarquia e estava apenas na qualidade de voluntário, como foi confirmado, quer pela Presidente da Associação EDINSTVO, quer pelo vereador Pedro Pina na sua audição na comissão e com a agravante da sua participação direta no processo nunca ter sido alicerçado em qualquer decisão formal ou contratual com o município. Este cidadão teve acesso direto a dados pessoais dos refugiados ucranianos, sendo da total responsabilidade do executivo a implementação da lei, como era obrigado, com a nomeação de um Encarregado de Proteção de Dados. Ao não o fazer não acautelou a segurança do tratamento desses dados pessoais dos refugiados, tendo, inclusive, dado acesso a uma pessoa externa aos serviços, que lá estava apenas como voluntário, e que teve acesso direto aos ficheiros e equipamentos informáticos da Câmara Municipal onde se encontravam esses mesmos dados.

Em suma e ainda a todos estes factos apurados pela comissão, não deve ser ainda alheio a posição do PCP que, desde o primeiro dia do início da guerra, se escusou a comentar e considerar este ato como uma invasão e início de uma guerra por parte da Rússia contra a Ucrânia. Logo e por essa lógica distorcida da realidade, não deveria haver um natural conflito.

Lamentamos profundamente que uma tão nobre e louvável iniciativa, o acolhimento de refugiados de uma guerra sem fim à vista e que nos procuraram no momento mais frágil da sua vida, nas palavras da ex-presidente da Câmara, também ela responsável e autarca comunista, tenha sido manchado por tanta insensibilidade e falta de competência política, acrescento eu.

Como afirmámos, então, e passado agora cerca de 16 meses que este executivo tomou posse, face às inúmeras situações ocorridas neste mandato, a nova concessão de parquímetros por 40 anos, a falta de diálogo do executivo, a recusa em reduzir os impostos municipais perante o aumento do custo de vida, nomeadamente o IMI, as promessas de investimento por cumprir, o crescente ambiente de tensão vivido



no seio dos trabalhadores do município, como hoje podemos observar no início da Assembleia, entendemos hoje, mais do que nunca, até pela sua crescente inação que este executivo continua a merecer da nossa parte a mais veemente censura política.

Luís Maurício (CH) – Ainda há pouco estive a ouvir a intervenção da CDU e até fiquei comovido a ouvir os pontos e a gritar de voz alta, mas gostava de saber porque é que nenhum deles, quando esteve cá ex-presidente lhe colocou uma questão, lhe perguntou porque é que ela disse que era uma questão de sensibilidade ou será que ela também já tem esses nomes todos fascista, racista ou se já tem esses problemas todos? Porque é que não lhe perguntaram sobre a falta de sensibilidade que ela disse que houve, porque é que não lhe disseram nada? Ficaram a olhar para ela, calados, em silêncios e aqui falam alto para todos ouvirem, mas à frente dela ficaram caladinhos.

Outra questão, foi tudo uma falsidade da comunicação social, mas a Judiciária veio cá três vezes, será que foi assim uma coisa só a nível mediático e a polícia não tem mais nada que fazer do que vir à Câmara de Setúbal? A polícia resolveu vir à Câmara de Setúbal, porque os jornais apareceram e resolveram vier. Vou explicar uma coisa assim devagarinho, a Polícia Judiciária só veio cá por tem alguns índices, tendo alguns índices é que a Polícia Judiciária atua. Por isso mesmo, pensem um bocadinho antes de falar, podem ser inocentes, mas pelo menos não digam tantos disparates.

Simão Calixto (CDU) – Quero só reforçar que as forças que compõem a CDU, nomeadamente o PCP e o PEV e todos os independentes, são elementos e forças que sempre pugnaram na luta pela paz, sempre, desde a sua existência, se calhar, até antes da existência do PS já o PCP andava a lutar pela paz e pelo fim da guerra.

Sobre a PJ não faço comentários, porque o senhor deve ter informações muito melhores que as minhas e saberá o que é que anda aí no segredo de Justiça.

Quero só reforçar uma questão, gostava que os eleitos do PS nos dissessem quantos relatos de queixas é que receberam? Porque era interessante se conhecer, porque nunca conseguiram dizer a esta Assembleia ou na Câmara Municipal quantos relatos de queixas é que receberam dos refugiados. Já agora, é isso que vem nas atas e é isso que vem no relatório, são relatos de queixas, não são queixas.

Quero, também, reforçar que os cidadãos que foram envolvidos neste processo, são cidadãos portugueses, de origem russa, mas cidadãos portugueses.

Nuno Carvalho (PSD) – O que aconteceu nesta Câmara Municipal no processo de acolhimento é uma questão grave e qualquer partido aqui já reconheceu essa gravidade. Podemos considerar que, eventualmente essa gravidade poderá ter graus de responsabilidade diferente, poderá ter atores diferentes, mas o facto em si é grave. E é grave, acima de tudo, porque uma democracia gere-se, marca-se ou demarca-se de vários outros regimes não-democráticos essencialmente, também, pela forma como trata aqueles que estão nesse país e aqueles que são os mais frágeis que estão nesse país. É difícil encontrar alguém em posição de maior fragilidade do que um refugiado e, por isso, é que a situação é grave, é pela sua dimensão humana a que estas pessoas estavam sujeitas quando chegaram a Portugal.

Entenda-se que, nesse aspeto, quer se queira quer não, para o PSD, essa gravidade representou aquilo que foi a moção de censura que formalizamos na Assembleia Municipal e foi muito importante que esta comissão tivesse visado este trabalho. O nosso cumprimento e elogio ao deputado Flávio Lança, por todo o esforço envolvido, porque era fundamental que, de facto, aqui a democracia existisse e existisse um escrutínio sobre aquilo que levou a esta situação.

Em primeiro lugar, o facto de existir uma associação com um longo protocolo com a Câmara Municipal a funcionar na Câmara Municipal, que, também, era presidente da associação e o marido membro da associação também atuava. Verificou-se claramente que não havia a formalidade que deveria existir com uma associação que realiza um protocolo com a Câmara Municipal e que havia uma facilidade de acesso àquilo que era o trabalho da Câmara por pessoas externas à mesma.

Entenda-se que isso não ajudou e era importante perceber que essa situação devia ser ou não corrigida e não vamos pensar que essa situação, eventualmente, nasceu nesse momento e nesse dia, já vinha de trás, o que fez com que, de facto, esta facilidade que existia levasse a que a pessoa que não era a mais adequada e estivesse no local onde precisamente se manifestou este equívoco.

Em segundo lugar, percebeu-se com clareza, também, os ecos que esta situação gerou. Aquilo que era a importância de representatividade da comunidade ucraniana no Município de Setúbal, no concelho de Setúbal, e em outras diferentes entidades, incluindo o Alto Comissariado das Migrações, onde desde 2014 havia queixas da parte de associações ucranianas que estavam a ser representados por associações russas. Desde 2014 era importante porquê? Porque, a partir desse momento, a Ucrânia considerava que, de facto, estava numa situação em que havia uma agressão militar e que depois veio desembocar numa clara e evidente invasão militar da Rússia à Ucrânia.

O ponto é este, era mais do que legítimo que uma comunidade com a dimensão e a importância que a comunidade ucraniana já tinha, tivesse a sua merecida apresentação em todas as devidas e diferentes instâncias e revela-se, efetivamente, fundamental que com os mais de 30 mil, perto de 40 mil, refugiados que vieram e que Portugal acolheu, que essa representação seja feita naquilo que é possível pela comunidade ucraniana e com as associações ucranianas. Isso são ecos daquilo que aconteceu, mas não se pense, e aqui nessa matéria o Partido Social Democrata nunca fechou os olhos ao que começou no concelho de Setúbal, mas depois se percutiu em diversos outros locais. Porque linhas de atendimento no Alto Comissariado das Migrações a falar russo foi algo que aconteceu, também, e foi promovido pelo Alto Comissariado das Migrações, e é grave. É grave, porque tem uma dimensão humana e é grave pelas mesmas razões que já aqui mencionados.

É preciso sabermos assumir, efetivamente, que Portugal, tal como vários países, não tem que estar preparado para, de um momento para o outro, conseguir receber 40 mil refugiados. Mas todos sabemos que Portugal consegue fazer muito melhor do que aconteceu nestes diferentes casos e com estes diferentes erros e por isso é que é fundamental todos dizermos que o que aconteceu foi grave, para termos a certeza que não se volte a repetir. Se não ficar essa clara sensação, perdoem-me aqui a expressão “podem dar um beijinho no dói-dói e dizer que foi falta de sensibilidade”. Não! Foi grave, foi grave. Foi grave!

Da parte do PSD, essa matéria, pelas razões que já que indicámos, mereceu de forma clara e evidente uma moção de censura. Outros partidos decidiram tomar outras posições, falar de outros temas, atribuir graus de culpa diferentes, o grupo municipal do PSD deixou a sua posição sempre bastante expressa e clara sobre esta matéria devido a estas situações.

Referiu, também, uma outra situação, um outro aspeto que consideramos ser fundamental. Se estamos a falar de uma dimensão humana e estamos a falar de acolhimento era importantíssimo, e creio que esta Assembleia Municipal deve ela própria manifestar-se de forma unânime para perceber o que se passa com o acompanhamento, sobre aquilo que foi o relato. Porque não era esse o propósito desta comissão e as entidades que aqui foram ouvidas não tinham a obrigação de dizer como é que estava o acompanhamento, mas a verdade é que seria normal que a Segurança Social, o Alto Comissariado das Migrações, o próprio IEF, um responsável pela integração a nível do emprego, que está no despacho do Governo, da habitação e proteção de menores, que é o caso da Segurança Social e que está no despacho do Governo, e o Alto Comissário das Migrações que tem a responsabilidade de fazer esta coordenação destas diferentes entidades e que pudessem dizer em que ponto de situação estão os refugiados que foram acolhidos aqui no concelho de Setúbal. Porque houve uma missão que o Município de Setúbal se encarregou e foi essa missão pela qual esta comissão se propôs avaliar. É fundamental que tenhamos a plena consciência de que a dimensão humana não se extingue com o acolhimento, mas ela continua com o acompanhamento e todos nós, enquanto setubalenses e azeitonenses, e naturalmente enquanto portugueses, devemos e queremos perceber que Portugal não está a falhar nesta missão com os refugiados que aqui acolhemos.

Para terminar, com anuência do Sr. Presidente, mais ou menos aquela que deu a outros partidos, para dar uma nota muito breve sobre esta matéria de tentarmos olhar, ou por algum desconforto do nosso próprio umbigo, sobre o papel que tivemos ou por não conseguirmos assumir verdadeiro foco aos nossos princípios sobre esta matéria.

O Partido Comunista Português sempre foi muito claro sobre a sua posição, há outros partidos, como é o caso do Bloco de Esquerda que tem a posição mais ambígua possível, que nós já verificámos e isso refletiu-se a nível dos diferentes patamares do Bloco de Esquerda e não nos vamos concentrar demasiado naquilo que é o retirar o foco de atenção que é a dimensão humana deste problema. Até por uma razão, defender os princípios não significa defender só por si só ou achar que os princípios fazem desta guerra e deste conflito heróis.

Os princípios da liberdade, o direito à liberdade garantida, o direito humano, o direito à dignidade, isso não são os heróis desta guerra, quem são os heróis desta guerra é quem luta por estes princípios e há um partido que não é o único, não é só o PCP, é o Bloco de Esquerda, também, que acha que o fornecimento de armas ou que o papel da NATO e tudo aquilo que está a ajudar os heróis da guerra não deveria estar a acontecer.

É pura hipocrisia no caso do Bloco de Esquerda e para esse pedido não daremos. Defendemos os princípios, quanto aos outros partidos se têm problemas com o seu umbigo que os tratam domesticamente e em casa, mas que assumam cá para fora a sua verdadeira posição. No caso do PSD, tal como dissemos no início desta intervenção, fomos claros e continuamos a ser, o que aconteceu foi naturalmente grave, as diferentes entidades envolvidas deveriam continuar-se a manifestar para termos a certeza que este tipo de situações, com esta gravidade, não volte a acontecer, mas, acima de tudo, que a dignidade e dimensão humana destes refugiados ela se mantém com a responsabilidades de todos aqueles que estão envolvidos.

Paulo Lopes (PS) – Só para pegar um pouco neste assunto que o deputado Nuno Carvalho aqui falou do seguimento dos refugiados em Portugal. Não sei se o senhor deputado esteve nessa audição, mas foi dito por vários responsáveis que o refugiado em Portugal não é um prisioneiro no país, um refugiado em Portugal só tem que ser seguido, acompanhado se solicitar essa ajuda à Segurança Social ou a outro instituto. Não há esse seguimento a não ser que o próprio peça e, no âmbito da Comissão, apesar de não ser o foco da comissão, as instituições asseguraram que todos aqueles que solicitaram estão a receber apoios. Agora por onde andam todos, isso é uma política um pouco quase securitista que não nos revemos e ainda bem que o país não segue.

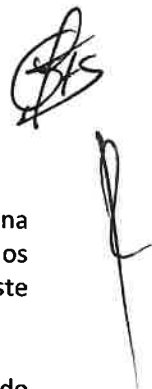
Sobre a posição clara do PSD, quero dizer que o PSD começou por pedir a demissão do Presidente da Câmara, depois começou por dizer que se iam demitir e desafiar os vereadores do PS a se demitirem para fazer cair a Câmara, depois houve um elemento da vereação do PSD que disse que não se demitia enquanto não ouvisse os resultados e as conclusões das investigações em curso. Depois a culpa passou a ser do Governo e no meio disto tudo quem não percebe qual é a posição do PSD, ao longo de todo este processo, penso que somos nós. De um momento para o outro saltavam de uma posição para outra, sem terem a tal coerência que afirmam ter tido.

Ao longo deste processo, fomos ouvindo várias pessoas, fomos ouvindo várias intervenções, mas as posições que os vereadores disseram, também estão em Ata e são públicas.

Agora em resposta ao deputado Simão Calixto, foram assumidos pelos vereadores que ouviram e estiveram a falar com as associações que sofreram tanto os relatos desse incómodo, aliás, pela comunicação social fora também ouvido relatos de pessoas, que não se quiseram identificar, que sentiram esse desconforto. Portanto, não é uma cabala senhor deputado, não é uma invenção e não é um disse que disse, a não ser que esteja a dizer que a comunicação social mentiu e que aquilo foi forjado....

Os senhores podem acreditar nisso e acredito que os senhores acreditem nisso, mas como vivemos num país livre e em que a comunicação social tem liberdade de investigar e tem liberdade de comunicar, mas o que é certo é que isso existiu. Portanto, dizer que não existiu, não. Não existiu formalmente em nenhuma instituição que nós ouvimos, não existiu formalmente, mas também acredito que chegar a um país como refugiado e fazer uma queixa formal também não é coisa que seja muito normal.

Obviamente que se protegeram e obviamente que foram arranjar alguém que os protegesse, que foi a sua embaixada, que foram associações ligadas e, neste caso concreto, acabou por ser, também, os partidos da oposição, o PS e o PSD, que foram os dois partidos que, também, alertaram para essa situação em reunião de Câmara.



Afonso Luz (CDU) – Em relação a esta última intervenção só quero referir que o que nós acreditamos é na palavra daqueles ucranianos que tiveram a coragem de vir aqui a esta Assembleia, não falaram com os jornalistas, vieram aqui a que esta Assembleia dar a cara e confirmar a forma como foram recebidos neste país por aquela associação que está aqui a ser posta em causa.

Mariana Crespo (PSN) – Cumpre-se um ano que a Ucrânia foi invadida pela Rússia de Putin, sendo mais do que uma justa coincidência que aproveitemos esta reunião da Assembleia Municipal para refletir acerca do acolhimento que tem sido feito aos refugiados deste conflito. Tem sido um ano de invasão bárbara e ilegal e de violações dos direitos humanos perpetrados pelo exército russo. Passado este tempo continuamos solidários com o povo ucraniano que continua a sofrer diariamente as atrocidades desta guerra e continuamos a apelar à paz.

A guerra é uma das piores tragédias da humanidade e apesar da história nos ter habituado a este tipo de fenómeno, parecemos ainda demasiado ingénuos no que concerne à atuação com populações refugiadas. Infelizmente, pelas piores razões, Setúbal tornou-se alvo de atenção mediática, devido a queixas de refugiados ucranianos que sentiram os seus direitos de identidade violados, o que nos mostra que continuamos a ter lacunas na integração de populações refugiadas.

Do trabalho desta comissão, concluímos, então, que a Câmara Municipal de Setúbal criou a LIMAR sem acautelar todos os procedimentos necessários e que a LIMAR recolheu dados sem necessidade, bem como o facto de que pessoas não afetas a instituições oficiais tiveram acesso a esses mesmos dados sem uma real necessidade de o fazerem. Houve uma clara violação da proteção de dados pessoais e isso é incontestável, agravado pelo facto de a Câmara Municipal de Setúbal muito tardiamente ter nomeado um Encarregado de Proteção de Dados. É incompreensível a displicência com que a proteção de dados foi tratada.

O que podemos observar, também, é novamente uma preocupação que tem sido abordada pelo PAN, tanto na Assembleia da República como aqui na Assembleia Municipal, tal é a falta de transparência e de mecanismos de monitorização acerca da forma como os protocolos da Câmara Municipal são feitos, bem como com quem. Infelizmente, não podemos apenas assumir ingenuamente que todos os membros de associações tenham boas intenções e quando permitimos a utilização de recursos públicos, a vigilância deve ser mais incisiva, criteriosa e célere.

Por fim, o PAN gostaria de saudar o trabalho rigoroso e objetivo desta comissão, na pessoa do seu Presidente Flávio Lança, que num curto espaço de tempo conseguiu apurar as conclusões de diversas identidades acerca da atuação do executivo de Setúbal quanto ao acolhimento dos refugiados ucranianos.

Simão Calixto (CDU) – Quero só concordar que, de facto, foi grave todo este processo, nomeadamente a atuação das forças políticas e o aproveitamento que fizeram destas questões sensíveis, que é o acolhimento de refugiados, e que, de facto, foi isso que norteou a ação deste município que foi receber bem aqueles que vinham no pior momento das suas vidas.

Ainda bem que o PS confirmou que foi o disse que disse, isso ajuda muito a nossa reflexão.

Flávio Lança (IL) – Tenho que falar aqui sobre dois ou três pontos, porque realmente não consigo entender, nós falámos aqui de falta de sensibilidade e sim há falta de sensibilidade. O deputado Nuno Carvalho acho que disse mesmo, isto é um beijinho de dói-dói, porque só dizemos falta de sensibilidade, porque são os factos que conseguimos apurar, não temos mais nada que não uma falta de sensibilidade. Agora, se não é reconhecido esta falta de sensibilidade, gostava de tentar perceber então, o que é que é? Se não é falta de sensibilidade, do que é que estamos a falar? Porque ninguém pôs aqui em causa cidadãos que, provavelmente, até já têm nacionalidade portuguesa, mas de origem russa, que vivem cá, prestam serviços cá e trabalham cá, não é isto que está em causa, são duas nações em conflito e juntar as duas nações, a agressora com aquela que foi agredida, isso não faz sentido. Não faz sentido a mim e provavelmente não faz sentido a muitas pessoas, fará sentido à bancada da CDU, mas quanto a isso nada poderei fazer.

Depois, temos aqui outro tempo, não consigo entender a justificação de que ninguém disse à Câmara para não trabalhar com a EDINSTVO, e alguém disse à Câmara para trabalhar com a EDINSTVO? Não consigo entender, a Câmara é autónoma para decidir nos momentos certos, de tomar a sua decisão sobre quem trabalha, não trabalha, a Câmara é autónoma, é o executivo, não podemos ser executivos quando dá jeito e depois quando não dá jeito têm que me dizer o que é que vou fazer. Não percebo isso e acho que não faz sentido.

Por fim, as queixas dos ucranianos, que já me tiraram aqui alguma parte do argumento, que também não nos faz sentido, refugiados ucranianos que não conhecem a língua chegam a Portugal e vão fazer queixas a quem? Aos cidadãos de nacionalidade russa? Acho estranho.

Presidente da Câmara – Hoje, dia 24 de fevereiro de 2023, passa um ano sobre o início da guerra na Ucrânia e é nesta data que a Assembleia Municipal aprecia o relatório da Comissão Eventual mandatada para fiscalizar a conduta da Câmara e dos serviços no acolhimento de refugiados ucranianos em Setúbal.

A este propósito, importa recordar que ao tomar conhecimento de que havia refugiados de guerra que se dirigiam a Portugal, o executivo municipal de Setúbal entendeu dirigir uma carta ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 28 de fevereiro de 2022, manifestando a disponibilidade da Câmara Municipal para acolher refugiados. No dia 2 de março, o Sr. Ministro informou-nos de que tinha remetido para o Alto Comissariado para as Migrações a nossa manifestação de disponibilidade para acolher refugiados.

Em 14 de março, entra em funcionamento a Linha Municipal de Atendimento aos Refugiados, através da qual a autarquia articulou todo o apoio ao acolhimento de refugiados da guerra na Ucrânia. Em 9 de abril, após suspeitas levantadas no dia anterior pela Sra. Embaixadora da Ucrânia em Portugal, numa entrevista a um órgão de comunicação social a propósito do acolhimento destes refugiados em Setúbal, o Presidente da Câmara Municipal endereçou ao Primeiro-Ministro uma carta em que solicita, com a máxima celeridade, que clarifique a credibilidade destas suspeitas.

No dia 29 de abril, e depois de notícias divulgadas pela comunicação social sobre este processo, o Gabinete do Primeiro-Ministro acusa a receção da carta de 9 de abril e informou que o ofício tinha sido remetido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Face a esta resposta e a insistentes notícias divulgadas na comunicação social, o Presidente da Câmara Municipal tomou a iniciativa de pedir ao Ministro da Administração Interna que fosse feita de imediato uma investigação aos procedimentos municipais em matéria de acolhimento de refugiados da guerra da Ucrânia. No dia 2 de maio, o Ministério da Administração Interna informou que o assunto tinha sido encaminhado para o Ministério da Coesão Territorial e para a Comissão Nacional de Proteção de Dados, neste mesmo dia a Sra. Ministra da Coesão Territorial informou-nos que solicitou à Inspeção-Geral de Finanças que promovesse a análise da situação e a realização da adequada ação tutelar administrativa. Em 10 de agosto fomos informados pela Sra. Ministra da Coesão Territorial de que o relatório produzido no âmbito desta ação da Inspeção-Geral de Finanças tinha sido mandado arquivar.

Em 9 de novembro, depois de ouvida a Câmara Municipal, a Comissão Nacional de Proteção de Dados envia despacho de homologação da deliberação em que aplica à edilidade, uma coima de 170 mil euros no âmbito das investigações efetuadas neste processo. Tendo em dezembro passado, esta Câmara Municipal, apresentado recurso de impugnação desta coima no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada.

O relatório da Comissão eventual que a Assembleia Municipal hoje aprecia, não confirma nenhuma das graves e infundadas suspeitas lançadas em abril de 2022 sobre a atuação da Câmara Municipal no processo de acolhimento de refugiados ucranianos em Setúbal, mas, pelo contrário, comprova, através de alguns dos depoimentos que foram prestados à Comissão, por responsáveis de entidades da administração central, que existia uma relação de colaboração destas entidades com a associação EDINSTVO e com os seus dirigentes, no que diz respeito ao acolhimento e integração de cidadãos de vários países de Leste, em particular de ucranianos. Tais depoimentos demonstram, por outro lado, que o processo de acolhimento promovido por esta Câmara Municipal decorreu com eficiência correspondente às necessidades de quem procurou os serviços municipais. O relatório, perante a mais do que evidente falta de indícios de má conduta municipal, neste caso, limita-se a apontar uma suposta falta de sensibilidade da Câmara Municipal. Conclusão que consideramos puramente subjetiva e apenas sustentada em convicções pessoais.

Com este relatório saem completamente frustradas as intenções daqueles que acusaram a Câmara Municipal de Setúbal, o seu executivo e os serviços municipais de intenções malévolas no acolhimento de refugiados, colocando em causa com calúnias inaceitáveis o trabalho do município e dos seus trabalhadores, trabalho que sempre foi reconhecido por várias entidades pela sua seriedade e qualidade. A Câmara Municipal de Setúbal e o seu Presidente condenam, como é demonstrado em várias moções aprovadas e posições divulgadas, a guerra e a invasão da Ucrânia e o aproveitamento da grave e dramática situação dos refugiados ucranianos para fins políticos, para promoção de vaidades ou conquista fácil de audiências e de leitores. Lamentamos profundamente, uma vez mais, toda a campanha de calúnias e falsidades montada em torno deste caso, lamentamos igualmente que com toda a campanha negativa lançada sobre a receção de refugiados da Ucrânia pela Câmara Municipal de Setúbal, se tenha penalizado, em primeiro lugar, os próprios refugiados, já que esta autarquia se viu obrigada a limitar este trabalho de apoio aos que fugiam da guerra.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 abstenções da CDU, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

Presidente da Mesa – Quanto à forma, estes relatórios das comissões devem levar-nos a pensar que temos que densificar um pouco a regulamentação, no âmbito do regimento, de como é que eles devem ser apresentados para haver alguma uniformidade. Eles têm que ser numerados, têm que ser assinados e tem que haver alguma forma comum na apresentação dos relatórios. No final da apresentação de todos os relatórios faço as observações que estava a pensar fazer.

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “A minha declaração de voto intitula-se “Sensibilidade”.

E se depois da reunião de Câmara do dia 20 de abril do ano passado, onde o Sr. Presidente da Câmara Municipal foi informado pelos vereadores do PSD da situação, tivesse dado instruções para que as pessoas de origem russa fossem afastadas da receção aos refugiados de guerra ucranianos, pela estrutura do Município de Setúbal, se o tivesse feito o que é que não tinha acontecido? O que é que não acontecia? Não tinha havido aquela grande quantidade de notícias negativas sobre Setúbal, como a 1ª página do mais importante semanário do país, o jornal Expresso. São danos de reputação e de imagem graves.

Não, não tinha acontecido, não pelo menos naquele momento e o município não tinha sido multado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados.”

Presidente da Mesa – Uma declaração de voto é uma justificação, porque é que se votou contra ou a favor. Olhe que dificilmente parece que vá nesse caminho, está a repor argumentação.

Rui Lamim (PSD) – Não estou a repor argumentação, vou chegar lá, porque a questão é a “Sensibilidade”.

Presidente da Mesa – Está bem, mas votou pela sensibilidade que tem o senhor ou votou pela sensibilidade que está no relatório?

Rui Lamim (PSD) – É sobre a sensibilidade, se me deixar é mais fácil.

Continuou a fazer a declaração de voto: “Estava a dizer que o município não tinha sido multado pela Comissão de Proteção de Dados, e se o processo de acolhimento de refugiados da guerra por esta câmara não tivesse sido desmontado? A LIMAR fazia falta e fez falta quando terminaram. São três factos aqui isolados, para que se compreenda que não são questões de sensibilidade ou falta dela, são estes três factos.

Se a câmara tivesse reagido corretamente a estes três factos no dia 20 de abril, quando foi alertada, retirando uma ou duas pessoas da nacionalidade envolvida na guerra no processo de acolhimento aos refugiados, como seria natural depois da mencionada reunião de Câmara de 20 de abril, isto não tinha acontecido.

Foi, portanto, uma decisão de gestão, foi um erro grave, além do dano reputacional e da perda financeira, o mais importante é que este município, nós, não cumprimos com os nossos deveres de solidariedade para com as pessoas em situação de extrema fragilidade.

Para terminar, digo que elas poderão ter todo o apoio do Estado, não é uma questão de estarmos a prende-las, elas devem continuar a ter o apoio do Estado, seja ele central, ou seja ele municipal.”

Simão Calixto (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU absteve-se neste relatório por considerar que contém nele conclusões que não correspondem a matérias factuais, correspondem a matérias de opinião e que não devem constar de um relatório da Assembleia Municipal, nomeadamente o ponto 3.5.”*

Presidente da Mesa – Fez a seguinte declaração de voto: *“Justifico a minha abstenção por isto, este relatório é claro, muito claro nas suas conclusões e nos resultados que obteve nas entidades que ouviu. Essa clareza, deixa-nos estas afirmações, nenhuma vítima foi confirmada, é factual, não apareceu nenhum prejudicado, não se queixou e, portanto, o malefício do procedimento dos serviços municipais não conseguiu aparecer.*

Diz claramente que isto se resume a uma questão de sensibilidade. A questão de sensibilidade é uma opinião, a sensibilidade tem que ver com uma opinião, não podemos estar a formular opiniões, porque as sensibilidades variam em relação às situações práticas e aos resultados da atividade dos serviços e que não tem responsabilidade dos serviços que pode ter uma sensibilidade mais afinada ou menos afinada. O que não podemos fazer é colocar as nossas opiniões como sentenças transitadas em julgado, é como se fosse uma sentença e a partir da minha opinião não posso determinar que é uma ação criminosa, só, porque tenho uma opinião que há ali falta de sensibilidade.

A suspeita sobre a sensibilidade estava no princípio desta polémica, ficou no fim a mesma suspeita e, portanto, a suspeita é de que essa insensibilidade gerou prejuízos aos ucranianos que estavam a ser acolhidos. A verdade é que o prejuízo aos ucranianos aconteceu por causa da polémica, não foi por causa da sensibilidade.

O outro facto concreto que, também, é líquido no relatório, o qual concluiu que não havia Encarregado de Proteção de Dados, é verdade, não havia. Não havia Encarregado de Proteção de Dados, mas esse é um problema, mas quem divulgou o relatório antes de ser aprovado na Assembleia Municipal à TSF, não teve cuidado em proteger os dados pessoais que cá constam. Ele foi divulgado e sei disto, porque pediram diretamente, vários órgãos de comunicação social, que se entregasse o relatório, porque ele já estava distribuído à TSF, que, aliás, o noticiou. Eu disse que não, não estava sequer deliberado, não tinha chegado à deliberação, é um documento preparatório de uma deliberação e eu não sei que dados pessoais é que tem que se expurgar e só depois disso averiguado é que ele poderá ser tornado público. Mas quem o entregou, provavelmente, não teve o cuidado de ver se estavam lá dados pessoais que deviam ser protegidos, quando o estava a dar à imprensa. É uma questão de sensibilidade, também, o único facto objetivo, afinal, não teve sensibilidade quem o divulgou desta forma. Não sei quem foi, mas foi de dentro, foi de quem já o tinha distribuído, que éramos nós.

Este relatório tem conclusões objetivas, sim! Acho que não devemos fugir à objetividade e, portanto, a nossa posição não pode ser nem a favor, nem contra quando o que está em causa é zero, objetivamente zero, uma questão de mera sensibilidade que, naturalmente, cada um tem a sua. Mas as opiniões, em democracia não são assim, as opiniões não formam sentenças e é por essa razão que não votei favoravelmente o relatório, que não tem nada de criticável, que é objetivo, mas que não merece como se viu, aliás, aqui no debate aquilo que era uma suspeita insiste-se em remeter, em reger como suspeita e como não se podem transformar as opiniões em factos, isso levou-me a abstenção.”

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal votou favoravelmente este relatório, porque considera que o que se está aqui a falar de sensibilidade, é que a sensibilidade é um valor e sendo um valor podem dizer que é pessoal, como foi dito aqui pelo Sr. Presidente da AM. É verdade, é um valor e é um valor pessoal, mas a falta de sensibilidade já tinha sido apurada na reunião do CLAS, que decorreu, salvo erro, no dia 11 de março.*

Em 11 de março, a Associação EDVINSTO disse que ia ser muito difícil estar no acolhimento dos refugiados e isto é falta de sensibilidade. Está no relatório do CLAS. O que colocámos no relatório, e acho que não foi consensual, já percebi que a CDU se absteve, mas o que se colocou no relatório foram factos. Foram factos referidos pelas entidades que declararam que era falta de sensibilidade, foi isso que lá constou. Para mim também é falta de sensibilidade, percebi que para o Sr. Presidente não é falta de sensibilidade, mas como andamos aqui no âmbito das opiniões pessoais, estou certo que é uma convicção pessoal. Foi efetivamente uma falta de sensibilidade e quero acreditar que não tenha sido outra coisa, que de propósito se fez isto, não quer acreditar, não é assim que a Câmara de Setúbal, eu espero, que funcione e, portanto, vou-me ficar pela falta de sensibilidade.”

Presidente da Mesa – A falta de sensibilidade está no campo das opiniões e elas são muito fáceis depois do jogo, os prognósticos depois do jogo são facilísimos.

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A esta Comissão competia tratar, de averiguar a atuação e a conduta política da Câmara e as consequências que dela advieram. O Ministério Público está a averiguar a atuação e a conduta legal da Câmara para saber se houve ou não algum crime e, portanto, aguardemos todos com serenidade as conclusões desta investigação judicial que ainda decorre e não nos precipitemos a vaticinar quaisquer desfechos antecipados, nem misturar aquilo que num Estado de Direito não pode em momento algum ser misturado, que é a plena separação e independência de poderes. No entanto, a atuação e a conduta política estão no campo da subjetividade, obviamente, e por isso quando o Sr. Presidente da Mesa fez a sua declaração de voto, colocando ênfase na subjetividade que não tem qualquer tipo de valor, do ponto de vista objetivo, é óbvio que tem, porque toda a nossa avaliação política está no campo daquilo que é o nosso pensamento e naquilo que é a nossa subjetividade perante um determinado caso.*

Para mim, é de uma determinada forma e para os senhores deputados será de outra, eventualmente. Portanto, este é o meu pensamento, lá está, é subjetivo. A deputada pode pensar de maneira diferente, mas não é factual, é o seu pensamento, o pensamento do Partido Socialista sobre a avaliação política da conduta política...”

Não me importo debater consigo, o Sr. Presidente é que depois não nos deixa e corta-nos a palavra aos dois, é só por isso.

“É subjetivo e obviamente que a avaliação da conduta política está no campo da subjetividade e cada um tem que a entender e, neste caso concreto, a maioria entendeu tê-la desta forma e votar favoravelmente o relatório, condenando a ação política da Câmara.”

4. Deliberação n.º 003/2023/AM – Relatório da Comissão de Urbanismo e Mobilidade, sobre o processo do estacionamento tarifado

Ilídio Ferreira (PS) – Vou ler mais umas páginas:

“3. Conclusões

3.1 – Apesar dos esforços feitos, dos contactos estabelecidos e toda a abertura demonstrada, a Comissão não teve, nos dois primeiros meses de trabalho, da parte da Câmara Municipal, a colaboração que esperava, necessária e indispensável para o desenvolvimento do trabalho que lhe foi cometido pela Assembleia Municipal.

Assim:

. Apesar da solicitação feita em 17-07-2022 e reiterada em 29-07-2022 o Sr. Presidente da Câmara nunca marcou reunião com a Comissão.

. Por dificuldade de agenda dos representantes da Câmara, só em 1-09-2022 se realizou a primeira reunião com os interlocutores designados pelo Sr. Presidente da Câmara.

. Foram marcadas através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal audições com a Gestora do Contrato e com o Diretor Financeiro da Câmara que não se realizaram porque a Câmara as desmarcou, ficou de remarcar e não o fez.

. Foram solicitadas reuniões com a Comissão de Análise e o Gabinete Jurídico que nunca foram marcadas pela Câmara.

. Só em 20/09/2022 a Comissão recebeu os primeiros documentos que permitiram iniciar o trabalho de verificação das condições de adjudicação e de desenvolvimento da concessão.

. Na impossibilidade de reunião com os técnicos que poderiam esclarecer as dúvidas, a Comissão enviou no dia 23/11/2022 um conjunto de questões para serem respondidas pela Câmara, solicitando uma resposta no prazo de 30 dias de calendário, de forma a cumprir com o prazo de entrega do Relatório à Assembleia Municipal. A resposta da Câmara só foi recebida no dia 9/01/2023.

Gostaríamos, no entanto, de reconhecer a disponibilidade dos interlocutores da Câmara, Vereadora Rita Carvalho e Dr. Vasco Raminhas, e ainda do Eng.º José Madeira e da Dra. Joana Sá, para esclarecer a Comissão, na parte final do trabalho da Comissão.

Continua a Comissão sem perceber porque razão não foi permitido o acesso a Serviços/Técnicos da Câmara, que solicitou, o que teria facilitado e, porventura, valorizado o trabalho da Comissão.

3.2 – É entendimento da Comissão que a Câmara não tem acompanhado devida e suficientemente a execução do contrato e seu cumprimento por parte do concessionário. Tendo o contrato sido assinado em 07/05/2021, apenas um ano e cinco meses depois foi feito o primeiro Relatório de Acompanhamento. Embora o concessionário tenha realizado relatórios trimestrais da operação, não foi realizada ou não foi evidenciada à Comissão, qualquer apreciação a esses Relatórios por parte da Gestora do Contrato. O documento disponibilizado à Comissão sobre verificação do cumprimento do contrato, é apenas sobre o cumprimento da alínea a) do n.º 4 do art.º 16 e a alínea a) do n.º 1 do art.º 17 do Código de Exploração, e é de Setembro de 2022.

3.3 - Algumas das questões colocadas pela Comissão em 23/11/2022 não foram devidamente esclarecidas ou não foram disponibilizadas informações e estudos importantes para a avaliação da concessão, assim como não foram, ou não foi evidenciado, acautelamento e consideração de certos aspetos legais. Assim:

- Não foi respondida após várias insistências a questão da A11 apresentada pela Comissão ao Executivo da Câmara Municipal, ou seja, não foram disponibilizados os Estudos de Viabilidade Económica e Financeira das empresas concorrentes, nomeadamente da Concessionária (DATAREDE, SA).

- Não foram acautelados os procedimentos necessários, nem tomadas as deliberações pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, necessárias para que seja assegurada a aplicação do n.º 2 do art.º 8 do CIMI quanto aos imóveis a transmitir ao Concessionário através de cedências onerosas em direito de superfície para a construção do P1 e P2 e do P3.

- Até à data, o imóvel que constitui o P3 não foi objeto de constituição de propriedade horizontal para que a fração/imóvel correspondente ao P3 (Parque Subterrâneo) possa passar para a dominialidade temporal da Concessionária pelo período de 40 anos e para que seja assegurada a aplicação do n.º 2 do art.º 8º do CIMI.

- Pelo que se sabe, o fornecimento e montagem de equipamentos adequados a instalar no P3 não foram sujeitos às regras de mercado e à concorrência por não se encontrarem no âmbito e objeto de procedimento do concurso da Concessão, nem foram contemplados os custos da conservação do edifício e a manutenção de todo o equipamento eletromecânico e outros existentes no P3.

- Verificou-se a inclusão de trabalhos de natureza diferente e totalmente dissonantes do âmbito e objeto do Procedimento do Concurso da Concessão para o Estacionamento (que constam do anexo IX), trabalhos esses que constituem por si só uma “empreitada” e que não foram sujeitos às regras da concorrência. De igual modo não foi assegurada uma garantia para a boa qualidade de execução dos trabalhos que constituem as “obras” incluídas no anexo IX) do Caderno de Encargos, como determina o art.º 88 do CCP, não se assegurando, assim, o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que são assumidas com a celebração da Concessão.

- Constatou-se que houve uma alteração do âmbito e objeto do segundo procedimento do Concurso Público da concessão, aberto através do CP/13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP (Deliberação de Câmara n.º 224/2020. Em reunião de Câmara n.º 11/2020 realizada em 15/07/2020).

- Verificou-se que foi subtraído o Parque P3, com um valor estimado à altura em cerca de 5 milhões de euros, alterando o objeto do Procedimento do Concurso de Concessão durante o prazo de entrega das propostas pelos concorrentes, por razões e circunstâncias que não se encontram cabalmente esclarecidas e

justificadas pela Câmara. Na documentação fornecida pela Câmara à Comissão são dadas razões díspares para tal, mas não devidamente justificadas.

3.4 – Ainda que a Comissão sinta que algumas questões não foram completamente esclarecidas, quer porque foi insuficiente o tempo de que dispôs após receber as respostas da Câmara (cerca de um mês para ver muita documentação), quer porque não teve acesso a técnicos que, conhecendo muito bem algumas áreas em apreciação, poderiam esclarecer com maior conhecimento dúvidas levantadas pela Comissão, é possível afirmar que o concessionário não está a cumprir algumas das cláusulas do contrato, nomeadamente:

. Alínea t) do número 1 da cláusula 5ª – disponibilizar um número de telefone gratuito dedicado à Concessão; o número de telefone disponibilizado não é gratuito, dissuadido o contacto por parte dos munícipes e penalizando quem telefona a pedir esclarecimentos ou apresentar reclamações.

. Alínea aj) do número 1 da cláusula 5ª - iniciar a obra definida no anexo IX do Caderno de Encargos no prazo de 30 dias após a outorga do contrato de concessão.

. Alínea bd) do número 1 da cláusula 5ª - realização de campanhas de sensibilização e informação; ainda que tenham feito alguma informação e sensibilização, a Câmara reconhece que tem sido insuficiente.

. Alínea bh) do número 1 da cláusula 5ª - efetuar a remarcação horizontal de todos os lugares com uma periodicidade mínima de 6 meses, caso se trate de pinturas em cubo de granito e de 1 ano caso, se trate de pinturas em piso betuminoso; há mesmo espaços de estacionamento tarifado sem que os lugares tenham sido marcados.

. Alínea bi) do número 1 da cláusula 5ª - assegurar uma varredura mensal dos espaços destinados ao estacionamento (cremos que nunca foi feita qualquer varredura).

3.5. – A Comissão tem sérias dúvidas que o concessionário venha a cumprir com o estipulado na cláusula IV do Caderno de Encargos, e alínea Y do número 1 da cláusula 5ª do contrato, uma vez que nos termos do Caderno de Encargos a construção do parque P1 deverá iniciar-se no 2º ano da concessão (ou seja até final de maio próximo), e terminar o prazo máximo de 18 meses e até agora não foram apresentados projetos para a execução dessa obra. Na reunião de 19/01/2023, a Sra. Vereadora Rita Carvalho informou que o Executivo está a estudar a possibilidade de realocização do P1.

3.6 – A Comissão constatou que o sistema lparque não permite garantir que a Câmara está a receber a retribuição a que tem direito nos termos do número dois da cláusula 11ª (50,02% do produto recolhido através dos métodos de pagamento disponibilizadas aos clientes), incluindo os valores recolhidos com os “Avisos de Pagamento” (documentos/avisos entregues pelo concessionário a quem não paga o estacionamento), e com a emissão de cartões de Residente e de Empresa, dado que a Câmara não tem acesso aos valores recolhidos com os Avisos, nem ao ficheiro SAFT da concessionária. A Comissão ficou com dúvidas em que momento a Câmara recebe o valor dos “Avisos de Pagamento”, se na emissão ou na cobrança.

3.7 – O concessionário tem vindo a deduzir nas receitas para a Câmara o valor correspondente às viaturas particulares autorizadas pela Câmara, aos lugares privativos atribuídos e às viaturas da Câmara e das Juntas de Freguesia, que não estão identificadas, considerando que estas ocupam os estacionamentos em permanência, sempre que os lugares são tarifados (dias úteis de 2ª a 6ª das 9h00 às 19h00, e sábados das 9h00 às 13h00, à exceção da zona amarela em que não se paga ao sábado), o que não é aceitável e se materializa num prejuízo significativo para a Câmara.

3.8 – A não realização da obra prevista no anexo IX do Caderno de Encargos no prazo determinado, bem como o previsível cenário de não ser iniciada a construção do P1 (parque em subsolo), consubstancia uma vantagem ilegítima para o concessionário e um prejuízo para o município, sem que o concessionário esteja a ser confrontado com o incumprimento.

3.9 – Como tem sido verificado pelos membros da Comissão na sua vida diária e confirmado na visita aos locais de estacionamento tarifado realizada no dia 9 de Janeiro, existem vários parques e locais tarifados cuja ocupação ronda os 10%, existindo mesmo parques onde não parqueia qualquer carro, e onde, mesmo ao lado desses parques/locais, os passeios e os espaços públicos, se encontram ocupados por carros, bem como, em alguns locais, as faixas de rodagem. Esta situação acontece na Avenida Luísa Todi, a partir do parque em frente ao restaurante Novo 10, e em todos os parques na zona ribeirinha.

3.10 - *É opinião da Comissão que o prazo de 40 anos da Concessão é excessivo e que a implementação de todos os lugares tarifados previstos no contrato de exploração terá impactos muito significativos na vida dos setubalenses, que se repercutirão por décadas. No que respeita à mobilidade, cada alargamento de zona tarifada levará a um aumento de carros nos passeios e espaços públicos, reduzindo a mobilidade dos peões, afetando muito especialmente pessoas que, por uma ou outra razão, tenham mobilidade reduzida. Quanto à economia, Setúbal sofrerá no que respeita ao turismo (quem gosta de visitar uma cidade em que os passeios são ocupados pelos carros e o cidadão tem que circular nas estradas?) e ao comércio e serviços (passarão a ter menos clientes com o estacionamento pago), especialmente o comércio tradicional. Em termos sociais, os setubalenses ficarão menos felizes com a sua cidade, porque vão ver reduzidas as possibilidades de acederem aos locais de trabalho ou onde querem fazer as suas compras e porque terão menos possibilidades de usufruir dos espaços de lazer.*

Estas conclusões foram votadas por unanimidade, à exceção desta última 3.10, que teve o voto contra da CDU.

4 – Recomendações

Face ao escrito nos pontos anteriores deste Relatório, a Comissão propõe à Assembleia Municipal que:

4.1 – *Exija da Câmara Municipal o cumprimento da Lei n.º 75/2013 e o Regimento da Assembleia Municipal no que diz respeito à prestação de informações e ao apoio às Comissões.*

4.2 – *Recomende à Câmara Municipal que crie as condições para que a função de gestor do contrato seja efetivamente desempenhada e que sejam exercidas as funções definidas no art.º 290-A do Decreto-Lei n.º 18/2008 (Código dos Contratos Públicos).*

4.3 – *Recomende à Câmara que exija do concessionário o cumprimento de todas as cláusulas do contrato.*

4.4 – *Recomende à Câmara Municipal exija do concessionário que promova rapidamente as alterações ou melhorias necessárias no sistema Iparque que garantam o controlo efetivo pela Câmara do produto recolhido e da correspondente retribuição para a Câmara.*

4.5 – *Recomende à Câmara Municipal que exija do concessionário que passe a fornecer um conjunto de indicadores de gestão que permitam à Câmara avaliar o desempenho da concessão, e que já foram solicitados, nomeadamente sobre reclamações, taxa de ocupação média por parquímetro, zonas mais saturadas e zonas com baixa ocupação, duração média dos estacionamentos, grau de execução dos investimentos previstos no Caderno de Encargos, etc.*

4.6 – *Recomende à Câmara Municipal que, para além do Relatório de Acompanhamento Anual, elabore um Relatório Trimestral de Avaliação de cada Relatório Trimestral de Operação apresentado pelo concessionário, e que esses relatórios sejam enviados à Assembleia Municipal e apreciados na Comissão de Urbanismo e Mobilidade.*

4.7 – *Recomende à Câmara Municipal que defina e aprove eventuais alterações e alternativas de forma a recuperar os atrasos que se verificam na construção da obra prevista no anexo IX do Caderno de Encargos, bem como na construção do P1 (parque no subsolo).*

Estes atrasos consubstanciam não cumprimento do contrato, bem como do caderno de encargos, o que pode vir a trazer consequências gravosas para a Câmara.

4.8 - *Recomende à Câmara Municipal que dê início a um processo de negociação com o concessionário no sentido da alteração do contrato (figura prevista no Caderno de Encargos), reduzindo o número de anos do contrato e o número de lugares e locais a parquear, ou, na falta de acordo do concessionário, recorra às outras figuras jurídicas contratualmente previstas para reduzir o número de anos do contrato e o número de lugares de parqueamento tarifados.*

4.9 – *Seja remetido para efeitos de fiscalização sucessiva ao Tribunal de Contas e à Inspeção Geral de Finanças, entidades competentes para o efeito, todo o processo referente ao “Concurso Público para a Concessão da Gestão, Exploração, Manutenção e Fiscalização de Lugares de Estacionamento”, desde o primeiro procedimento (Concurso Público n.º 13/2019, passando pelo procedimento que deu origem à adjudicação (Concurso Público n.º 13/2020) e terminado no contrato assinado em 7 de Maio de 2021, para que seja averiguada a legalidade do processo e a defesa do interesse público.*

4.10 – *Divulgue à comunicação social local e nacional a avaliação e conclusões e as recomendações deste Relatório.*

Estas recomendações foram aprovadas por unanimidade, à exceção da recomendação 4.8 que teve o voto contra da CDU.”

Jerónimo Lopes (CDU) – Quero começar com um protesto, mas como o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não está de momento, faço o protesto depois.

Primeiro, algumas questões prévias de esclarecimento, o relatório foi elaborado desta forma, na última reunião da Comissão os pontos foram vistos um a um e houve uma procura de consensualização da redação de todos os pontos e depois numa segunda fase, até por proposta minha, porque eventualmente os outros membros da Comissão não teriam essa necessidade, procedeu-se à votação ponto a ponto das questões de avaliação e das recomendações e teve esse resultado, sendo depois o relatório aprovado com a abstenção da CDU.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal há pouco referiu, no primeiro relatório, que estávamos aqui perante novidades relativamente às comissões eventuais e à apreciação destes relatórios. De facto, não é assim, não é uma novidade, porque no mandato passado e, noutros anteriores, já houve comissões eventuais para assuntos específicos e que fizeram o seu trabalho, aliás, um deles foi também sobre a questão do estacionamento.

Na minha opinião, a grande novidade nestas três comissões e nestes três relatórios, ao contrário de mandatos passados e até em mandatos em que houve, nuns casos, maiorias, noutros maiorias relativas, nunca nestas comissões o seu trabalho e os seus relatórios tinham sido desta forma instrumentalizados e manipulados, de forma a que se procurasse estabelecer a Assembleia Municipal como um contrapoder. Agora que estamos no terceiro relatório, a minha opinião é que há aqui na condução e na redação dos relatórios, e isto é até mais notório neste e no da Comenda, porque vê-se que alguns dos pontos do relatório até poderiam ter sido escritos, se é que o não foram, na altura em que as comissões foram constituídas, de tal forma que reflete aquilo que é opinião, nomeadamente do Partido Socialista e da condução dos trabalhos no que diz respeito a estes aspetos.

Creio que isto, em termos de produção de resultados, porque no concreto em relação aqui à questão do estacionamento e da mobilidade, estamos a falar de processos que têm anos e tenho dúvidas, para além da retórica, da demagogia, da política da terra queimada e do bota-abaixo, acabe por produzir alguns resultados de outra natureza. Porque, do ponto de vista das ideias das propostas, dos projetos que possam ser uma crítica positiva, de facto, elas não aparecem. Nesta matéria, estamos a falar quando mencionamos a necessidade de dotar a cidade com instrumentos que contribuam para uma maior capacidade do município ao nível da gestão dos estacionamentos, por um lado, em particular, mas também e, fundamentalmente, da mobilidade e da melhoria da qualidade de vida das populações, das atividades económicas e do acesso das populações aos serviços. Digamos, que é esse o objetivo destes instrumentos e esta questão do estacionamento, fundamentalmente esta, vai ancorar naquilo que foi o desenvolvimento de um Plano Estratégico de Mobilidade e Transportes que foi desenvolvido para o concelho de Setúbal.

Quando vamos ver os últimos passos que foram dados, quer no que diz respeito às alterações ao Regulamento do Estacionamento que foram desenvolvidas em 2016, quer depois o desenvolvimento do Caderno de Encargos e do lançamento deste concurso a partir de 2019 e das posições, nomeadamente, do Partido Socialista e das ações e campanhas que têm feito à volta disso, vamos encontrar esta linha condutora do não ter, por um lado, propostas e projetos que possam ajudar a resolver os problemas, mas, por outro lado, procurar incentivar, mobilizar a partir de algum descontentamento que vão, também, procurando conduzir nesse sentido.

Acho que aqui e no concreto em relação ao trabalho da Comissão, por um lado, apesar daquilo e sem ser contraditório com o que eu disse há pouco, acho que deveremos continuar a valorizar o que tem sido a evolução do trabalho da Assembleia Municipal nos últimos anos. Na minha opinião, há aqui uma evolução do trabalho das comissões que já vem desde o mandato passado e no qual temos dado passos muito importantes, mesmo estes aspetos que são aqui referidos. No que diz respeito à dificuldade do arranque do trabalho da Comissão e às dificuldades iniciais da articulação com o executivo e da resposta, há uma ênfase muito grande no relatório que, na minha ótica, temos evoluído muito e no funcionamento das comissões isso é notório.

O Ilídio referiu que passaram dois meses, mas se formos ver a cronologia, um mês e meio depois da primeira reunião da Comissão lá estava já a vereadora... Não estou a dizer que é pouco ou que é muito, mas, de facto, estamos a dizer que passou um mês e meio sobre a reunião e estavam, de facto, os representantes do executivo.

Acho que, apesar de haver referências também a isso, elas são contraditórias ao longo do relatório, batemos no cravo e na ferradura. De facto, não valoriza suficientemente o volume, o rigor de toda a informação, que do ponto de vista da participação nas reuniões, as respostas e os esclarecimentos que lá foram dados e também no envio de informação foi, de facto, muito exaustivo. A partir dessa primeira reunião as respostas, a informação, o rigor e o volume daquilo que foi dado não há como dizer que não há resposta. Os esclarecimentos apareceram, não aparece uma referência muito explícita, mas mesmo em termos do esclarecimento das questões de natureza jurídica e dos pareceres, elas vieram e quando lemos o relatório desde o início até ao fim, às vezes, o próprio relatório reflete essas contradições. Por um lado, até coloca os esclarecimentos, mas depois na avaliação e nas conclusões faz ouvidos moucos, digamos, parece que não foram esclarecidos, mas foram. Este é um aspeto que havendo questões a melhorar no que diz respeito à articulação entre a Assembleia Municipal e o Executivo, esta questão existe e houve resposta de esclarecimento relativamente a todas as questões colocadas.

Desde o início da concessão que houve, da parte do executivo, abertura, flexibilidade e adoção de medidas no sentido de responder às justas questões que iam sendo colocadas aqui mesmo nesta Assembleia Municipal. Esta questão foi sendo sempre colocada. Nas reuniões da Comissão foram informadas as medidas adotadas no sentido de reforçar o acompanhamento, a monitorização, a avaliação e o cumprimento, bem como das medidas corretivas também necessárias. Creio que é obviamente necessário continuar a acompanhar, a monitorizar e a intervir, mas é também o papel da Comissão e o papel desta Assembleia. Também abordámos isto na comissão, mas creio que não há como desvalorizar todos estes aspetos.

Para concluir, porque disse pouco, mas falei muito tempo, vamos propor a votação do relatório separada por capítulos, nomeadamente no que diz respeito às recomendações e ao capítulo da avaliação e conclusões.

Ilídio Ferreira (PS) – Relativamente à questão essencial, que são as posições políticas, digamos assim, é natural que os partidos que tinham uma determinada posição, após o trabalho da Comissão mantenham a mesma posição, porque no fundamental a questão essencial mantém-se, não houve dados novos da parte da Câmara que levassem a alteração, antes, pelo contrário, aquilo que, no caso do Partido Socialista, se verificou durante os meses que trabalhou na comissão foi de que tinha e sentiu ainda reforçadas as razões que já entendia anteriormente de que a solução encontrada pela Câmara para efeitos de estacionamento, não era bom para a cidade de Setúbal, para o futuro da cidade. É normal que isso aconteça, que tenha a posição política diferente daquela que a CDU tem e, como disse, o trabalho realizado reforçou o que vimos no terreno e o que verificámos ao longo de todo o processo.

Depois dizer que a Comissão tinha 6 meses para realizar o trabalho e desde logo houve um mês e meio, depois da primeira reunião, que não teve interrupção, portanto, ficou logo reduzido a 3 meses e meio, o que dificultou bastante.

Não nos foi possível, por razões que não conhecemos, ter acesso a serviços e a técnicos da câmara, que teriam, em nosso entender, permitido esclarecer uma série de questões que acabámos por depois ter que colocar por escrito e vimo-nos forçados a colocar 48 questões. Essas questões foram respondidas pela Câmara, num prazo que consideramos razoável, digamos assim, mas que quando recebemos as respostas, estávamos a 3 dias da data-limite para a entrega do relatório, que depois acabou por ser adiado por sugestão do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Se colocamos 48 questões e apenas trazemos ao relatório meia dúzia delas, ou no máximo uma dezena delas, que não vimos esclarecidas, mas estamos a falar que a grande maioria nos foram esclarecidas, por aí não nos parece que haja qualquer intenção de andar à procura de questões para apontar. Agora, o que verificámos, ao longo de todas as conversas que tivemos com o executivo, e já o manifestamos por escrito, gostava de mencionar que a maior disponibilidade que encontrámos foi da parte da senhora vereadora e dos técnicos com quem articulamos para nos esclarecerem de todos os aspetos.

Também verificámos que da parte do executivo Câmara havia a consciência de que algumas das obrigações do concessionário não estavam a ser cumpridas, tanto que constou do relatório que foi realizado passado um ano e três meses. Constatou desse relatório um conjunto de recomendações da própria técnica para se fazer chegar ao concessionário para que o contrato passasse a ser cumprido. Isso são documentos factuais, não são invenções da Comissão e constam dos documentos que fazem parte deste relatório.

Relativamente à questão do Plano Estratégico de Mobilidade, gostava de dizer que este plano foi aprovado por unanimidade, creio que em 2016 ou 2017, e não tenho aqui os documentos, mas posteriormente quer o regulamento aprovado posteriormente, quer o concurso que foi aberto, foram aprovados apenas pela CDU que tinha a maioria absoluta. Não tenho dúvidas nenhuma que, se agora esses documentos fossem à reunião de Câmara não seriam aprovados, que a visão da oposição é diferente, e se viessem a esta Assembleia Municipal também não o seriam. Naturalmente que esta Assembleia, neste momento, está a apreciar quer os documentos, quer a prática no que diz respeito ao estacionamento e tem toda a legitimidade para ter uma posição diferente daquela que a CDU tinha anteriormente.

Iremos continuar, o Partido Socialista irá continuar a debater-se para que o contrato de estacionamento seja revisto e seja renegociado por uma única razão, porque entendemos convictamente, profundamente que ele será mau para a cidade de Setúbal.

Vítor Rosa (BE) – Um ponto prévio pelas afirmações do senhor deputado Jerónimo Lopes. Um relatório instrumentalizado numa política de terra queimada e de bota abaixo, depois de andarmos aqui 6 meses a trabalhar como trabalhámos, acho que são afirmações bem pesadas para o trabalho desta Comissão. Tínhamos as nossas divergências do ponto de vista político, são aceitáveis, e por isso é que estamos aqui no debate político, agora, também, poderia dizer que já houve outras comissões eventuais, entre as quais uma sobre as dragagens em que o senhor deputado era coordenador dessa comissão e que nem o relatório apresentou. Ponto final do ponto prévio.

Esta é uma matéria que tem atravessado o debate do nosso concelho e em relação ao qual, em nossa opinião, o município continua a ter uma atitude bastante conservadora na abertura da procura de novas soluções que possam corresponder aos anseios de muitos municípios, nomeadamente, quanto à redução de áreas a serem tarifadas e à duração do contrato estabelecido, 40 anos de contrato.

Conforme referido anteriormente e constante no relatório, houve momentos do trabalho desta Comissão que ficaram prejudicados pela dificuldade de indicação de interlocutores, por parte do executivo, em conjunto com a não realização de reuniões com elementos dos serviços camarários que poderiam contribuir para o enriquecimento dos trabalhos da Comissão e dessa forma o esclarecimento de dúvidas levantadas por elementos da mesma, salvaguardando aqui, depois de, finalmente se ter interlocutores, o nosso reconhecimento do seu trabalho e empenho no esclarecimentos à Comissão, conforme o ponto 3.1 das conclusões.

Ao longo dos diversos momentos dos trabalhos da Comissão foi-se constatando incongruências no cumprimento do contrato por parte do concessionário, conforme conclusões apresentadas, por exemplo, nos pontos, 3.4 a 3.8, com inevitáveis prejuízos para o concedente, mas também as incertezas futuras quanto ao cumprimento de contrato dadas as alterações agora produzidas, nomeadamente, os aspetos às cedências de direito de superfície para a construção do P1 e P2 ou o caso do P3.

Questão fundamental para nós é o prazo de 40 anos de concessão, que deixará para as gerações futuras um encargo que de todo não se justifica e que deveria merecer, da parte do executivo, começar a fundamentar já juridicamente uma alternativa à sua alteração. Estando de acordo com as conclusões apresentadas, entendemos e sublinhamos a necessidade das recomendações apresentadas e que as mesmas devem ser tidas em contas pelo executivo para uma melhor defesa do erário público. A eventual não aceitação, pelo executivo, das recomendações agora apresentadas, penalizará não só o concedente, como todos os municípios e não só, continuarão a ter um concessionário incumpridor, uma taxa de parqueamento tarifado abusiva, não só em valores, como também na sua duração temporal.

Uma cidade que se quer sustentável, exemplo de mobilidade, deve apostar ainda mais nos transportes públicos, do que em contratos de concessão de parqueamento tarifado de 40 anos.

Manuel Esteves (PS) – Só pedi a palavra, porque depois da intervenção do senhor Jerónimo, da bancada da CDU, julgo que ele não percebeu nada do que está no relatório ou então confundiu o relatório com os relatores da CDU quando tinha a maioria absoluta. Porque aquilo que me mostra e que fica bem claro aqui para toda a Assembleia, é que a expressão que ele usou aqui foi precisamente de quem não estava habituado a ser confrontado com trabalhos, com umas comissões e com relatórios desta envergadura. Eu que o diga, porque foi o relator duma Comissão do tempo em que a CDU tinha a maioria absoluta e que ainda hoje se está à espera do relatório feito por ele. Estou realmente muito surpreendido, mas esclarecido e toda a Assembleia presente esclarecida ficou.

Rui Lamim (PSD) – Em primeiro lugar quero mencionar que o nosso companheiro Costa Ferreira, que acompanhou e trabalhou bastante no levantamento da informação relativa a este contrato, antes da sua assinatura como depois da sua assinatura, não se encontra aqui presente por motivos alheios à sua vontade, o que é uma pena. No entanto, o material que temos e o relatório que nos foi apresentado, queremos começar por dizer que o PSD há muito tempo que consideramos que a duração do contrato e a sua extensão em área na cidade são claramente excessivos, claramente excessivos. Durante muitos anos, andámos a dizer que o processo para o estacionamento tarifado na cidade devia ser implementado de outra forma e saiu, porque a CDU tinha a maioria na câmara, porque o PSD era contra este modelo, o PS era contra este modelo, acho que todo o mundo era contra este modelo, exceto as pessoas da CDU que estava em maioria absoluta. Agora foi possível começar a olhar para o contrato e temos que ver isto em dois momentos, até à assinatura do contrato e depois a sua execução.

Temos dito e este relatório inclui aquilo que dizíamos, que este contrato e a sua execução devia ser fiscalizada, porque há suspeitas graves de coisas que não batem certo, vamos chamar assim. Então uma das recomendações do relatório é que isto seja enviado para a Direção-Geral de Finanças e para o Tribunal de Contas, é um primeiro passo, algo que já tínhamos pensado e dito e que vai de encontro àquilo que será a boa maneira de tratar este assunto. A boa maneira de tratar este assunto é modificar aquilo que é uma carga sobre os setubalenses, um problema de mobilidade que foi transformado numa receita para o município. Isto não serve, pela sua extensão, para moderar o trânsito ou o estacionamento na cidade de Setúbal, porque é toda a cidade. Ah não! Naquela avenida lá de cima, lá para a Bela Vista já não há parquímetros, porque se calhar eram vandalizados. Não sei!

Começamos a analisar esta taxa que vai querer sobrecarregar os setubalenses de uma forma completamente injusta, porque há sítios que se estacionava sem problemas nenhuns e agora passará, eventualmente, a ser pago. Concordemos que haja estacionamento pago, para que haja rotação em sítios onde há muito trânsito, onde é necessário que haja rotação, mas não é a cidade inteira, isto não é uma maneira de aplicar as coisas. O que estamos a ver na aplicação deste contrato é o estreitamento de vias e para que as pessoas sejam obrigadas a pôr uma moedinha no parquímetro, uma profusão de pilaretes que é uma coisa horrorosa. Não são formas de tratar a cidade, não são mesmo formas de tratar a cidade.

Dentro dos pontos que a Comissão elencou até à assinatura do contrato, existe algo que é e sempre o dissemos que é o chamado P1 e também seria o P2, seriam os parques subterrâneos, segundo uma frase que aqui está e vou lê-la, que é fantástica, *“Parques subterrâneos P1 e P2, solução construtiva onerosa ambientalmente inapropriada, socialmente perturbadora e comprometedora no futuro próximo, face às evidências das alterações climáticas, tendo em conta as suas localizações na Avenida Luísa Todi.”* Pretende-se, para quem anda distraído, criar parques de estacionamento subterrâneos numa zona, onde há uns anos atrás era rio. É preciso dizer mais alguma coisa? Sim, se calhar é, porque daqui a 2 ou 3 meses, segundo o contrato, um desses parques iria ser iniciado, valeria qualquer coisa como 5 milhões de euros, ou algo que o valha. Não vai ser, porque não se vê início de obras, há umas conversas que estão mencionadas no relatório, para a mudança de sítio do P1. Portanto, há aqui uma alteração ao contrato que é algo fantástico, são 5 milhões de euros cujo investimento não vai ser iniciado na data prevista, há uma alteração ao contrato que é extraordinária e ela deve ser completamente formalizada, porque não podemos, esta câmara, este município não pode cair na informalidade da gestão disto.

Acerca da formalidade da gestão, está aqui, também, no relatório que há informação que não foi fornecida à Comissão, que acho uma coisa extraordinária. Uma nota, não foram disponibilizados os estudos de viabilidade económica e financeira que sustentam e serviam para análise, mas relativamente ao parque de estacionamento, não vai ser construído e vale 6 milhões. Outra nota, que tem a ver com a gestora do contrato, esta seria uma figura muito importante da parte da Câmara Municipal de Setúbal na gestão deste mesmo contrato e da implementação do mesmo, acontece que a gestora do contrato não existe ou existe formalmente, era uma senhora que teve um problema de saúde ou foi de baixa, ou estava de férias, ela também está referida aqui no contrato, mas há mais situações a referenciar e tenho que as referenciar. Elas têm a ver com o anexo IX, o qual tem um valor de 1,4 milhões de euros, é algo que não tem a ver com o estacionamento, isto é um contrato de estacionamento e tem um anexo que não tem a ver com o estacionamento.

Este valor, este âmbito está a ser alterado e esta alteração é de grande discussão, em termos da sua legitimidade. Porquê? Porque se alguém contrata qualquer coisa para tal e há esta atitude de alteração, tanto do P1 como do P2, como aqui nesta parte, meus senhores, temos que cumprir o contrato ou então este município entra numa informalidade que é insustentável e então sim, aquilo que são suspeições acerca da execução do contrato e da sua execução, tornam-se por demais evidentes.

Jerónimo Lopes (CDU) – Creio que o Vítor Rosa percebeu, mas, se calhar, queria que eu esclarecesse melhor aqui esta questão política da “terra queimada” que tem um destinatário em concreto, que não se dirige, de facto, a todos.

Também acho justo que cada um defenda a sua dama, temos é que ver, porque não basta afirmar que queremos o melhor, porque queremos todos, mas temos que, no concreto, dizer como é. Já agora para esgotar o tempo, creio que o Partido Socialista tem um problema que ainda não percebeu, o porquê de ter perdido milhares de votos em 97, porque já ando aqui há muitos anos e perdeu a câmara em 2001 e não a voltou a recuperar.

Coloco um pouco as coisas assim, em 2006 eu vi entrar por aquela porta um conjunto de jovens com uma t-shirt branca que dizia “*Se pensas que pensas, pensas mal*” e outras coisas assim, e, de facto, ao fim de muitos anos e há poucos meses atrás vi outros com uns cartazes aqui nesta Assembleia Municipal com outros dizeres. Precisamos para a cidade, não só de quem está a gerir da CDU e que tem essa responsabilidade, tem planos estratégicos, tem projetos, precisamos que todos tenham ideias, projetos e de pessoas com capacidades para as implementar, este é o desafio que nós aqui colocamos, mas nestas questões que são importantíssimas, na minha opinião, não vimos isso.

Mariana Crespo (PAN) – É por demais evidente para todos que há demasiados carros a circular nas cidades, nomeadamente nos centros, onde estão colocados alguns dos principais serviços públicos e espaços comerciais. Isto reflete-se, obviamente, no estacionamento disponível, tendo alguns concelhos, como é o caso de Setúbal, optado por começar a tarifar o mesmo como forma de dissuasão em detrimento de outros concelhos que não o fizeram.

Os motivos apresentados para tal são nobres, obviamente, tais como a diminuição de circulação de viaturas provocadoras de emissões, possibilidade de melhorar a circulação de bicicletas, melhoria da qualidade do ar, etc., motivos pelos quais, naturalmente, o PAN tem sido um forte apoiante do estacionamento pago à superfície. No entanto, o que observamos é que a procura por estacionamento em Setúbal não diminui, nem se observam mais pessoas a recorrer ao transporte público, exceção feita às trotinetes que têm conquistado espaço entre os mais jovens. Tal acontece, de facto, falando de estacionamento à superfície, que só faz sequer sentido o mesmo começar a ser pago quando estiverem implementadas medidas que permitam uma real substituição da viatura por outros meios, seja a bicicleta, seja o transporte público que, como sabemos, devido à concessão da Alsa Todi tem sofrido diversos reveses no passado recente da cidade de Setúbal.

Sem isso, na realidade, apenas estamos a penalizar as pessoas que necessariamente têm de utilizar alguns serviços, como Finanças ou Segurança Social, por exemplo, e muitas delas idosas ou com dificuldades de locomoção, ao mesmo tempo que penalizamos o comércio local, pois os grandes espaços comerciais disponibilizam estacionamento gratuito para os seus clientes.

O que no fundo, estamos a dizer é que quem tem mais disponibilidade financeira pode estacionar e quem tem mais dificuldades não o pode fazer, o que é uma espécie de gentrificação automóvel. Tem sempre de haver, primeiro, condições para ser feita a transição para uma cidade com menos automóveis, além disso, afigura-se como um desperdício de recursos continuar a insistir em criar estacionamentos no subsolo que, pelas características físicas dos seus propostos locais de implantação em zonas roubadas ao rio, apenas trazem desafios de engenharia complexos de solucionar e dispendiosos, diga-se.

Esperamos que os trabalhos desta comissão, além do seu digno papel de acompanhamento do atual contrato de concessão, sirvam como forma de voltar a refletir sobre os erros do passado e planear daqui para a frente uma melhor mobilidade em Setúbal.

Ilídio Ferreira (PS) – Muito rapidamente, só para dizer ao Jerónimo Lopes que não tem razão relativamente à questão de acusar o Partido Socialista de não ter ideias, nem projetos positivos, porque quanto a esta matéria e a outras, mas estamos a falar desta, o Partido Socialista desde que aprovou o estudo de mobilidade que foi feito, o Plano Estratégico, e quando foi apresentado o Regulamento de Estacionamento votou contra e disse porquê. Porque, de facto, esse projeto de regulamento não estava de acordo com as orientações do Plano Estratégico e em fase de discussão pública elaborou um documento devidamente fundamentado com propostas concretas de alteração. A CDU é que estribada numa maioria absoluta entendeu fazer aquilo que bem lhe apeteceu e, naturalmente, terá que compreender que mantemos a mesma posição desde o início do processo, a CDU é que alterou a sua postura após a elaboração do Plano Estratégico de Mobilidade.

Jerónimo Lopes (CDU) – Isto também podia ser defesa da honra. Esqueci-me há pouco que relativamente ao mandato passado e, nomeadamente à Comissão Eventual para o Acompanhamento do Processo de Dragagens, de dizer que é verdade que o relatório não foi fechado e não foi aprovado, os trabalhos foram entregues na Assembleia Municipal e acabaram por ser fechados nesse sentido, mas um grande orgulho no trabalho que a Comissão desenvolveu nas condições em que teve que o desenvolver e na complexidade de todo aquele processo. Mas dizer que o melhor relatório, na minha opinião, está no rio Sado, o melhor relatório está nos golfinhos, está na restinga, está no desenvolvimento das pradarias marinhas e, de facto, naquilo que se mantém no ecossistema vivo e em desenvolvimento.

Presidente da Câmara – Sobre o contrato de concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública e à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção e exploração de dois parques de estacionamento em subsolo na cidade de Setúbal, disse isto tudo de propósito, porque dá logo a entender a complexidade do assunto de que estamos a falar. Já tive oportunidade de publicamente afirmar, de o fazer na Câmara Municipal e aqui na Assembleia Municipal, que o atual contrato de concessão precisa de ser adequado e até já identifiquei algumas situações que estão a ser objeto de conversação com a empresa concessionária, não de negociação, mas de conversação.

Não há nenhum processo informal em desenvolvimento, não há qualquer compromisso de fazer isto ou aquilo relativamente ao contrato ou ao que está estabelecido no contrato, isso seria uma ilegalidade e não cumprimos ilegalidades. Permitam-me que diga isto, os senhores deputados fazem intervenções e às vezes não pesam bem a gravidade do que podem estar a dizer ou porque há quem nos esteja a ouvir. A Câmara Municipal não comete ilegalidades, qualquer alteração ao contrato terá de ir à Câmara Municipal e terá de vir à Assembleia Municipal, porque o contrato foi aprovado na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. Quando digo que estamos em conversações com o operador, é nesse sentido exato que se está a passar.

Há um conjunto alargado de questões que têm vindo a ser colocadas e tem havido abertura da parte do concessionário para aprofundar o conhecimento dessas situações e é esse o trabalho que tem vindo a ser feito. Não estamos ainda em negociações, porque quando tivermos em negociações, estaremos num processo já de formalidade e numa fase seguinte há de ter de vir à Câmara e à Assembleia Municipal.

Volto a repetir, já disse publicamente na Assembleia e na Câmara Municipal de que consideramos que este contrato precisa de ser adequado. Não tenho dúvidas nenhuma de que as senhoras deputadas e os senhores deputados sabem que alterações ao contrato implicam consequências, portanto, quando chegarmos às negociações vamos ver do que é que estamos a falar. Os contratos são para ser respeitados de parte a parte e isto é um primeiro ponto que acho fundamental clarificar.

Já agora acrescento e risco, espero que a breve prazo haja uma evolução destas conversações, num sentido mais concreto de parte a parte. Depois ainda dizer que este processo, que levou a este contrato, iniciou-se, se a memória não me falha, no ano de 2018, foi adjudicado em maio de 2021 e estamos a ver quando é que se inicia, quando é que se olha para esta cidade e passados 5 anos é tempo justificado de olharmos para esta nova realidade. É isto que está em causa e é nisso que estamos a trabalhar no sentido de alterar algumas destas questões que estão identificadas e espero que, de facto, algumas alterações possam ser feitas.

Houve aqui um senhor deputado que falou da questão do 1º parque de estacionamento, é verdade que há um entendimento de que na proposta inicial a sua localização não era a mais adequada e isso é uma das questões que está em causa. Também uma outra questão que está no contrato, um compromisso de construir uma barreira de proteção de ventos no Largo José Afonso. Na avaliação que fizemos, entendemos que não é adequado a esse tipo de investimento e, portanto, a questão é saber se o operador, se o detentor deste contrato tem disponibilidade para equacionar alternativas a este investimento e outras questões relativamente a estacionamentos, designadamente, em áreas residenciais, fundamentalmente isso e um conjunto de outras questões.

Aprofundando estas situações, avaliando economicamente o que é que está em causa, porque é necessário que seja avaliado, para saber o que é que pode ser negociado, beneficiando em parte o operador e beneficiando outra parte o interesse público, etc., até chegarmos a um ponto em que havemos de fazer uma avaliação, do ponto de vista financeiro, sobre o que é que está em causa e até onde é que a Câmara Municipal poderá ir para definirmos ou fecharmos um acordo que, como já disse, terá de vir à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.

Acho que há entendimentos diferentes sobre as questões do estacionamento tarifado no espaço público. Entendo esta questão do estacionamento tarifado, como uma necessidade de garantir uma boa gestão do espaço público... (Houve um problema técnico no microfone, o qual foi resolvido rapidamente)

O que está em causa, fundamentalmente, é um contrato que tem de ter um processo de conversações para se evoluir para negociações no sentido de o adequar à nova realidade, é isto que está em causa, é isto em que estamos a trabalhar.

Passava agora a palavra aqui à senhora vereadora que acompanha em pormenor todos estes processos. Antes permita-me só dizer, para que também não haja nenhuma dúvida sobre algumas questões que o relatório refere e que os senhores deputados já aqui referiram, a Câmara Municipal tem tido, em particular nesta área, dificuldades de capacidade técnica para acompanhar este contrato e também a questão da implementação do novo sistema de transportes públicos. É o mesmo setor da Câmara Municipal que acompanha estas duas áreas e por problemas de saúde, pelo menos de um técnico, tem havido dificuldades em acompanhar este processo. Também é necessário que isto fique claro para que não haja dúvidas, não está aqui em causa que a Câmara Municipal não tenha dado resposta imediata àquilo que foram os pedidos que a Comissão solicitou, mas está em causa, efetivamente, uma dificuldade de capacidade técnica instalada para dar resposta a estes dois processos que, como bem sabem, são processos complexos que precisam de um acompanhamento diário, com a realização de reuniões técnicas todas as semanas para acompanhar o evoluir de toda esta situação.

Também era importante deixar esta nota para que não haja dúvidas nenhuma relativamente à forma como a Câmara Municipal responde às questões que a Comissão colocou. Verifiquei que, de acordo com as intervenções dos senhores deputados, ultimamente a Câmara Municipal tem estado a dar melhor resposta às questões colocadas e espero que isso venha a evoluir, cada vez mais no bom sentido.

Vereadora Rita Carvalho – Penso que há aqui que diferenciar duas questões, uma, são as questões de princípio relativamente ao estacionamento tarifado e outra é, de facto, a avaliação do trabalho feito por



esta Comissão que, no fundo, é avaliar a concessão do estacionamento tarifado. Obviamente, que não são duas questões dissociadas, mas o relatório é especificamente para o acompanhamento da concessão. Relativamente à primeira questão do princípio do estacionamento tarifado, há muitas dúvidas, há opiniões diversas, até tem sido defendido pelo próprio Presidente da Câmara que não é a melhor solução ou não é a solução que mais defende, mas é a solução eficaz. De referenciar que no município ou que, na atuação da Câmara Municipal, nos últimos anos temos tido várias intervenções com vista a agilizar ou a criar melhores condições para a mobilidade nas suas diversas áreas, mobilidade automóvel, mobilidade pedonal, mobilidade condicionada, mobilidade ativa (as chamadas trotinetes), as ciclovias ou as bicicletas. Há uma ação concertada relativamente àquilo que é a necessidade de criar melhores condições de mobilidade. Todos sabemos que os automóveis nas cidades são hoje um “problema” e que, de facto, há um número de automóveis superior àquilo que as cidades suportam. Aliás, em 1994 já a cidade de Setúbal teve uma concessão de 1.500 lugares e estamos a falar de há 30 anos quando a realidade relativamente à circulação de veículos automóvel era completamente diferente daquela que vivemos hoje.

Depois, acho que também não é legítimo ou não será completamente verdade afirmar que está a ser tarifada toda a cidade. De facto, há uma mancha que resulta do estacionamento, mas há arruamentos que não estão a ser tarifados e estão a ser criadas, em simultâneo, bolsas de estacionamento exclusivo para residentes e para outros setores, em particular do Mercado do Livramento e do setor da pesca, mas outros que serão criados e foram tomadas medidas relativas à atribuição de dísticos por esta própria Assembleia. Isto sobre a questão estratégica do estacionamento tarifado, obviamente que depois cada um terá as suas intervenções.

Relativamente ao relatório e ao que é apresentado à Assembleia sobre o resultado desta Comissão, voltaria a dizer que o relatório rejeita grande parte dos esclarecimentos que foram dados à Comissão ou pelo menos reitera os esclarecimentos que foram dados à Comissão. As tais 49 perguntas, disse que eram 48, acho que eram 49, não é relevante, são densas e se a própria comissão, obviamente, teve dificuldade em avaliar toda a documentação disponibilizada, também foi preciso prepará-la, sistematizá-la e organizá-la para facilitar o trabalho da Comissão e daí o tempo que foi necessário na recolha desta informação que respondem a todas as questões. Sobre as respostas enviadas tivemos duas reuniões presenciais e parte das questões são aqui reafirmadas como questões ficadas por clarificar, nomeadamente as identificadas no ponto 3.3 e 3.5 do relatório, ou grande parte das identificadas no ponto 3.3 e as do 3.5 do relatório.

Depois, o relatório termina com uma série de conclusões, nomeadamente, fazer cumprir a lei. É evidente, e volto a dizer, como disse há pouco, que não o faremos de outra forma, faremos cumprir o contrato. Como sempre ficou expresso nas nossas reuniões de trabalho ou nas reuniões da Comissão em que a Câmara esteve presente. Efetivamente há questões de acerto necessárias, como confirmar e fazer validar, nomeadamente, como é identificado no resultado do vosso relatório, que os incumprimentos em grande medida são ou por solicitação da Câmara no que diz respeito à construção do parque de estacionamento na Avenida Luísa Todi, e no que diz respeito à obra do Largo de Jesus, anexo IX. Foi uma solicitação da Câmara, obviamente que assim que houver alternativa, entendimento e consensualização será trazido à Câmara e à Assembleia para deliberar. Todos os outros incumprimentos, são incumprimentos que é a varredura da zona de estacionamento tarifado, a sinalização ou a repintura dos lugares de estacionamento tarifado e, obviamente, que são questões que devem ser cumpridas pelo concessionário, mas parece-me que, perante a dimensão das matérias que estão em causa, são situações ou são questões que devem ser desvalorizadas, sendo que este não é o termo certo.

Dizer que, no que se refere às conclusões do 4.1, 4.3, 4.5, 4.7 e 4.8, são obviamente questões que a Câmara já tinha identificado junto do concessionário para terem que ser corrigidas e aprofundadas e transmitida à Comissão que estávamos junto do concessionário a trabalhar para corrigir e para ser cumprido o concurso ou o contrato entretanto assinado.

Ilídio Ferreira (PS) – Dizer à senhora vereadora que concordo com aquilo que disse, a grande maioria das questões foram esclarecidas, das 49, tenho aqui 7 questões no ponto 3.3 e todas elas à volta propriamente do concurso e de questões legais relacionadas com o concurso, que não foi possível esclarecer. A pessoa que poderia clarificar melhor, não está cá hoje, que foi o Eng. Costa Ferreira, que foi quem levantou mais estas questões, mas ele entendeu que não ficou esclarecido e quanto às outras elas

foram esclarecidas. Estes pontos que referiu no final, a Comissão entendeu que a Câmara já tinha tomado medidas no sentido de levar o concessionário a corrigir as situações, mas a Comissão entendeu por bem referi-las, seria errado não o referir aqui.

Relativamente ao que disse o Sr. Presidente, dizer que a questão é que a Comissão ficou com a sensação, a partir de factos, não uma mera sensação sem factos, que, sendo do conhecimento da Comissão, estarão neste momento a ser negociadas ou conversadas duas questões, realocização do parque 1 e a questão do anexo IX. A verdade é que essas duas questões foram aquelas que nos foram transmitidas pela senhora vereadora e a verdade é que essas duas questões são questões que o concessionário está em incumprimento. A questão do equilíbrio negocial é um equilíbrio desequilibrado, porque ele é que não está a cumprir neste momento. Em nosso entender, a Câmara tinha até condições para poder jogar mão das figuras jurídicas previstas no contrato para mexer no contrato, não digo acabar com ele, mas renegociá-lo. Agora, se a câmara não diz à Comissão que estará, eventualmente, a negociar, o que conhecemos são apenas estes dois factos, são aqueles que referimos aqui.

Presidente da Mesa – Há uma proposta para que se vote separadamente o capítulo III e o capítulo IV.

Jerónimo Lopes (CDU) – A votação separada do capítulo III.

Presidente da Mesa – Pergunto se a solução não pode ser a que foi adotada anteriormente, ou seja, fazer a votação global, se é o capítulo todo que está em causa, e na declaração de voto declarar a rejeição do capítulo III.

Jerónimo Lopes (CDU) – Senhor Presidente eu sou um bocado antiquado, tenho muita dificuldade em seguir como disse e preferia a votação separada do capítulo III e depois a votação na globalidade.

Presidente da Mesa – Se votarmos o capítulo III, também se poderá votar o capítulo IV, que é a parte resolutive do relatório. Votamos os capítulos que são as avaliações e conclusões, que tem a parte resolutive, depois as recomendações e depois faremos a terceira votação final global.

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, o que fizemos na Comissão foi aquilo que fizemos na votação aqui na Assembleia sobre a questão da Comenda, que foi votar na globalidade, salvaguardando, no caso da CDU, se tinha votado contra o 3.10 e o ponto 4.8. Se a CDU continuar com a mesma tendência de voto, julgo que podemos fazer assim. Foi o que fizemos no caso do Relatório da Comenda, mas a CDU é que sabe qual é a sua vontade de votar.

Presidente da Mesa – Votar e fazer a declaração de voto, excluindo o voto daqueles pontos, ou fazemos três votações, ou fazemos uma votação e a declaração de voto resolve a posição.

Simão Calixto (CDU) – Uma interpelação à Mesa Sr. Presidente. Com o tempo que estamos a perder já tínhamos votado todos os pontos.

Presidente da Mesa – Vamos votar separadamente os capítulos.

Capítulo III – Avaliações e conclusões: Foi aprovado por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 do PS, 5 do PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU.

Capítulo IV – Parte resolutive - Recomendações: Foi aprovado por unanimidade e em minuta.

Encontrava-se ausente da sala de sessões dois deputados municipais, um do PSD e um do CH.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 do PS, 5 do PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

Paula Soeiro (PSD) – É para fazer uma interpelação à Mesa. Senhor Presidente, é uma hora e trinta minutos da manhã, faltam-nos 10 pontos, penso que a Comissão Permanente terá sido bastante ambiciosa, mas dado o modo como decorreu até este último ponto da Ordem de Trabalhos, penso que é notório que a Assembleia estará com dificuldade em conseguir cumprir a Ordem de Trabalhos.

Presidente da Mesa – Facilitou-me a tarefa, iria colocar a questão, porque é mais ou menos público e notório que já estamos todos com um pouco de défice de atenção, vontade de ir dormir e estamos com dificuldade em concluir. Temos ainda 11 pontos da Ordem de Trabalho, 10 são deliberações e temos dois dias do mês de fevereiro para fazer uma segunda reunião desta sessão, se ela não for terminada hoje. Sei que há opiniões e vontades para todas as soluções, para continuar e ir até ao fim e resistimos mais uma hora ou hora e meia e acabamos com a Ordem de Trabalhos ou fazemos na segunda ou na terça-feira, depois disso é que já não, porque saímos fora do calendário legal. Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara qual é a urgência das deliberações que estão aqui em causa, se há propostas que têm urgência de 24 horas ou de 48 horas.

Presidente da Câmara – Há uma proposta que tem a ver com a prorrogação do prazo da transferência de competências na área da ação social e para não haver problemas com os prazos, creio que é até ao dia 28 que tem de ser enviada, pedia à Assembleia que pudéssemos resolver isso hoje, antecipando este ponto e creio que não haverá problemas com os restantes.

Simão Calixto (CDU) – Tendo em conta esta intervenção do Sr. Presidente da Câmara e esta urgência em aprovar esta deliberação da transferência de competência, não vejo mal em também discutirmos todos os outros pontos, uma vez que todos temos agenda preenchida para a semana e que poderá ser difícil reorganizarmos tudo para estarmos aqui todos novamente. Sei que é um esforço, a Comissão Permanente terá sido ambiciosa, com certeza, mas terminaríamos a reunião o mais rápido possível.

Presidente da Mesa – Essa é a posição da bancada da CDU.

Paulo Lopes (PS) – Para dar a posição da bancada do PS, entendemos que devemos votar a tal proposta que é urgente e que deveríamos continuar com a sessão na terça-feira.

Paula Soeiro (PSD) – A bancada do PSD também aceita a solicitação do Sr. Presidente do executivo, está disponível para deliberar ainda sobre o ponto 6 e realizar nova sessão com os pontos remanescentes. Pode ser na terça-feira.

Presidente da Mesa – O horário poderá ser alterado. Há uma posição clara da CDU que é a continuação dos trabalhos até terminar e há outra posição nas bancadas do PS e PSD que é adiar para terça-feira, dia 28, e começar às 21h00.

Simão Calixto (CDU) – Senhor Presidente, estávamos aqui a acertar mais ou menos a agenda e para a bancada da CDU era melhor na segunda-feira, às 21h00. Se não for esse o entendimento ter-nos-emos que sujeitar, mas é a nossa proposta.

Presidente da Câmara – Propunha que pudesse ser às 21h30 e na terça-feira, porque se não será difícil poder estar aqui.

Simão Calixto (CDU) – Senhor Presidente, poderá ser na terça-feira, às 21h30, com dificuldades, mas resolve-se.

Presidente da Mesa – Fica, então, decidido por consenso que a 2.ª reunião desta sessão terá lugar na terça-feira, dia 28, às 21h30.

5. Deliberação n.º 004/2023/AM – Delib. CM n.º 94/2023 - Transferência de Competências no Domínio da Ação Social - Prorrogação do Prazo

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, CH, BE e PAN, e as abstenções do PSD e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Isabel Conde (PSD) – Senhor Presidente, peço escusa da discussão e votação neste ponto por entender que é incompatível com as minhas funções profissionais.

Paula Soeiro (PSD) – Sobre a matéria da transferência de competências no domínio da ação social e aceitando como corretos os fundamentos presentes ao pedido de prorrogação do prazo, queremos ainda ver esclarecidas as seguintes questões.

Que ações ou diligências foram feitas pelo executivo para que, no dia 3 de abril se possa efetivar a transferência nos moldes que pretendem garantir um serviço próximo e de qualidade, citando. No relatório de atividades de 2022 consta, na sua página 332, um pequeno parágrafo em 554 páginas somente esta informação: realização de reuniões da Comissão de Transição do Dossier de Competências em matéria de ação social e de rendimento social de Inserção com o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal e também reuniões de negociação com instituições particulares de solidariedade social para a eventual celebração de acordos de cooperação no âmbito da transferência de competências da ação social. E mais nada diz sobre a matéria.

De acordo com a resposta que o executivo já enviou a esta bancada, a segunda reunião da Comissão de Transição do Dossier de Competências aconteceu em 10 de janeiro de 2022, não constando em mais nenhum outro relatório, perguntamos se existiram reuniões posteriores, e se sim, qual o teor? E, ainda, se nessas ou nas reuniões de negociação com as instituições particulares de solidariedade social para a eventual celebração de acordos de cooperação cujas datas, número, intervenientes também são omissos no relatório anual, se essas reuniões foram estruturadas de modo a aumentar ou a dimensionar adequadamente os recursos humanos e os locais de atendimento para dar uma resposta cabal, segura e adequada à população.

Pergunta-se, também, se os recursos humanos sobre a responsabilidade do município e que já exercem funções na área estão a ser preparados para assumir as novas e maiores competências? E que outras ações foram tomadas para evitar uma quebra na resposta social? Para além do parecer que a Câmara Municipal enviou em 28 de abril de 2021 para a Secretaria de Estado da Segurança Social e para a Associação Nacional de Municípios Portugueses em que enquadrou e justificou a dificuldade em termos de recursos financeiros e humanos de aceitação da delegação de competências na área respeitante aos anos de 2020 e 2021, existiu mais alguma pronúncia do executivo sobre as dificuldades ainda presentes que constam da deliberação em análise. Estando terminado para muito breve a efetivação da transferência de competências no domínio da ação social, em que ponto se encontra a elaboração da carta social municipal respondendo à portaria 66/2021, de 17 de março.

Vereador Pedro Pina – Tentarei ser breve e responder objetivamente às questões que foram colocadas, se é que registei todas com o rigor com que tentou apresentar.

Quero só a título de informação e, obviamente, que é sempre disponível da parte da Câmara Municipal que essa mesma informação também seja distribuída às bancadas, mas o executivo municipal teve a oportunidade, por haver solicitação no quadro das reuniões de Câmara, de enviar uma informação mais detalhada de um conjunto de momentos e de etapas que têm ditado o processo de transferência de competências. Essa mesma solicitação foi entregue à bancada do Partido Social Democrata e do Partido Socialista no quadro da reunião de câmara e, portanto, sem prejuízo das respostas que agora lhe possa vir a dar podemos também fazer chegar a todas as bancadas o ponto de situação.

Relativamente à questão colocada, em primeiro lugar, justificar uma nota que nos parece relevante, embora possa parecer de menor importância, mas à data de hoje não está publicada objetivamente aquilo que são as verbas a serem transferidas para as autarquias e, portanto, ainda falta a publicação da portaria que objetivamente venha a confirmar ou que confirme aquilo que é o acordo entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo. Essa mesma confirmação, face aos dados que temos disponíveis, amplia a verba, sobretudo, dos apoios eventuais para a Câmara Municipal de Setúbal, mas efetivamente não é ainda confirmado por portaria. Ora, essa circunstância faz com que estejamos a basear todas as nossas negociações com as entidades naquilo que é a informação anterior.

Quando se fala aqui de rigor, também é importante esclarecer que, até ao momento, foram realizadas 6 reuniões com a Comissão de Acompanhamento e 35 reuniões com instituições e serviços, sendo ainda abordadas em 6 reuniões decolares e em 3 reuniões da plataforma supraconcelhia. Também, a propósito de uma questão que colocou, foram enviados dois ofícios dirigidos à tutela, o que referiu e um posterior dirigido à Ministra da Coesão Territorial onde são dirigidas um conjunto de questões.

É verdade que algumas das questões que foram colocadas foram dirimidas nesta última negociação, mas continuam a haver, da parte do executivo, reservas, nomeadamente no que diz respeito ao rácio de técnicos que têm a ver com o número de processos a atribuir, portanto, estamos a falar no caso do Rendimento Social de Inserção de 100 processos por técnico e no caso da Ação Social de 250 processos por técnico. No nosso entender, é manifestamente um número absolutamente desfasado da realidade, a construção de uma perequação que não responde àquilo que é a diversidade e as diferenças dos territórios. Podemos perceber que se possa aplicar em territórios de menor dimensão quando falamos em territórios de dimensão com inúmeros processos em matéria de ação social, objetivamente compreendemos que um técnico tenha que responder a esta necessidade, vai ficar com muitas limitações de exercer o seu trabalho.

Uma segunda questão, tem também ainda a ver com a questão dos recursos humanos, se é que interpretei bem. Não há técnicos a transitar para a autarquia, o que está inscrito no Decreto-Lei é um valor de 1.7, é assim que está inscrito, não é nem meio, nem um, nem dois, é 1.7 e esse 1.7 responde a uma verba, se a memória não me trai, 38 mil euros que serão transferidos para corresponder à contratação de um recurso humano para a resposta. O que significa que não há técnicos a transitar, nomeadamente da Segurança Social e o que está a ser feito é, mantendo a Câmara Municipal na sua maioria os protocolos, nessa negociação que estamos a estabelecer manter os técnicos com as instituições. Neste momento, estamos, sobretudo no que diz matéria ação social e essa é uma proposta que virá posteriormente à reunião de Câmara, a propor, no que diz respeito à ação social, o aumento dos recursos humanos, ou seja, transferir uma verba que permita às instituições ter mais recursos humanos em matéria de ação social para fazer face a essas mesmas necessidades.

É um trabalho negocial, estamos numa fase muito adiantada, mas pensamos que seremos capazes de responder à expectativa em duas matérias, ou seja, dar mais capacidade para mais recursos humanos e simultaneamente, também, aumentar o valor por processo, que é uma circunstância bastante bem diagnosticado e identificada pelas instituições, considerando que a grande maioria dos acordos, para não dizer a totalidade, não são revistos há praticamente 20 anos. Ou seja, os valores mantêm-se inalteráveis e, portanto, não houve revisão destes acordos. O que estamos a tentar fazer é rever exatamente esses valores, porque dessa forma também damos mais capacidade às instituições.

Os técnicos da Câmara Municipal que já estão na Câmara Municipal têm realizado um conjunto de ações de formação que são promovidas pelo Centro Distrital de Segurança Social no sentido de dar cumprimento e de a partir do dia 3 de abril estarmos a trabalhar com as instituições.

É um processo complexo, é um processo que só no decorrer da atividade é que vamos perceber mais dificuldades, mas temos feito um diálogo estreito com aqueles que são os nossos parceiros privilegiados e é importante, neste momento da vida coletiva, em que se colocam estes desafios que tenhamos confiança nas instituições. Num tempo em que a confiança nas instituições é beliscada, basta ver o que diariamente acontece, esta Câmara Municipal tem que dar este sinal e este é, também, um compromisso que temos feito e estas instituições que, ao longo de 20 anos, se substituíram ao Estado para responder no cumprimento de políticas sociais, nomeadamente, no que diz respeito ao Rendimento Social de Inserção e

Ação Social merecem, da parte deste executivo municipal, este sentimento de compromisso e de responsabilidade.

Como é sabido, não temos e nem seria justo fazer uma avaliação prévia daquilo que é o desempenho das instituições, porque não fomos nós que acompanhamos os protocolos, não fomos nós que estivemos a avaliar as instituições e foi a primeira questão que colocámos. Há questões que nos devem ser colocadas, mas não foram colocadas e partimos com confiança na relação com as instituições e só assim é que poderemos manter este trabalho de compromisso em territórios mais vulneráveis no trabalho com as pessoas que são beneficiárias das medidas.

Por último, a Carta Social bem como uma das outras dimensões da descentralização de competências, nomeadamente os CLDS, ainda não têm portaria própria e aguardamos a todo o momento a informação que nos permita avançar, também, nesse trabalho que será um instrumento importante na continuação e no mapeamento do território no que diz respeito àquilo que está inscrito e àquilo que conhecemos. Mas tanto quanto nos foi possível apurar, até ao momento, não há ainda informação e ainda não há mais possibilidades de podermos avançar nessa matéria.

Paula Soeiro (PSD) – Muito obrigado pela clareza e capacidade, também, de esclarecer ao momento estas questões. Não tem acontecido muitas vezes, mas desta vez aconteceu e agradeço.

Estavam ausentes da sala de sessões quatro deputados municipais, um do PS, dois do PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, e 16 abstenções, 9 do PS, 4 do PSD, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

O Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião quando era uma hora e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de fevereiro, de dois mil e vinte e três.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Manuel Paulino Galhanas Véstias
dos Santos

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação da minuta e revisão do texto integral por: Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, Primeiro Secretário da Mesa.